

Livy Maria Real Coelho

Nominalizações

CURITIBA 2013

Livy Maria Real Coelho

Nominalizações

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras

Orientador: José Borges Neto (UFPR)
Co-orientador: Christian Retoré (Bordeaux I)

CURITIBA
2014



"Essa é a parte que eu sempre detesto."

Sidney Harris, A ciência ri.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ata seiscentésima trigésima sétima referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção de título de doutora a que se submeteu a doutoranda LIVY MARIA REAL COELHO. No dia vinte e oito de abril de dois mil e quatorze, às quatorze horas, no anfiteatro 1100, 11.º andar, no Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **JOSÉ BORGES NETO**, Presidente, **LÍGIA NEGRI**, **CARLOS ALBERTO FARACO**, **ALEXANDRE RADEMAKER** e **LUIZ ARTHUR PAGANI** designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de tese intitulada: "NOMINALIZAÇÕES" apresentada por LIVY MARIA REAL COELHO. A sessão teve início com a apresentação oral da doutoranda sobre o estudo desenvolvido. Logo após o senhor presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos Examinadores para as suas arguições. Em seguida, a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor **JOSÉ BORGES NETO** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação da candidata. Em seguida, o senhor Presidente declarou **APROVADA** a candidata, que recebeu o título de **Doutora em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da tese deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Feita em Curitiba, no dia vinte e oito de abril de dois mil e quatorze.

XX


Dr. José Borges Neto


Dr.ª Lígia Negri


Dr. Luiz Arthur Pagani


Dr. Carlos Alberto Faraco


Dr. Alexandre Rademaker


Livy Maria Coelho Real



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS


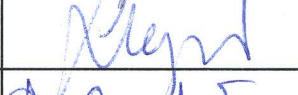
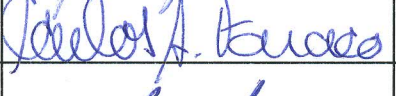

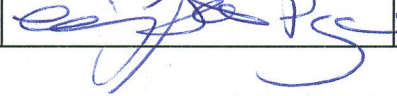
PARECER

Defesa de tese da doutoranda LIVY MARIA REAL COELHO para obtenção do título de **Doutora em Letras**.

Os abaixo assinados JOSÉ BORGES NETO, LÍGIA NEGRI, CARLOS ALBERTO FARACO, ALEXANDRE RADEMAKER e LUIZ ARTHUR PAGANI argüiram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a tese:

“NOMINALIZAÇÕES”

Procedida a argüição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Doutora em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADA Não APROVADA
JOSÉ BORGES NETO		A
LÍGIA NEGRI		A
CARLOS ALBERTO FARACO		A
ALEXANDRE RADEMAKER		A
LUIZ ARTHUR PAGANI		A

Curitiba, 28 de abril de 2014.



Prof. Dr. Rodrigo Tadeu Gonçalves
Vice-Coordenador

ao Luiz Arthur Pagoni e Nair Beretti Real,
pegos choves na minha própria constância.

Agradecimentos

Agradeço às pessoas que fizeram parte da minha formação e ajudaram na construção desta tese:

Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri, José Borges Neto, Christian Retoré, Maria José Foltran, Maximiliano Guimarães, Adelaide Hercília Pescatori Silva, Márcio Renato Guimarães, Richard Moot, Maria Cristina Figueiredo Silva, Teresa Cristina Wachowiz.

À minha família, que absolutamente sempre me apoiou:

Maricler Real, Jorge Coelho, Nair Benetti Real, Layza Real, Amelie Real Koike, Sophie Real Koike, Nayani Real, Thuany Real, Anicler Real, Alecrim Dourado.
Obrigada, família!

Aos meus amigos-linguistas, os únicos capazes de fazer piadas de linguistas:

Marina Legroski, Álvaro Kasuaki Fujihara, Sirlei Cavalli, Marcos Carreira, Andrea Knöpfle, Mariana Tchatchem, Beatriz Pires Santanna, Fábio Mesquita, Cindy Gavioli, Lara Frutos, Guida Bittencourt, Rodrigo Bueno, Daniela Machado, Anais Lefevre, Luana de Conto, Joseane Prezotto, Luisandro Mendes, Flávio Martins de Araújo, Valdilena Rammé.

Aos amigos não-linguistas, pessoas maravilhosas não apenas por me suportarem:

Gil Caruso, Luisa Mouzinho, Thomas Wszolek, Carlos Okasaki, Carlos Fujihara, Bruno Hjort, Francisco Holanda Jr., Hamilton Suzuki, Andressa Tavares, Kamila Tavares, João Francisco Bento, Marcelo Hashimoto, Talys Mariel, Luiz Fumes, Samara Silva, Filipe P., Vana Medeiros, Anna Camats, Simone Olavarria, Érica Mello, Bruna Iubel, Laís Iubel, Nicely Lopes, Aldebaran Kwiatkowski, Flaviane Gonçalves, Tiago Viudes, Débora Brenga, Catherine Detroz, André Bucci, Ingeborg Cofré, Max Schefler, Márcia Gonçalves, Ricardo Andrade, Raquel Alves, Giovanni Bigazzi, Rubens Daniel da Silva Neto, Marcela Petersen, Penélope Maravalhas, Ewerton Kaviski, Simone Petry, Adri Brum, Amélie Gallo, Jian Chen, Jonas Bertucci.

Agradeço especificamente a José Borges Neto, Álvaro Kasuaki Fujihara e Gil Caruso pela discussão e revisão desta tese; a Beatriz Pires Santanna e Bruna Iubel pela revisão do abstract; a Ricardo Luiz de Andrade Abrantes pelas dicas no LaTeX.

Agradeço também aos artistas que participaram ativamente do processo de realização desta tese: David Bowie, a velha-guarda do samba brasileiro, Queen, Mutantes, Chico Buarque, Chico Ciência, Eduardo Galeano e Carlos Drummond de Andrade.

Esta tese foi desenvolvida no programa livre LaTeX . Visite <http://www.latex-project.org>.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, a autora recebeu auxílio financeiro da CAPES.

Lista de abreviações

ANs: Action Nominals

GGT: Gramática Gerativo-Transformacional

GC: Gramática Categorical

JP: James Pustejovsky

LG: Léxico Gerativo

LGM: Léxico Gerativo Montagueano

PB: Português do Brasil

RFP: Regra de Formação das Palavras

Resumo

Esta tese trata do fenômeno das nominalizações: nomes formados a partir de verbos que preservam o mesmo significado do verbo base, como *atuação* e *abertura*. Estes nominais apresentam, além do significado básico da ação do verbo base, outros diversos significados, como resultado desta ação (*assadura*), coletivização (*administração*) e locativo (*chegada*). Estas formas, por compartilharem propriedades verbais e nominais, já foram objeto de trabalhos muito relevantes para as áreas formais da linguística. Com o objetivo de verificar qual o melhor tratamento para o fenômeno, descrevo detidamente o comportamento das nominalizações em português do Brasil. Analiso a formação destes nominais e seu comportamento sintático e semântico sem chegar a uma conclusão definitiva sobre quais seriam as características que definiriam quais os possíveis significados que estas formas assumem. Assim, defendo que parte do funcionamento das nominalizações é de caráter idiossincrático, isto é, não pode ser definido *a priori* com base nos elementos presentes em sua formação. Assumo também que estes nominais são antes vagos que ambíguos, isto é, têm parte de seu significado lexical sub-especificado, e, por isto, devem estar expressos no léxico através de uma única entrada lexical. Visito, então, três diferentes propostas [Grimshaw, 1990], [Pustejovsky, 1995] e [Bassac et al., 2010], apresentando os benefícios e prejuízos de cada uma. [Grimshaw, 1990] apresenta um tratamento consistente e de natureza sintática. No entanto, trata nominalizações como nomes ambíguos e propõe que existam diferentes entradas lexicais para cada um dos significados que estas formas podem assumir. Entendo que este tratamento incha o léxico e não captura parte relevante do fenômeno. Apresento ainda diversos dados que mostram que a teoria de Grimshaw não se sustenta para o inglês e nem para outras diversas línguas, como o português, russo e catalão. [Pustejovsky, 1995] trata as nominalizações de forma mais interessante através do conceito de polissemia lógica e tipo-ponto. Seu tratamento dá conta de caracterizar as nominalizações e seus significados como uma única entrada, no entanto, é bastante inconsistente internamente e parte de postulados antes ontológicos do que linguísticos. Já a proposta de [Bassac et al., 2010] oferece recursos léxicos e lógico-formais que permitem uma caracterização bastante eficiente das nominalizações e seus diversos significados. Esta teoria, no entanto, não é capaz de prever o comportamento das nominalizações. Discuto ainda que esta falta de previsibilidade da teoria pode não ser um problema, já que não é claro o que define o funcionamento das nominalizações. Assumindo que, de fato, não pode-se prever completamente o comportamento destes nominais, a proposta de [Bassac et al., 2010] é a que oferece o melhor ferramental para descrever estas formas.

Abstract

This thesis explores the phenomenon of nominalizations: nouns formed from verbs that keep the same meaning of their base verbs, as *atuação* and *abertura*. These nominals feature, besides the basic meaning of the action of the base verb, many other meanings, such as the result of its action (*assadura*), collectivization (*administração*) and locative (*chegada*). These forms, for sharing verbal and nominal properties, have been the subject of several relevant papers in many areas of formal linguistics. Aiming to find the best treatment for the phenomenon, I describe the behavior of nominalizations in Brazilian Portuguese. I analyze the formation of these nominal and their syntactic and semantic behavior without reaching a definitive conclusion about what the characteristics that define the possible meanings of each nominal are. Thus, I argue that part of the behavior of nominalizations is idiosyncratic and cannot be defined *a priori* based on the elements present in their formation. Also I assume that these nominals are rather vague than ambiguous, since part of their lexical meaning under-specified, and, therefore, must be expressed in the lexicon via a single lexical entry. I consider three different proposals [Grimshaw, 1990], [Pustejovsky, 1995] and [Bassac et al., 2010], showing the benefits and drawbacks of each one of them. [Grimshaw, 1990] presents a consistent and syntactic treatment. However, nominalizations are seen as ambiguous nouns and it is proposed that each of their different meaning must be a different lexical entry. I understand that this treatment swells the lexicon and does not capture a relevant part of the phenomenon. I also present several data showing that the theory of Grimshaw does not apply for English, nor to several other languages, such as Portuguese, Russian and Catalan. [Pustejovsky, 1995] treats nominalizations more interestingly through the concept of logical polysemy and dot-types. His treatment yields to a characterization of nominalizations and their meanings as a single entry, however, it is internally inconsistent and comes from ontological postulates, rather than linguistic ones. The proposal of [Bassac et al., 2010] offers lexical and formal resources that allow a very efficient characterization of nominalizations and their various meanings. This theory, however, is not able to predict the behavior of nominalizations. Further, I argue that this lack of predictability of the theory may not be a problem, since it is not clear what defines the complete behavior of nominalizations. Assuming that, in fact, no one can fully predict the behavior of nominals, the proposal of [Bassac et al., 2010] offers the best tools to describe these forms.

Sumário

1	Introdução	13
1.1	A proposta	13
1.2	Nominalizações	15
1.3	Brevíssimo histórico	17
2	Fenômeno empírico	21
2.1	Fenômeno empírico: aspectos morfológicos	21
2.1.1	Lexicalizações	27
2.1.2	A concorrência entre nominalizações	31
2.1.3	Condições de produtividade	32
2.1.4	Restrições discursivas	34
2.2	Fenômeno empírico: aspectos semânticos	34
2.2.1	Verbos base	35
2.3	Possíveis interpretações	39
2.3.1	Definindo léxico, entrada lexical, significado e uso	40
2.3.2	Definindo polissemia, ambiguidade e vagueza	45
2.3.3	A polissemia dos ANs	52
2.3.4	Aplicação aos ANs: testes	55
2.3.5	Testes dos testes	62
2.4	Co-predicação	64
2.5	Resumo	68
3	Propostas para o tratamento das nominalizações	71
3.1	A proposta de [Grimshaw, 1990]	72
3.1.1	A teoria	75
3.1.2	A estrutura argumental	77
3.1.3	Distinção entre nominais	82
3.1.4	Eventos Complexos: características empíricas	85

3.1.5	Crítica à proposta de [Grimshaw, 1990]	88
3.2	A proposta do Léxico Gerativo	104
3.2.1	Apresentação do LG	105
3.2.2	Comentários	116
3.2.3	Tratamento de JP às nominalizações	122
3.3	Comparação dos dois	126
4	Proposta	129
4.1	Léxico Gerativo Montagueano	129
4.1.1	A entrada lexical e o sistema lógico de tipagem	131
4.1.2	Aplicação	136
4.1.3	Críticas	139
5	Conclusões	145
5.1	Outras conclusões	147

Capítulo 1

Introdução

1.1 A proposta

Este trabalho é, de certa forma, fruto de pesquisas anteriores, nas quais trabalhei com a possibilidade de olhar para o nível morfológico da língua natural através do ferramental proposto pela Gramática Categorial (GC) e em que tratei basicamente de nominalizações. As nominalizações são um tema já muito debatido em praticamente todas as áreas formais da linguística, tendo cada um dos tratamentos seus méritos e deméritos. O que farei aqui é revisitar alguns destes tratamentos, em especial os propostos por [Grimshaw, 1990] e [Pustejovsky, 1995], considerando dados que recentemente foram trazidos pela literatura linguística, em especial por [Jezek and Melloni, 2009] e [Brandtner, 2011]. Apresentarei também o Léxico Gerativo Montagoveano (LGM) [Bassac et al., 2010], uma proposta recente para o tratamento de nomes polissêmicos que, parece-me, pode ser aplicada com êxito ao fenômeno das nominalizações.

Neste capítulo, então, discutirei as bases deste trabalho: apresentarei um breve histórico dos estudos sobre nominalizações discutindo de que forma este fenômeno é relevante para diversas teorias modernas sobre a linguagem. No capítulo seguinte, apresentarei seu comportamento e quais das suas características serão focalizadas. O capítulo será dividido entre fenômenos morfológicos e semânticos, ainda que esta

seja uma divisão com fins didáticos e não teóricos: eu entendo, seguindo [Faraco, 1978], que não é possível simplesmente delimitar com exatidão os fenômenos lexicais, morfológicos e semânticos referentes às nominalizações, o comportamento geral das nominalizações deverbais é concomitantemente moldado por vários níveis da linguagem. Como veremos, há diversos aspectos a serem considerados e o fenômeno empírico abrange diversas áreas dos estudos da linguagem.

O terceiro capítulo traz um panorama histórico e crítico a respeito de duas importantes propostas sobre o tema: [Grimshaw, 1990] e [Pustejovsky, 1995].

No capítulo seguinte, apresentarei o LGM[Bassac et al., 2010], motivações e formal, e sua aplicação ao fenômeno.

Como veremos, estas três diferentes propostas possuem formalizações bastante diferentes entre si, mas o que subjaz ao tratamento dado e a formalização proposta por cada teoria é a maneira como cada teórico entende a natureza das nominalizações e das interações entre os níveis linguísticos. Veremos que [Grimshaw, 1990] é um estudo com motivações sintáticas e, provavelmente por isto, não considera o fenômeno em determinados contextos caros aos semanticistas. Já [Bassac et al., 2010] se atém às discussões sobre fenômenos semânticos, deixando de lado a saturação sintática das nominalizações, fenômeno caro a [Grimshaw, 1990]. É importante ressaltar que cada teoria tem uma motivação diferente, o que reflete na forma como as nominalizações são pensadas teoricamente e, conseqüentemente, na formalização proposta por cada teórico. Apenas para exemplificarmos de que forma estes tratamentos diferem entre si, consideremos a dificuldade de se prever qual o significado exato para cada forma nominalizada. Para [Grimshaw, 1990] isto é reflexo da ambiguidade presente na maioria destes nominais, ambiguidade esta que é resolvida através de critérios sintáticos. Já para [Pustejovsky, 1995], é a polissemia sistemática que produz estes diversos significados e estes devem ser tratados como tipos complexos, um dos pontos mais relevantes do Léxico Gerativo, teoria semântico-lexical proposta pelo autor.

Como veremos no próximo capítulo, o fenômeno das nominalizações é bastante complexo e apresenta interface com diversas áreas da linguística (sintaxe, léxico, semântica, morfologia e, possivelmente, pragmática). Defenderei que o comportamento destes nominais é resultado de polissemia/vagueza e que seu significado final só pode ser calculado *a posteriori*. Eu, com [Faraco, 1978, Basílio, 1980, Rocha, 1999, Basílio, 2004, Real, 2009, Brandtner, 2011, Real and Retoré, 2013], rejeito que seja sempre possível saber automaticamente qual será o significado da nominalização apenas a partir do verbo, rejeito também a principal proposta de [Grimshaw, 1990]: de que há uma relação direta e objetiva entre os argumentos dos verbos base e os argumentos das formas nominalizadas. Defenderei, portanto, que formas nominalizadas não necessariamente herdam a estrutura argumental do verbo base.

Todas as traduções são minhas, exceto quando indicado.

1.2 Nominalizações

O fenômeno da nominalização é algo bastante amplo nas línguas naturais. Chamamos nominalização qualquer nome formado a partir de outro item lexical de outra categoria sintática: verbos, adjetivos, etc. Nominalizações podem ser deverbais, como *construir/construção* e *abandonar/abandono* ou deadjetivais, *branco/brancura*. Há também nominalizações denominais, isto é, que têm como base outros nominais, como *pedra/pedrada/pedreira/pedreiro*. Desta forma, chamarei aqui de nominalização qualquer nome formado por outro item lexical, independente da classe gramatical da base, de forma que nominalizações denominais também façam parte deste recorte.

Muitos tipos de nominalizações foram descritos pela literatura linguística: nominalizações de instrumento (*abotoar/abotoadura*), agente (*lavar/lavrador*), processo (*destruir/destruição*), propriedade (*belo/beleza*), entre outros. Neste trabalho investigarei a natureza de nominalizações deverbais polissêmicas chamadas pela literatura de *action nominals* (AN), ou nominais de ação, nomes derivados de verbos que deno-

tam o mesmo evento de sua base. Tratarei de nomes formados por sufixação, como *destruição* e *assinatura*, e nomes formados a partir de derivações regressivas, como *abandono* e *almoço*, conceitos que visitaremos na Seção 2.1.

Especificamente, nominais de ação têm como núcleo sufixos convencionalmente chamados de ‘transposicionais’ na literatura linguística (ver (Beard, 1995) para esta definição), por que eles simplesmente transpõem o significado verbal para um lexema semanticamente equivalente de categoria N. Na verdade, de acordo com (Comrie, 1976, pag.178), nominais de ação são “nomes derivados a partir de verbos (nomes verbais) com o significado geral de ação ou processo.” [Melloni, 2007, pag.08]¹

Geralmente, ANs denotam, além do evento/ação representado por seu verbo-base, também o resultado ou estado resultante desta ação:

- (1) The construction took all my weekend.² (event)
- (2) The construction was huge and yellow.³ (result)

Na sentença 2, *construction* tem a interpretação resultativa forçada pelo contexto, neste caso pela presença dos itens *huge* e *yellow*, enquanto em 1, *construction* tem que ser interpretado eventivamente, já que é o argumento de *took four months*.

Discutirei, então, nominalizações deverbais que nomeiam a ação do verbo, independentemente dos demais significados que estes nomes poderão assumir. Desta forma, nomes como *escritor* e *abotoadura* não serão discutidos, pois, apesar de serem nominalizações deverbais não retomam a ação indicada pelo verbo base. Ainda assim,

¹Specifically, action nominals are headed by suffixes conventionally named as ‘transpositional’ in the linguistic literature (cf. (Beard, 1995) for such definition), because they simply transpose the verbal meaning into a semantically equivalent lexeme of category N. In effect, according to (Comrie, 1976, pag.178), action nominals are “nouns derived from verbs (verbal nouns) with the general meaning of an action or process”. [Melloni, 2007, pag.08]

²A construção levou todo o meu fim de semana.

³A construção era enorme e amarela.

a maioria dos dados discutidos são polissêmicos, isto é, além de apresentarem a interpretação de ação do verbo, apresentam também outras diversas interpretações, sendo a de “resultado” a mais comum, como *assinatura* (ação de assinar, resultado físico da ação, estado resultante da ação, etc) e *contagem* (ação de contar, resultado abstrato da ação, resultado físico da ação).

- (3) A assinatura do contrato levou uma hora. (ação)
- (4) A assinatura da Turma da Mônica vai até fevereiro. (estado resultante)
- (5) A assinatura saiu toda torta. (resultado físico)
- (6) A contagem dos doentes foi rápida. (ação)
- (7) A contagem está em cima da mesa. (resultado físico)
- (8) A contagem dos doentes chocou os funcionários do governo. (resultado abstrato)

Graças a este recorte, dirigido tanto pela literatura da área quanto por meu interesse particular em estudar a interação de diversas áreas da linguística a partir de um único fenômeno empírico, a polissemia e a interação entre estes diversos significados dos ANs serão pontos relevantes para este estudo.

1.3 Brevíssimo histórico

Nas últimas seis décadas, bastante atenção tem sido dirigida ao estudo das nominalizações, especialmente pelo quadro teórico da Gramática Gerativo-Transformacional [Chomsky, 1957], [Lees, 1960], [Chomsky, 1970]. O interesse pelas nominalizações na linguística moderna aumenta com [Chomsky, 1970] e a chamada Hipótese Lexicalista, que propõe uma nova visão sobre a formação das nominalizações. Chomsky, considerando dados do inglês, defende que nominalizações são, na estrutura profunda,

nomes e não verbos que sofreriam transformações para, na estrutura superficial, se transformarem em nomes.

- (9) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos).
- (10) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos).
- (11) Os meninos vieram.
- (12) Os inimigos destruíram a cidade.

Em [Chomsky, 1970], o autor nega a (até então em voga) Hipótese Transformacionalista, que entendia que as estruturas profundas de 9 e 11, assim como 10 e 12, seriam as mesmas. A partir de uma mesma estrutura profunda, regras específicas do subcomponente transformacional agiriam para, então, gerar duas estruturas distintas na estrutura de superfície. Isto significa dizer que, na estrutura profunda, *destruição* e *destruíram* são verbos e que, graças às regras de nominalização, *destruição* é formada na estrutura superficial. [Chomsky, 1970], então, propõe que nominalizações são, já na estrutura profunda, nominais, inutilizando as antigas regras de nominalização e propondo que a única relação existente entre 9 e 11 e 10 e 12 se dá pela relação íntima dos itens lexicais — *destruição* e *destruíram*, *vinda* e *vieram* — empobrecendo assim o componente transformacional da teoria.

A Hipótese Lexicalista teve vários desdobramentos na literatura gerativista e ampliou o interesse formalista não só por nominalizações, mas também por fenômenos empíricos nitidamente ligados aos níveis morfológico e lexical, ver [Aronoff, 1976, Williams, 1981, Selkirk, 1982]. Um dos reflexos da Hipótese Lexicalista em português é a dissertação de mestrado de Carlos Alberto Faraco, *A Hipótese Lexicalista: considerações teóricas e empíricas*, de 1978. O autor revisita o fenômeno empírico da nominalização através de três perspectivas — *grosso modo* morfológico, lexical e sintático — e não encontra, em português, evidências empíricas a favor da Hipótese Lexicalista. Faraco, no entanto, ressalta que a análise lexicalista é teoricamente

mais adequada, mas por razões internas da própria teoria gerativo-transformacional, e não graças aos dados. Como veremos, [Faraco, 1978] guiará algumas de minhas análises e parte da apresentação dos dados empíricos.

O interesse voltado às nominalizações e seu papel central no desenvolvimento de importantes teorias, como a própria Hipótese Lexicalista [Chomsky, 1970], se devem ao fato de seu comportamento ser especialmente desafiador para o quadro gerativo, cf. [Melloni, 2007, pag.08] e, cf. [Faraco, 1978, pag.05], para todas as áreas formais, já que o fenômeno empírico parece ser o resultado da interação de várias áreas da linguística, como a morfologia, a sintaxe, o léxico e a semântica.

Ao longo destas décadas, diferentes aspectos deste fenômeno foram abordados. Os traços morfo-sintáticos das nominalizações têm sido estudados, pelo menos, desde os anos 70 [Chomsky, 1970] e seus traços semântico-sintáticos desde as últimas duas décadas [Grimshaw, 1990, Alexiadou, 2001]. Há também muitos trabalhos ligados ao quadro teórico do Léxico Gerativo que consideram as nominalizações sob um viés semântico-lexical [Pustejovsky, 1995, Jacquy, 2006, Melloni, 2007]. Recentemente, a caracterização dos nomes deverbais também tem sido pensada pragmática e ontologicamente [Hamm and Kamp, 2009, Brandtner, 2011].

Atualmente também trabalhos em semântica computacional tentam relacionar nominalizações às suas bases verbais. De acordo com [Gurevich et al., 2006], grande parte do problema da análise das nominalizações é traçar relações diretas entre os argumentos de sentenças como:

- (13) a. Alexander destroyed the city in 332 BC.⁴
b. Alexander's destruction of the city happened in 332 BC.⁵

De fato, a computação dos argumentos de um verbo (*destroy*) não é óbvia quando o evento é introduzido por uma nominalização como em 13b. Como os argumentos

⁴Alexandre destruiu a cidade em 332 A.C.

⁵A destruição da cidade por Alexandre aconteceu em 332 A.C.

do verbo-base são mapeados na estrutura do nominal é uma questão que tem levado muitos pesquisadores a propor para estes nominais algum tipo de estrutura argumental proveniente da estrutura argumental do verbo base.

Além da presença (ou não) da estrutura argumental, outras questões linguísticas aparecem quando olhamos para as nominalizações. Algumas delas são questões gerais, como a melhor abordagem para formação de palavras [Jackendoff, 1975], ou como traçar paralelos morfo-sintáticos entre os pares de sentença que contém um verbo e sua nominalização. Recentemente na literatura, questões mais específicas surgiram, como a forma de saturar a estrutura argumental das nominalizações [Grimshaw, 1990] e o tratamento computacional de sua correspondência com seu par verbal [Gurevich et al., 2006].

Todas estas questões são relevantes e já receberam, de alguma forma, algum tratamento dos pesquisadores. No entanto, questões sobre o comportamento destes nominais permanecem sem respostas, em especial, no que diz respeito à polissemia presente em praticamente todos eles e também aos seus significados em contexto, especialmente em contextos co-predicativos.

A polissemia dos ANs foi tratada por diferentes autores, Pustejovsky, por exemplo, quando discute os tipos-ponto (*dot-types*) [Pustejovsky, 1995, pag.170], diferencia nominais que denotam evento (*event-denoting nominals*), como *lunch*, de nominais resultativos (*process-result nominals*), como *destruction*. [Jacquey, 2006] chama este tipo de polissemia de ambiguidade entre processo/artefato (*processus/artefact ambiguity*), preservando a ideia de que este tipo de nominal também pode denotar uma entidade física. [Melloni, 2007], seguindo [Comrie, 1976], prefere usar o termo *action nominals* para designar todos os deverbais que denotam evento, diferenciando-os entre *E(vents)* e *R(esult) nominals*. Neste trabalho chamarei este fenômeno de polissemia eventiva/resultativa e veremos detidamente seu funcionamento e como diferentes teorias o tratam.

Capítulo 2

Fenômeno empírico

Neste capítulo, pretendo caracterizar o fenômeno empírico das nominalizações de verbais que mantém, entre outros significados, a simples transposição do significado verbal para uma forma nominalizada (*construir/construção, traduzir/tradução*).

Em um primeiro momento apresentarei características morfológicas da formação das nominalizações para, mais tarde, discutir o comportamento semântico destes nominais. Esta não é a melhor abordagem pois faz parecer que os fenômenos morfológicos e semânticos dos ANs são claramente diferenciáveis e nem sempre é assim, como argumentarei adiante. No entanto, adoto este método para fins de clareza de exposição.

2.1 Fenômeno empírico: aspectos morfológicos

Nesta seção e na próxima, tratarei da formação dos ANs e de seu comportamento em alguns contextos. Seguirei aqui [Rocha, 1999], que apresenta uma ampla discussão sobre as nominalizações de processo e a concorrência entre seus sufixos formadores em português do Brasil (PB). [Basílio, 1980], [Basílio, 2004] e [Faraco, 1978] também foram referências relevantes para esta seção.

Os estudos de [Faraco, 1978, Rocha, 1999] e [Basílio, 2004] apontam a grande

regularidade e produtividade da formação das nominalizações eventivas em PB.

A formação de substantivos de ação deverbais é um dos processos mais produtivos de formação de palavras no português, por causa de sua motivação categorial de cunho gramatical (Basílio 1980, Kastovsky 1986), reforçada por requisitos de estrutura textual (Basílio 1987, 1993). [Basílio, 2004, pag. 53]

Para [Rocha, 1999], nominalizações são formas nominalizadas provenientes de verbo. O autor parte da diferenciação entre nominalizações *stricto sensu* e *lato sensu*, definindo a nominalização *stricto sensu* como:

um fenômeno morfológico que consiste na formação de nomes a partir de verbos. Em outras palavras, podemos dizer que, dado um verbo, é possível prever a existência de um nome abstrato, derivado, sufixado, correspondente, **com o sentido de ‘ato, processo, fato, resultado, estado, evento ou modo de X’**, [Gunzburger, 1979], sendo X o verbo que constitui a base do processo (consagrar/consagração, julgar/julgamento, contar/contagem, etc.). [Rocha, 1999, pag.06; grifo meu]

A nominalização *lato sensu*, para o autor, é a formação de nomes a partir de verbos com outros sentidos que não o de ‘processo de nominalizar’, como *jogador, fabricante e lavatório* [Rocha, 1999, pag.09].

O que Rocha chama de nominalização *stricto sensu*, então, é o que chamo neste trabalho de *action nominals* (ANs), logo considerar a descrição do autor para as nominalizações *stricto sensu* é o mesmo que considerar a formação dos ANs em PB, já que o objeto delimitado aparentemente é o mesmo. O objetivo da descrição de Rocha, que se enquadra no âmbito da Teoria Gerativo-Transformacional, é “demonstrar que o léxico português, sob o ponto de vista de sua estruturação morfológica, constitui um conjunto harmonioso, funcional e sistemático, com tendências, constâncias, ou, mais

especificamente, regras[...]” [1999, pag.06]. Pretende fazer uma Morfologia Gerativa assumindo pressupostos da Teoria Lexicalista [Chomsky, 1970] e das propostas morfo-lexicais de [Jackendoff, 1975] e [Aronoff, 1976].

Rocha, então, se enquadra em uma linha de pesquisa que está interessada antes em traçar grandes generalizações do que em descrever o comportamento idiossincrático destas nominalizações, o que influi diretamente na escolha de seu objeto de análise: as nominalizações de processo. Para Rocha, a nominalização *stricto sensu* é “um exemplo típico de padrão lexical, ou seja, do alto grau de regularidade das formações sufixais” [1999, pag.08]. Se considerarmos uma concepção lexical próxima a de [Hoeksema, 1985], na qual itens lexicais possíveis fazem também parte do conhecimento linguístico do falante, pode-se assumir que a nominalização *stricto sensu* é um fenômeno absolutamente regular, à medida que todos os verbos produzirão nominalizações e que qualquer uma delas, mesmo as hipotéticas ou virtuais, terão seu significado rapidamente traçado até o verbo base. Para [Hoeksema, 1985],

a lexicon is a data structure in which words are listed in an unordered way, and where each word is represented by a specification of its relevant features: its phonological shape, its categories and its meaning. In addition of this data structure, there is a set of operations defined on this data structure, consisting of word-formation rules and morphophonemic rules. The data structure and the set of operation together form the lexicon.” [Hoeksema, 1985, p. 12]¹

Logo a nominalização seria um fenômeno ideal para ser descrito por um linguista à procura de regularidades².

¹“O léxico é uma estrutura de dados onde as palavras são listadas não ordenadamente, e onde cada palavra é representada pela especificação de seus aspectos relevantes: sua forma fonológica, suas categorias e seus significados. Além dessa estrutura de dados, há um conjunto de operações que agem sobre ela: as regras morfofonêmicas e as regras de formação de palavra. A estrutura de dados e o conjunto de operações, juntos, formam o léxico.” Tradução nossa.

²Veremos mais à frente que, ainda que Rocha tenha selecionado um fenômeno da língua consi-

Ainda que a teoria e os pressupostos do presente trabalho e de [Rocha, 1999] não sejam os mesmos, temos o mesmo objeto de estudo, o que permite a revisão do trabalho de Rocha sem maiores problemas. A descrição proposta pelo autor é bastante clara e discute a relação das nominalizações paradigmaticamente, discussão que, ao meu ver, falta em muitos trabalhos relevantes na literatura sobre nominalizações e que felizmente foi produzida por este morfólogo.

O teste proposto para identificar as nominalizações pode ser resumido através da seguinte estrutura:

- (1) SUJ. + VERBO + COMPLEMENTO (se houver), (mas) esse Y
(sendo Y a forma nominalizada do verbo). [Rocha, 1999, pag.09]

Y é a nominalização *stricto sensu* do VERBO, caso a sentença seja aceitável. Vejamos dois exemplos da identificação das nominalizações:

- (14) Luísa tentava preparar um bolo, mas essa **preparação** seria trabalhosa.
(15) Maura desejava comprar uma casa, mas essa **compra** iria acarretar muitas dívidas.

O autor reconhece que o significado geral destas nominalizações é o de processo, mas ressalta também que há outras possíveis interpretações, graças ao processo de extensão do significado, que visitaremos mais à frente. Seguindo [Gunzburger, 1979], Rocha afirma que nominalizações *stricto sensu* podem significar ato, efeito, processo, fato, resultado, estado, evento e modo³.

- (16) Mas a sua declaração não foi bem aceita. (‘ato de declarar’)

derando o grau máximo de regularidade, a nominalização *stricto sensu* é um fenômeno muito mais complexo e que, apesar de regular, não tem sempre um comportamento estável. Veremos que não é óbvio prever quando e por quê uma nominalização *stricto sensu* tem outro sentido que não o de “processo de nominalizar” o verbo.

³Apresento, no próximo capítulo, uma classificação mais eficiente para os possíveis significados destas formas, já que não é clara a diferença entre, por exemplo, *efeito* e *resultado* ou *evento*, *ato* e *processo*, propostos por [Rocha, 1999].

- (17) Esta declaração apresenta inúmeros erros de português. ('documento')
- (18) A exposição demorou duas horas. ('evento')
- (19) A administração resolveu demitir os culpados. ('coletivização')
- (20) A construção está na terceira laje. ('concretização')
- (21) A construção do prédio depende de uma verba especial. ('ato de construir')

Rocha, seguindo [Basílio, 1980], defende que a Regra de Formação das Palavras (RFP), no caso das nominalizações, é produtiva e reconhecível, ainda que haja também processos de lexicalização que possam agir aí.

$$(2) RFP \text{ nominalização}_{\text{stricto_sensu}} = V \Rightarrow [[V] \ y]N,$$

onde y é o sufixo nominalizador, V é o verbo base e N representa a categoria do item formado.

Em português brasileiro, segundo Rocha, os seguintes sufixos são formadores de nominalizações *stricto sensu*: *-ção* (*construção*), *-mento* (*adiamento*), *-da/-do* (*baptida, chamado*), *-agem* (*modelagem*), *-ncia/-nça* (*alternância, ocorrência*), *-ura / -tura / -dura* (*abertura, assinatura, assadura*), *-ia* (*aposentadoria*), *-mo* (*acrécimo*) e morfema zero⁴ (*compra*).

O autor segue [Bauer, 1983] e [Gruber, 1976] para defender que nominalizações formadas a partir do morfema zero, como *abandono* e *prova*, são itens deverbais e não o contrário. Assim, *almoço*, *abandono*, em português, e *run* e *travel*, em inglês, são itens deverbais e não bases nominais para novos verbos (*almoçar*, *abandonar*, *to run*, *to travel*), como se poderia argumentar.

[Rocha, 1999], discutindo a direcionalidade nos processos de formação destes itens, argumenta:

⁴Também chamado de *derivação regressiva*.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que na nominalização, a direcionalidade do processo é clara, como vimos no início deste trabalho. Dado um verbo, é possível prever a existência de um substantivo abstrato, derivado, sufixado, correspondente, com o sentido de ‘ato, efeito, fato, estado, processo, evento, modo ou resultado de X’, sendo X o verbo que constitui a base do processo (*consagrar/consagração, julgar/julgamento, contar/contagem*, etc.). Observe-se que a presença do sufixo caracteriza a derivação. *Contagem* é derivado de *contar* e não, o inverso. A existência desse padrão geral vai nos levar à conclusão de que existe uma coerção do sistema lingüístico no sentido de se formarem nomes abstratos a partir de verbos. A partir daí, pode-se concluir que, via de regra, nomes abstratos fonologicamente e semanticamente relacionados a verbos são deles derivados. [Rocha, 1999, 30]

Muitos nomes abstratos, como *compra* e *assobio*, são, então, considerados nominalizações, seguindo a regra dos demais nomes abstratos. Graças à generalização que esta proposta traz, aqui também considero que derivações regressivas são formas nominalizadas, ou ainda, possíveis ANs. [Rademaker et al., 2013], um trabalho recente que objetiva a construção de uma base lexical de nominalizações para o português brasileiro(PB), também opta por entender este tipo de nominal como deverbal. Em função da dificuldade de traçar a origem de nomes como *almoço* e *run*, há uma certa flutuação na literatura na aceitação destes nomes como nominalizações deverbais, no entanto, como veremos, estes nominais parecem se comportar como as nominalizações formadas a partir de sufixos, logo, não há razões teóricas ou empíricas para não inclui-las sob este rótulo.

2.1.1 Lexicalizações

Rocha lembra ainda de nominalizações que têm seus sentidos estabelecidos idiossincraticamente através de processos de lexicalização: “*declaração* (de amor), *estabelecimento* (comercial), *impressão* (‘opinião vaga, noção’), *escritura* (‘documento’) e *balanço* (‘molejo, gingado’)”.

Como é possível notar, o autor não tem grande preocupação com a forma de tratar destes diversos significados das nominalizações e acaba criando categorias de significado (algo bastante parecido com os tipos semântico-ontológicos que visitaremos nos próximos capítulos) sem critérios rigorosos: a categoria ‘documento’ poderia ser descrita de maneira mais geral como “objeto físico resultante da ação do verbo”; a diferenciação entre ‘evento’ e ‘ato de X’ não é clara; etc. Ainda que Rocha reconheça que estas nominalizações possam assumir outros possíveis significados, o autor se preocupará sobretudo com os nominais que indiquem (apenas ou principalmente) o processo do verbo.

Rocha, então, nomeia e exemplifica vários tipos de lexicalizações que operam na formação dos nominais. O que o autor chama de lexicalizações são processos, mais ou menos recorrentes e geralmente não previsíveis, que agem na formação das nominalizações, mas fogem à regra acima. Rocha propõe quatro tipos de lexicalização, sendo a lexicalização semântica a mais relevante a este estudo.

A lexicalização **prosódica**, presente em *estímulo*/ **estimulo*, *crítica*/ **critica*, é o simples ajuste de acento tônico, que “recua duas sílabas em vez de uma, como seria de se esperar nas chamadas derivações regressivas deverbais (*abandono*, *contorno*, *conversa*, *controle*, etc.)” [Rocha, 1999, pag.18].

As lexicalizações **estrutural** (*absorção*/ **absorvição*, *decisão*/ **decidição*/ **decidimento*) e **rizomórfica** (*defesa*/ **defenda*/ **defendimento*, *herança*/ **herdança*/ **herdadura*) dizem respeito às mudanças na estrutura dos morfemas. Para, [Rocha, 1999, pag.18], anomalias relacionadas à raiz são resultado do processo de lexicalização ri-

zomórfica (*doer/dor/*doeção*) e anomalias não ligadas à raiz são resultados do processo de lexicalização estrutural (*adotar/adoção/*adotação*). No entanto, é possível notarmos uma certa inconsistência neste critério, já que as lexicalizações estruturais acabam também afetando a raiz das nominalizações irregulares. Isto é notável ao considerarmos todos os exemplos apontados por [Rocha, 1999] para nomes formados a partir de lexicalização estrutural:

absorver	absorção	*absorvição
afligir	aflição	*afligição
adotar	adoção	*adotação
compreender	compreensão	*compreendição
confessar	confissão	*confessação
decidir	decisão	*decidição

Entretanto, independentemente desta pequena confusão de critérios, a análise de Rocha se sustenta se considerarmos que todas as nominalizações com anomalias morfo-estruturais são resultados do processo de lexicalização estrutural, já que a raiz é também parte da estrutura. Assim, parece possível termos um rótulo como lexicalização estrutural para nomear o fenômeno morfo-fonológico irregular que forma estes nomes.

Podemos notar ainda que as irregularidades destes nominais podem ser explicadas diacronicamente por serem provenientes de formas que já eram nominalizadas em latim.

Voltando à questão da lexicalização, analisada linhas acima, alguns dos nominais lexicalizados que estamos apresentando são, sob o ponto de vista diacrônico, continuação de formas herdadas do latim: *afligir* (de *affligere*) e *aflição* (de *afflictione*), *adotar* (de *adoptare*) e *adoção* (de *adoptione*), *agredir* (de **aggredire*) e *agressão* (de *aggressionem*), e assim por diante. [Rocha, 1999, pag.21]

Ainda que, como [Rocha, 1999], este trabalho não proponha uma perspectiva diacrônica da linguagem, é relevante notarmos que as lexicalizações propostas são mecanismos teóricos para a análise e explicação da linguagem no nível sincrônico. Há uma explicação causal para que os dados sejam assim, mas os falantes não têm consciência dela, já que os dados do latim e suas relações com o português contemporâneo não fazem parte da competência linguística do falante, objeto de estudo central da linguística sincrônica. Ainda assim, a existência de uma explicação diacrônica parece tornar menos *ad hoc* a estipulação destes processos de lexicalização.

O último tipo de lexicalização proposto, a lexicalização **semântica**, segundo [Rocha, 1999, pag. 20], acontece quando o nominal assume interpretações imprevisíveis como nas sentenças abaixo (grifos meus):

- (22) (?) O material de construção vai **acabar** em dois dias. Mas o **acabamento** do material não quer dizer que a obra vá parar.
- (23) Este vestido apresenta um **acabamento** de primeira qualidade.
- (24) (?) Você precisa **segurar** a bandeja com as duas mãos. Mas essa **segurança** tem que ser feita com elegância.
- (25) Os **seguranças** permaneceram calados o tempo todo.
- (26) (?) – Vamos **desmanchar** os erros cometidos na redação. Mas esse **desmanche** tem que ser feito com cuidado, para não estragar a folha.
- (27) O **desmanche** do carro se deu em duas horas.

Diferente das sentenças 16 - 21, nas quais, segundo [Rocha, 1999, pag.19], as nominalizações passaram por um processo de extensão de sentido e por isto têm outros significados que não o de ‘ato de X’, — significados estes, geralmente, previsíveis e ligados ao verbo base — as nominalizações em 23, 25 e 27 desviam idiossincraticamente do significado do verbo base.

Observe-se que nos exemplos de extensão de sentido, como nos acima arrolados, existe uma relação semântica entre os casos considerados previsíveis e os considerados imprevisíveis (*declaração/declaração*, etc.). Desse modo, duas ou mais aplicações da mesma palavra convivem na língua, caracterizando-se assim o que se chama de linguagem polissêmica.

Desta forma, as principais diferenças entre nominalizações que passaram por um processo de lexicalização semântica (*segurança, desmanche, assadura*) e nominalizações que sofreram extensão de sentido (*declaração, construção, fritura*) são:

i. nominais formados por lexicalização semântica não têm interpretações previsíveis e necessariamente ligadas ao verbo base, enquanto nominais que sofrem extensão de sentido podem também ser considerados imprevisíveis (e eventualmente são), mas mantém uma relação direta com o verbo base;

ii. nominais formados por lexicalização semântica não são interpretados como a ação do verbo sem, no mínimo, uma marca de estranheza, enquanto que nominais que passam pelo processo de extensão de sentido normalmente podem também ser interpretados como ‘ato de X’.

(28) A fritura dos bolinhos levou horas. (ato de X)

(29) ? A assadura dos bolinhos levou horas. (ato de X)

(30) A fritura ficou ótima, mas sujou toda a cozinha. (extensão de significado)

(31) ? A assadura ficou ótima, mas sujou toda a cozinha. (lexicalização semântica)

É possível também entendermos (ii) como reflexo de uma propriedade específica destes nominais: a polissemia. Como veremos, a polissemia é uma propriedade muito interessante nos nominais e pode ser vista em 30 e 31, já que, em 30, *fritura* pode

ser interpretado concomitantemente como ato de X e também como resultado deste ato. Todas as nominalizações que passam pelo processo de extensão de significado são polissêmicas, pois normalmente não perdem seu sentido inicial e passam a poder designar mais de um conceito. Já nominalizações lexicalizadas não são polissêmicas e têm seu significado definido idiossincraticamente.

2.1.2 A concorrência entre nominalizações

Rocha também discute a concorrência das nominalizações na língua. Inicialmente, a existência de uma nominalização *stricto sensu* formada a partir de um sufixo específico (*construção/-ção*) bloquearia a existência de outras nominalizações com este mesmo sentido (**construimento*, **construagem*).

Convém, porém, ressaltar que a existência de determinado nominal em princípio bloqueia o surgimento de possíveis formas concorrentes. É por isso que a língua não apresenta (?)consagração, por exemplo, porque a *consagração* já está cristalizada na língua. Mas esse fenômeno, conhecido na literatura como bloqueio paradigmático – uma vez que se obedece a paradigmas diferentes (Rocha, 1998) – não é “geral e irrestrito”. [Rocha, 1999, pag.12]

Há, então, situações específicas nas quais o bloqueio paradigmático é anulado. [Rocha, 1999] enumera quatro tipos de desbloqueios que visitaremos rapidamente a seguir.

O primeiro deles é o desbloqueio **rotulativo** que ocorre quando um termo é usado especificamente por um grupo de falantes (profissionais de uma área específica, por exemplo), mas não pela maioria dos falantes. O desbloqueio rotulativo produz tanto nominalizações de significado idiossincrático, como *ligamento* (termo médico), quanto nomes que denotem o “ato de X” mas que sejam especializados, como *batimento* (termo médico).

O segundo tipo de desbloqueio é o **estilístico**, comum em obras literárias. Este tipo de desbloqueio acontece quando conscientemente o falante opta por usar uma “formação nova mais expressiva”.

(32) Você precisa sair desse sufoco. (em vez de *sufocamento* ou *sufocação*)

(33) “...não duvidou em lhe deferir hospedamento...” [Rosa, 1972, pag.100] (por *hospedagem*)

Já o desbloqueio **cumulativo** é o uso, normalmente, coloquial de formas nominalizadas que trazem iteração. Exemplos deste tipo de bloqueio são *bateção* (por *batida*), *chamação* (por *chamada*) e *abrição* (por *abertura*).

Por fim, Rocha cita o desbloqueio **esporádico**, que é o uso ‘descuidado’ das nominalizações.

Na fala espontânea, o produto consagrado de uma regra de nominalização pode ser substituído por outro, com base em uma regra concorrente. Isso é feito de maneira esporádica, ou seja, há uma espécie de “escorregadela”, em que o falante troca o sufixo acidentalmente. Esse “descuido” se dá em consequência da coerção exercida pelo padrão lexical, [[V] suf.] N, que é muito forte na língua e que é operacionalizado por meio de vários sufixos, como *-ação*, *-mento*, *-zero*, *-agem*, *-ura*, etc. [Rocha, 1999, pag. 14]

Exemplos do fenômeno são *acoplação* (por *acoplamento*), *aceleramento* (por *aceleração*), *gravamento* (por *gravação*) e *transportamento* (por *transporte*).

2.1.3 Condições de produtividade

Aqui apresentarei os dados mais relevantes de [Rocha, 1999] em relação às condições de produtividade das nominalizações *stricto sensu*. O autor baseia seus dados em uma

lista de pares verbo-nominalização que conta com 443 verbos produzida por [Basílio, 1980, pag.115-126]. Considerando estes dados, o autor aponta que 74,3% das nominalizações *stricto sensu* são formadas por *-ção* (37,9%), sufixo zero (23,4%) e por *-mento* (13%).

Um dos fatores apontados por Rocha para definir o morfema nominalizador de cada par é a fonologia. Segundo ele, verbos terminados por *-i(C)ar* (onde *(C)* = consoante) formam nominalizações com *-ção* e verbos terminados por *-ecer* formam nominalizações com *-mento*:

abominar	abominação	entristecer	entristecimento
aspirar	aspiração	envelhecer	envelhecimento
complicar	complicação	esclarecer	esclarecimento
amplificar	amplificação	acontecer	acontecimento
realizar	realização	agradecer	agradecimento

Segundo o autor, quando os verbos base não terminam por *-ecer* ou *-i(C)ar*, é impossível prever qual será o sufixo nominalizador. Em trabalho anterior, [Real, 2006], analisei morfológica e semanticamente os verbos que tomam o sufixo *-ura* (e seus alomorfes *-dura/-tura*), também sem sucesso no que diz respeito à previsibilidade da ocorrência de determinado sufixo em relação a determinada característica da base.

Ainda que seja impossível prever a formação dos nominais quando nenhuma das duas características fonológicas descritas acima está presente, Rocha aponta que ainda assim a maioria das nominalizações são formadas por *-ção*, zero e *-mento*. Dos pares cujos verbos não terminam em *-ecer* ou *-i(C)ar*, 46,4% são formados pelo sufixo *-ção* (*adoração, alteração, anexação*), 38,2% são formados pelo sufixo zero (*abandono, acerto, ajuda*) e 15,3% por *-mento* (*acompanhamento, adiantamento, aproveitamento*).

2.1.4 Restrições discursivas

Na última seção de seu artigo, [Rocha, 1999, pag.49] discute as restrições discursivas que as nominalizações podem sofrer. O próprio autor dá menos ênfase a este aspecto do comportamento das nominalizações, que não será discutido posteriormente neste trabalho. Rocha analisa a ocorrência de formas nominalizadas em textos narrativos e dissertativos a partir de um *corpus* de 3.000 palavras. Conclui que a presença de nominalizações é muito maior em textos narrativos (5,13% das 3.000 palavras são nominalizações) do que em textos dissertativos (apenas 1,72% das palavras são nominalizações). Segundo ele, isto pode ser explicado pelo fato de textos narrativos descreverem eventos, logo são mais propícios para a ocorrência de nominalizações *stricto sensu*, isto é, as que descrevem exatamente o mesmo evento que o verbo base traz.

2.2 Fenômeno empírico: aspectos semânticos

Aqui apresentarei os aspectos semânticos dos ANs. Chamo de aspectos semânticos tanto o significado lexical destas nominalizações quanto suas possíveis interações em diferentes contextos, desta forma, diferentes características serão abordadas aqui. Veremos, à luz de [Vendler, 1967], que, aparentemente, verbos de todas as categorias semântico-aspectuais podem produzir ANs. Tratarei também dos possíveis significados dos ANs considerando as definições de [Chierchia, 2008] e [Carpenter, 1997] e esboçarei possíveis testes para a identificação das diferentes interpretações que cada nominal pode ter.

A seguir, examinaremos o comportamento das nominalizações em contexto, especialmente contextos co-predicativos, fenômeno que, acredito, deve ser considerado através de um viés semântico-pragmático. Como não há um trabalho, ao menos que seja do meu conhecimento, que descreva as diversas propriedades semânticas das no-

nominalizações em PB, basearei minha explanação em [Jezek, 2008] e [Jezek and Meloni, 2011], que discutem majoritadamente o comportamento dos nominais em italiano, e [Real and Retoré, 2013], que discutem também nominais em inglês, alemão, francês e português.

2.2.1 Verbos base

Na formação de nominalizações em geral, isto é, na formação tanto das nominalizações chamadas por [Rocha, 1999] de *lato sensu* quanto das *stricto sensu*, aparentemente todos os verbos do português poderão servir de base (cf. [Basílio, 2004, pag.54]). Aqui, para testar esta possibilidade, visitarei a classificação de [Vendler, 1967] a fim de demonstrar que verbos de classes semântico-aspectual diferentes podem servir de base para nominalizações, inclusive para nominalizações *stricto sensu*, tema central deste trabalho.

Ainda que a classificação vendleriana tenha suas falhas (cf. [Verkuyl, 1989] e [Rothstein, 2008]), é ainda muito usada na linguística formal. Entendo, então, que há, no mínimo, duas motivações para usá-la neste trabalho: a provável familiaridade do leitor desta tese com a proposta e o fato de que, partindo da classificação mais recorrente na literatura, será mais fácil criar relações entre a descrição que proponho aqui e outras descrições linguísticas já existentes.

Vendler, baseado em Aristóteles, propõe a divisão dos predicados das línguas naturais em quatro classes, entendendo que cada classe verbal toma a noção de tempo de uma maneira distinta. As classes vendlerianas, ou *Aktionsarten*, são: estado, atividade, *accomplishment* e *achievement*.

Verbos de **estado** denotam uma eventualidade que se mantém inalterada em um intervalo temporal. Não envolvem um processo que se desenrola no tempo, são homogêneos, não-agentivos e, por não indicarem processos que se desenvolvem no tempo, expressam qualidades, cf. [Wachovicz and Foltran, 2006]. Exemplos prototípicos

desta classe são os verbos *amar, ter, saber* e *ser*.

Já o rótulo **atividade** descreve processos homogêneos que se desenvolvem no tempo, embora não tenham um ponto final específico (ponto télico). Verbos de atividade são *correr, caminhar, dormir*.

Accomplishments também se desenvolvem no tempo, no entanto, a progressão da atividade leva a uma culminância, um ponto final. *João atravessou a rua*. é um exemplo prototípico deste tipo de eventualidade. É necessário ressaltar que Vendler não classifica verbos, e sim, predicados, logo um mesmo verbo pode ora ser uma atividade, ora um *accomplishment*, por exemplo.

A última categoria, **achievement**, também tem um ponto final, no entanto, não se desenvolve no tempo; é uma eventualidade instantânea e com culminância (ponto final). *Tossir, morrer* e *piscar* são exemplos de *achievements*.

Vejamos alguns exemplos de sentenças classificadas de acordo com a tipologia vendleriana:

- (34) Ela sabe morfologia. (estado)
- (35) Ela corre todas as noites. (atividade)
- (36) Ela correu uma maratona. (*accomplishment*)
- (37) Ela configurou a rede. (*accomplishment*)
- (38) Ela caiu da escada. (*achievement*)
- (39) O carro derrapou. (*achievement*)

[Rocha, 1999] não discute se determinados tipos de verbos são aptos ou não a formarem nominalizações, o que nos permite entender que o autor não encontrou restrições no que diz respeito às características aspectuais do verbo base na formação das nominalizações. [Rocha, 1999] cita apenas uma restrição, a formação de nominalizações iterativas com o sufixo *-ção* a partir de verbos estativos, que será visitada a seguir.

[Basílio, 2004], por outro lado, assume que “virtualmente todos os verbos apresentam um substantivo deverbal correspondente” [Basílio, 2004, pag.54]. Afirmar ainda que “nomes *podem* constituir a base para a formação de verbos, mas verbos *devem* ter uma contraparte nominal no léxico” [Basílio, 1980, pag.83], (grifos da autora). Na contramão da afirmação de [Rocha, 1999], parece não haver restrições rígidas nem mesmo em relação à formação dos nominais iterativos:

- (40) sabeção, amação (estado)
- (41) corrida, caminhada, dormida (atividade)
- (42) configuração, correção (*accomplishment*)
- (43) tossida, piscada, morte, caída, derrapagem (*achievement*)

Poderíamos esperar, seguindo a intuição de [Rocha, 1999] de que verbos de estado não aceitassem o sufixo *-ção* iterativo ou mesmo que nominalizações *stricto sensu* não pudessem ser formadas por verbos estativos⁵.

Os verbos que indicam estado — alguns deles com função copulativa — não aceitam o *-ção* iterativo, por apresentarem o caráter de permansividade. Pelo fato de não serem verbos de ação, os conteúdos semânticos veiculados não são passíveis de repetição. [Rocha, 1999, pag. 43]

Verbos formados pelo sufixo *-ção* iterativo são, segundo [Rocha, 1999, pag.43], próprios da linguagem coloquial. Tendo isto em vista, podemos considerar as nominalizações abaixo, retiradas da internet em situações que, de certa forma, beiram à linguagem coloquial ou, ainda, retiradas de contextos literários, como um argumento empírico contra a restrição apontada por [Rocha, 1999]:

⁵Podemos notar que nominalizações *lato sensu* são facilmente formadas a partir dos verbos estativos mais prototípicos: *sabedor*, *amante*, *o ser*. No entanto, não encontrei nenhuma nominalização formada a partir do verbo *ter*.

- (44) Quero que me repitas até a exaustão / que me amas que me amas que me amas. / Do contrário evapora-se a **amação** / pois ao não dizer: Eu te amo, / desmentes / apagas / teu amor por mim. ⁶
- (45) Meu sentimento é grande / — Não tem finitude — / É tão forte e tão sereno / Tão doce e tão intenso / Que receio te sufocar / Com minha **amação** / Com amorosos anseios / Com essa intensidade / De querer-te. ⁷
- (46) mesmo que essa **sabeção** seja uma coisa sabida por todos nunca nem diante de facas seremos para sempre um sabedor de **sabeções** alheias, muito menos um sabedor de muitas **sabeções**. ⁸
- (47) Vamos lá colega!!! Mudança já!!! Vamos lambuzar esse Yahoo todinho com a seiva da nossa **sabeção**!! ⁹
- (48) The Orange Sisterhood of Sage, como já diz o nome, se você conhece a língua inglesa, é uma Irmandade laranja da... **Sabeção**... Não, mentira... É da sabedoria mesmo... Mas se vocês já não tinham percebido que **sabeção** não existe então a coisa está tensa... E bota tensa nisso... ¹⁰

É possível, então, verificar que, como aponta [Basílio, 2004] acima, todos os tipos de verbo apresentam nominalizações correspondentes. O exemplo 48 é especialmente interessante por demonstrar não só o uso do nominal *sabeção*, mas também o grau de consciência do falante em estar “produzindo um novo nominal”. Isto reforça a ideia de que, mesmo que alguns verbos não apresentem uma nominalização dicionarizada, todos os verbos apresentam alguma possibilidade virtual de nominalização. Talvez pelo fato de as regras de formação das nominalizações serem tão regulares e seu uso tão frequente, tais regras não são apenas internalizadas pelo falantes inconscientemente, mas

⁶[de Andrade, 2012, pag. 44]

⁷Nana de Pinho, 2011. Disponível em <http://www.recantodasletras.com.br/poesiasdeamor/3025219>.

⁸Eder Marçal, 2009. Disponível em <http://www.recantodasletras.com.br/poesias/1778601>.

⁹Disponível em http://respondedor.web665.uni5.net/perguntas/sua_la_piniao_ostaria.html.

¹⁰Disponível em <http://quizilla.teennick.com/stories/17003294/the-orange-sisterhood-of-sage>

podem também ser manipuladas cotidianamente e de forma consciente pelos próprios falantes.

É interessante ainda notarmos que *sabeção*, um AN formado a partir de um verbo estativo, aparece também em textos jornalísticos antigos:

- (49) Considerando que não era possível aos importadores fazer conhecer aos exportadores; um decreto com prazo de 13 dizia entre a data de sua **sabeção** e a saída da mercadoria do interior da Alleinanha; [sic]¹¹
- (50) “o melhor meio pratico de receber as doações voluntarias dos lavradores é o de sua percepção nas alfandegas do imperio; mas como esta medida não póde ser levada a effeito sem a **sabeção** dos poderes do estado, é necessário que os proprios lavradores a solicitem, usando seu direito de petição.”¹²

A partir desta pequena reflexão, à luz da classificação semântica proposta por [Vendler, 1967] para predicados, podemos notar que não há restrições quanto ao tipo de verbo base que poderão formar nominalizações *stricto sensu* (ANs). Em trabalho anterior [Real, 2009], analisando apenas as nominalizações formadas por *-ura*, a partir de classificação de eventos proposta por [Moens and Steedman, 1988], chego à mesma conclusão: todos os verbos podem apresentar nominalizações.

2.3 Possíveis interpretações

Como já vimos, diversos são os motivos pelos quais os ANs são um fenômeno relevante para a literatura linguística. Para, [Faraco, 1978, pag. 05], “elas [as nominalizações] envolvem aspectos cruciais da análise das línguas humanas, desde lexicais até a própria organização da gramática”. Faraco evidencia que um olhar exclusivamente sintático, morfológico ou semântico, não dá conta de descrever o fenômeno das no-

¹¹Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2227137/pg-19-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-09-1935>. Fonte: Diário Oficial da União, 21 de setembro de 1935.

¹²Disponível em <http://memoria.bn.br/>. Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 2 de Outubro de 1862.

nominalizações. Aí estão envolvidos ao menos os níveis lexical (relação entre os pares verbo-nominalização e entre os diversos significados que uma mesma nominalização carrega), morfológico (formação das nominalizações), sintático, semântico e, como defenderei, pragmático. É, a partir de uma visão holística como a de [Faraco, 1978], que proponho visitar estas diversas características das nominalizações.

Dentre os aspectos mais relevantes deste fenômeno, sem dúvida, seus variados significados e a interação entre eles é, possivelmente, o principal fato estudado atualmente, cf. [Jacquey, 2006, Jezek and Melloni, 2011, Brandtner, 2011, Real and Retoré, 2013].

Para iniciar a discussão a respeito dos significados das nominalizações e, posteriormente, a interação entre eles em contextos co-predicativos, aqui proponho uma pausa para que seja possível resgatar alguns conceitos teóricos que guiarão minha análise. Na medida do possível, conforme estes forem delimitados, já apresentarei de que modo tal conceito é pertinente ao estudo dos ANs. No entanto, trarei, após a elucidação de certas definições teóricas, como **significado, uso, interpretação, léxico, ambiguidade, vagueza**, a aplicação destes conceitos ao comportamento dos ANs e apresentarei uma análise ao fim do capítulo, que defenderá, basicamente, que ANs são nominais vagos com diversas possíveis interpretações.

Tanto a revisão teórica quanto minha análise baseiam-se em [Chierchia, 2008], [Real, 2009] e, especialmente, em [Carpenter, 1997].

2.3.1 Definindo léxico, entrada lexical, significado e uso

Nesta seção, tratarei de definir os primeiros conceitos que precisaremos para discutir com propriedade as relações entre os ANs. Aqui apresentarei uma possível definição para estes conceitos, mas devemos lembrar que estas definições não são necessariamente as mais recorrentes na literatura e também não necessariamente estão relacio-

nadas com as teorias que visitaremos no próximo capítulo¹³.

Aqui, entendo léxico a partir da discussão que fiz em minha dissertação de mestrado, [Real, 2009]. A partir de diferentes conceituações, como [Jackendoff, 1975, Aronoff, 1976, di Sciullo and Williams, 1987, Hoeksema, 1985], entendo o **léxico** como um componente subjacente à gramática que lista, de maneira ordenada e estruturada, morfemas, palavras e formas cristalizadas, servindo como “dicionário pessoal do falante”, [Aronoff, 1976].

As **entradas lexicais**, L , são constituídas, seguindo [Hoeksema, 1985], de três partes: material semântico, sintático (categorial) e fonológico, conforme o seguinte esquema:

$$L = \langle \pi_p(L); \pi_c(L); \pi_s(L) \rangle$$

onde

- L = entrada lexical
- $\pi_p(L)$ = projeção fonológica
- $\pi_c(L)$ = projeção categorial
- $\pi_s(L)$ = projeção semântica.

Assim, “em resumo, o léxico é constituído de regras e entradas lexicais, que por sua vez, têm informações fonológica, categorial e semântica” [Real, 2009, pag. 13].

A informação categorial diz respeito à natureza sintática da entrada lexical¹⁴. Já a natureza fonológica diz respeito a como determinada entrada é expressa oralmente.

¹³Nestas seções, tento, sem sucesso, descrever o funcionamento das nominalizações sem necessariamente me ater a uma teoria específica e seus conceitos. Como tal tarefa é, infelizmente, impossível, esboçarei o funcionamento dos ANs a partir de definições menos formais e mais intuitivas, independentemente do que propõem as teorias que visitaremos no Capítulo 3.

¹⁴Para simplificar, podemos entender a projeção categorial como o traço que traz a classe sintática de cada entrada — nome, verbo, determinante, etc. [Hoeksema, 1985], no entanto, é um teórico ligado à

Como neste trabalho há uma preocupação predominante com os fenômenos semânticos ligados às nominalizações, discutirei mais detidamente o que podemos entender por “projeção semântica” de um item lexical.

Para tal, partirei da discussão de [Chierchia, 2008] sobre significado e uso, já que [Hoeksema, 1985], por estar especialmente interessado no nível morfológico da linguagem, não apresenta um tratamento mais complexo do componente semântico, além de se ater à formalização da Gramática Categorial, que não explorarei aqui.

Chierchia, em seu manual intitulado *Semântica*, define e diferencia diferentes termos ligados à ideia de **significado**.

Dentre os vários termos que exploram esta ideia, exporei o **significado gramatical**, **significado do falante** e **uso**, para então, chegar à minha definição de **interpretação**.

“Por significado ou sentido entende-se aquilo que tem a ver com o conteúdo informativo do signo, a maneira como ele é interpretado (qualquer que seja sua interpretação).” [Chierchia, 2008, pag. 37] ¹⁵

Relacionando à noção de significado e léxico, Chierchia diz:

Presumivelmente, nós conhecemos os **significados** de um conjunto finito de palavras (que constitui o nosso **léxico**). Os significados das palavras podem ser apreendidos e armazenados um a um na memória. Além disto, devemos supor que dispomos de um conjunto de regras que nos permitem combinar os significados das palavras [**semântica composicional**]. A maneira de amalgamar o significado das palavras dependerá da

tradição da Gramática Categorial e por isto a natureza categorial proposta segue a formalização específica desta teoria. Para uma descrição introdutória sobre Gramática Categorial e seu arcabouço sintático, ver [Wood, 1993].

¹⁵Chierchia não diferencia significado e sentido, no entanto, na literatura podemos dizer que sentido é uma relação que se estabelece entre o significado e o referente, a coisa no mundo descrita pelo significado. Assim, atualmente, *Dilma* e *presidente do Brasil* têm o mesmo referente, mas não possuem o mesmo significado e nem o mesmo sentido, já que a forma pela qual cada uma destas expressões se relaciona com o referente no mundo — a pessoa Dilma Rousseff em si — é diferente.

maneira como elas estão combinadas sintaticamente uma com as outras.¹⁶

[Chierchia, 2008, pag. 38]

Chierchia define significado como a parte gramatical, literal e lexical de uma entrada lexical, chamando-o de significado *stricto sensu*: “ele inclui uma caracterização do conteúdo de uma expressão, sua força, de suas pressuposições e, em geral, de tudo aquilo que é determinado por regras especificamente linguísticas” [Chierchia, 2008, pag. 235].

O que Chierchia chama informalmente de significado *lato sensu* é o que define por **uso**: uso é o significado em contexto, um fenômeno ligado ao fundo conversacional compartilhado do falante¹⁷. Nesta tese, **interpretação** é usado como sinônimo de uso: é o significado da entrada lexical em contexto.

O autor ainda reforça que a distinção **significado** e **uso** nem sempre é rígida ou reconhecível:

A distinção entre significado e uso não deve ser interpretada de forma rígida. Em primeiro lugar, como já vimos, a gramática apresenta componentes de natureza convencional que podem ser constantemente renegociados (a denotação de uma palavra pode mudar, uma determinada regra pode ser abandonada, etc). Portanto, dentro de alguns limites determinados pela natureza do nosso equipamento cognitivo e da Gramática Universal, o uso pode modificar a própria gramática. Em segundo lugar (como já tivemos também a oportunidade de observar), pode não estar claro *a priori* o que pertence à gramática e o que pertence aos módulos extragramaticais. Nos casos em que as coisas não estão claras, será preciso observar qual é a hipótese que funciona melhor com base nas evidências empíricas disponíveis. [Chierchia, 2008, pag. 236]

¹⁶Grifos meus.

¹⁷Cf. [Chierchia, 2008, Cap. 5], os conhecimentos compartilhados pelos agentes em uma situação comunicativa são o fundo conversacional compartilhado entre estes agentes, que é atualizado a cada novo ato comunicativo.

Por fim, o autor define **significado do falante** como “aquilo que o falante quer dizer através de uma determinada expressão em uma certa situação.” [Chierchia, 2008, pag. 246]

O autor, então, admite pelo menos três diferentes tipos de ‘significado’: gramatical, do falante e uso, sendo este último o resultado da interação dos primeiros dois dada uma certa situação comunicativa. Chierchia ainda admite que a relação entre estes diferentes conceitos de significado são relacionados e nem sempre estáveis:

[...] os nexos entre significado do falante e significado gramatical de uma expressão se articulam em uma pluralidade de níveis. Por um lado, o significado do falante precede o significado de uma expressão e, de certa forma, o constitui. Por outro lado, em qualquer situação comunicativa que usa um sistema de convenções, o significado da expressão está sempre acompanhado de um significado do falante, daquilo que o falante quer dizer; e os dois níveis de significado podem coincidir ou não. [Chierchia, 2008, pag. 247]

Por fim, explicita a interação destes níveis de significação, do léxico e do aparato semântico:

Portanto, as convenções em questão dizem respeito, em primeiro lugar, ao léxico, e se ramificam, depois, de modo a abranger toda a gramática, através da sintaxe e das regras composicionais de interpretação. Aí está uma análise mais detalhada do modo pelo qual o significado, sob certos aspectos, acaba sendo reconhecido como uma complexa práxis social. É por esse caminho que a língua acaba sendo condicionada de maneira direta por fatores arbitrários, históricos e antropológicos. É também por aí que as línguas mudam. Nós podemos mudar constantemente as regras dos jogos que estamos jogando (sempre dentro dos limites do equipamento

cognitivo de que somos dotados). Essa possibilidade de nos desviarmos do uso padrão é também o que permite que aquilo que o falante diz não coincida com aquilo que uma expressão quer dizer, dando lugar aos diferentes atos locutivos e perlocutivos. [Chierchia, 2008, pag. 247]

Assim, para Chierchia, há um significado que é intrínseco à entrada lexical, o significado *stricto sensu*, e há ainda outros níveis de significação que, dada uma certa situação comunicativa, compõe o significado *lato sensu* da expressão.

Uma característica das nominalizações deverbais é o fato de poderem ser interpretadas de formas diferentes em determinados contextos. Veremos, como, o **significado lexical** e o **uso** de uma nominalização atuam na interpretação de uma sentença com um AN. No entanto, tentarei manter-me à distância de uma discussão pragmática que inclua realmente o **significado do falante**. Aqui farei um uso raso da noção de uso para que seja possível tratarmos das nominalizações em contexto, sem, no entanto, fazer uma análise profunda de todos os elementos da situação comunicativa em questão.

2.3.2 Definindo polissemia, ambiguidade e vagueza

A partir dos conceitos expostos acima, definirei agora os que serão mais relevantes a esta tese: polissemia, ambiguidade e vagueza. Para tal, considerarei [Carpenter, 1997, Chierchia, 2008] e [Real, 2009].

[Chierchia, 2008, pag. 62] define **polissemia** como o fenômeno presente em “palavras que têm mais de um significado”. Este é um conceito mais geral de polissemia: todas as palavras que podem ser interpretadas de mais de uma forma são polissêmicas. Há diferentes fenômenos que fazem com que uma palavra seja polissêmica. Visitaremos aqui dois deles: ambiguidade e vagueza.

Ambiguity reflects the possibility of interpreting an expression in more than one way. For instance, the term *nut* is ambiguous among a fastener

for a bolt, a kind of food that grows on tress, and more colloquially, an insane person. An utterance of *nut* means one of these things but not all of them or even the disjunction of them.¹⁸[Carpenter, 1997, pag. 14]

Termos ambíguos em português são, por exemplo, *manga* e *banco*. *Manga* pode denotar uma fruta ou uma parte de uma roupa, mas não ambos ao mesmo tempo. O mesmo acontece com *banco*, que pode ou significar uma instituição financeira ou um determinado tipo de assento. O fenômeno da ambiguidade pressupõe, portanto, que haja dois, ou mais, itens lexicais com significados não relacionados: *manga_{roupa}* e *manga_{fruta}*

Quando fala-se de um termo vago, no entanto, pressupõe-se que há uma única palavra com o significado menos especificado, aberto ainda a determinadas interpretações contextuais.

Vagueness, on the other hand, arises when one expression is intrinsically underspecified but cannot be used with only one meaning among several. The term *brother-in-law* is an example of a vague term. Although it can be applied to the brother of a spouse or to the male spouse of a sibling, it cannot be uttered to include one possibility and not the other.¹⁹
[Carpenter, 1997, pag. 14]

Vagueza, então, pressupõe a existência de significados vagos, não completamente especificados e que poderão ser completados/saturados com o contexto. Um item lexical vago terá, então, parte de seu componente semântico, seu significado gramatical, sub-especificado e este significado vago poderá (ou não) ser especificado em contexto,

¹⁸“Ambiguidade reflete a possibilidade de interpretar uma expressão de mais de uma forma. Por exemplo, o termo *nut* é ambíguo entre ‘uma arruela para parafuso’, ‘um tipo de comida que cresce em árvores’ e, coloquialmente, ‘um maluco’. Um proferimento de *nut* significa uma dessas coisas, mas não todas elas ou mesmo a disjunção entre elas.

¹⁹“Vagueza, por outro lado, aparece quando uma expressão é intrinsecamente sub-especificada mas não pode ser usada com apenas um dos seus vários significados. O termo *brother-in-law* é um exemplo de um termo vago. Embora possa ser aplicado a um irmão do cônjuge ou ao esposo de uma irmã, a expressão não pode ser usada incluindo uma possibilidade, mas não a outra.”

resultando assim em seu **uso**. *Jornal*, por exemplo, é um termo vago, cujo significado gramatical inclui ao mesmo tempo o objeto físico jornal e a instituição que o produz.

Para diferenciar ambiguidade e vagueza, o autor ainda cita dois testes: a negação e a elipse verbal. O teste da negação consiste em negar uma frase com a expressão a ser testada e verificar se ela é falsa para todas os seus significados.

(51) Leslie is not a nut.²⁰

(52) Leslie is not Pat's brother-in-law.²¹

Em 51, não estamos afirmando, ao mesmo tempo, que Leslie não seja louco, nem um amendoim, nem uma arruela. Podemos usar 51, por exemplo, em um mundo onde Leslie seja uma arruela, mas não seja amendoim, nem louco; e a proposição continuará sendo verdadeira. Obviamente, o mesmo vale para mundos onde ele seja um amendoim ou um louco. Vale a pena notar que, mesmo que Leslie não fosse ao mesmo tempo um louco, uma arruela e um amendoim, a proposição 51 não capturaria todos esses atributos.

Por outro lado, não podemos usar 52 para dizer que Leslie não é o irmão da esposa de Pat, se ele for o esposo da irmã de Pat. Isto significa dizer que 52 nega todas as possibilidades que a palavra *brother-in-law* tem; mas 51, não.

A sentença 51 nos possibilita selecionar somente um dos significados, mas 52 sempre selecionará todos. Expressões vagas têm seus significados expressos por fórmulas disjuntivas, por exemplo, *cunhado* é 'ou o esposo da sua irmã ou o irmão do seu cônjuge':

$$\text{cunhado} = \text{esposo da sua irmã} \vee \text{irmão do seu cônjuge}$$

Já expressões ambíguas necessitam de diferentes fórmulas para cada um de seus significados. Dessa forma, quando negamos um de seus significados, estaremos ne-

²⁰Leslie não é um maluco/arruela/amendoim.

²¹Leslie não é o cunhado de Pat.

gando apenas uma dentre todas as possibilidades. Por outro lado, quando negamos expressões vagas estamos negando fórmulas do tipo $A \vee B$; e, pela Lei de Morgan, temos:

$$\neg(A \vee B) = \neg A \wedge \neg B$$

Podemos ver que, mesmo formalmente, a cada vez que negamos um dos significados de expressões vagas, estamos negando todas as suas possibilidades.

Como mencionamos acima, o outro teste proposto pelo autor é o teste da elipse verbal. Esse teste baseia-se na ideia de que uma segunda proposição com o verbo em elipse sobre a palavra a ser testada retoma obrigatoriamente o mesmo sentido da palavra-alvo, se esta for ambígua, mas não o faz se esta for vaga. Vejamos os exemplos de [Carpenter, 1997, pag. 15]:

(53) Robin has a brother-in-law, and Sandy does too.²²

(54) The broker went to the bank, and the riverboat did too.²³

Se 53 for dita em um mundo onde Robin tem uma irmã que é casada com um homem e que Sandy tem um marido que tem um irmão, ela será verdadeira, mesmo que as relações que *brother-in-law* designe não sejam exatamente as mesmas. No entanto, *bank*, em 54, não pode designar na primeira proposição uma agência bancária e na segunda uma margem de rio. Isso porque *bank* é ambíguo, e não vago; quando usamos *bank* na primeira proposição, seu significado foi definido também para a segunda.

Mais uma vez, formalmente, teríamos os mesmos resultados que temos intuitivamente. Se a expressão for vaga e seu significado for expresso por uma fórmula disjuntiva, a segunda expressão pode retomar um dos seus significados ou outro. No entanto, se a expressão for ambígua — ou seja, seus significados são expressos por diferentes fórmulas — a proposição seguinte retoma obrigatoriamente o mesmo sentido

²²Robin tem um cunhado, e Sandy também.

²³O corretor foi até o banco, e o barco também.

que a primeira expressava.

Vagueza e Ambiguidade nos ANs

Vejam os a aplicação destes testes aos ANs, começando pelo teste da negação, que consiste em negar uma frase com a expressão a ser testada e verificar se ela é falsa para todos os seus significados.

(55) Isto não é uma tradução.

(56) Isto não é uma construção.

(57) Isto não é uma assinatura.

Em qualquer mundo possível em que “isto” se referir a uma tradução (seja o evento de traduzir, o conteúdo informacional já traduzido ou, ainda, o livro, resultado físico do ato de traduzir), não é possível negar apenas um dos significados de *tradução*. Consideremos que *tradução* pode assumir os seguintes significados:

tradução = evento de traduzir; conteúdo informacional; resultado físico

Mesmo que o falante quisesse dizer “isto não é um livro traduzido, mas é um resultado do processo de tradução”, interpretação possível caso *tradução* fosse ambígua, o conteúdo informacional abaixo não seria apropriado:

(58) Isto não é uma tradução_{result_fis}, mas é uma tradução_{cont_info}.

O mesmo acontece com 56 e 57. 56 nega, ao mesmo tempo, todas as possíveis interpretações de *construção* (ato de construir, resultado abstrato, resultado físico). Não é possível apontar para um resultado do ato de construir — um prédio, por exemplo — e proferir 56, mesmo que *construção* em 56 pretenda se referir ao ato de construir. Isto mostra que, ao negarmos *construção* e *tradução* estaremos negando todos os possíveis significados destes itens. Assim, podemos concluir que estes são nomes

vagos, pois, ao contrário de *nut*, quando são negados, negam todas as possibilidades de significação do nominal.

Vejamos, então, o teste da elipe verbal.

(59) Robin fez uma construção, e João também.

(60) Robin fez uma tradução, e João também.

É possível usar 60 em um contexto no qual Robin tenha feito apenas uma tradução do conteúdo informacional do texto de partida, mas que João tenha realmente feito um livro (objeto físico) a partir desta tradução, como vemos abaixo:

(61) Ela fez a tradução da *Ilíada*, e o Carlos Alberto Nunes também.

Acima, é perfeitamente possível considerarmos que *tradução* pode apresentar dois significados distintos: o conteúdo informacional traduzido (por ela) e o livro físico já traduzido e publicado (por Carlos Alberto Nunes). A sentença é verdadeira mesmo que *ela* não tenha feito exatamente a mesma coisa que *Carlos Alberto Nunes* fez.

Em 59, acontece o mesmo fenômeno. Robin pode ter terminado de construir um objeto físico, enquanto João terminou de construir algo abstrato. Podemos ver que esta interpretação é possível ao considerar a sentença abaixo:

(62) Robin fez a construção da casa, e João do plano diretor da empresa.

Construção, no caso de Robin, diz respeito ao produto final do ato de construir (um objeto físico, uma casa) e, no caso de João, se refere ao resultado abstrato, não necessariamente físico, de construir um plano. Assim, podemos assumir, com [Basílio, 2004], que ANs são nominais vagos.

Aqui pretendo ainda fazer uma breve reflexão sobre os testes apresentados por [Carpenter, 1997], pois estes parecem-me um pouco ingênuos. Nominais vagos no léxico são sub-especificados, mas, em contexto, dificilmente permanecem assim. Parece-me que, em contexto, imediatamente o falante seleciona um dos significados possíveis

da entrada lexical caso houver qualquer indício mínimo para esta escolha. Nas sentenças apresentadas por [Carpenter, 1997] e repetidas abaixo, há, de fato, um contexto que não força nenhuma das leituras possíveis de *nut* e *brother-in-law*.

(63) Leslie is not a nut.²⁴

(64) Leslie is not Pat's brother-in-law.²⁵

No entanto, no caso das nominalizações deverbais, não é tão simples achar um contexto totalmente neutro, já que o predicado ao redor na nominalização é justamente o que traz a saturação do nominal, o que o “desvagueia”. Vejamos alguns exemplos de contextos que poderiam ser neutros para certas expressões polissêmicas, como *jornal*, *brother-in-law* e *nut*, mas que não são assim tão neutras considerando os ANs:

(65) Robin fez uma construção, e João também.

(66) Robin participou da construção, e João também.

(67) Isto não é uma tradução.

Em 65, o predicado *fez* dificulta a interpretação de evento para *construção*. Já em 66, o predicado *participou* parece apontar quase que necessariamente para a interpretação eventiva de *construção*. Mesmo em 67, sentença que utilizei para testar os nominais repetida acima, é possível notar que a sentença não é totalmente neutra em relação aos possíveis significados de *tradução*. Em 67, *tradução* parece apontar mais facilmente para uma interpretação resultativa (seja de resultado abstrato ou físico) do que para outra interpretação também totalmente possível, a eventiva. Ou seja, mesmo no contexto mais neutro possível, estes nominais já parecem apontar para um ou outro significado possível do nominal. No entanto, é muito relevante notar que todos os significados dos nominais são interrelacionados entre si e também relacionados ao significado do verbo base, e não são simplesmente resultado de homofonia,

²⁴Leslie não é um maluco/arruela/noz.

²⁵Leslie não é o cunhado de Pat.

como são as palavras ambíguas, que possuem, por definição, significados não relacionados e que apontam para itens lexicais absolutamente diferentes. Podemos, para demonstrar a possibilidade de que um nominal faça sim referência a mais de um de seus significados concomitantemente, considerar sentenças como:

(68) A produção das flores que começou mês passado será de 3 toneladas.

(69) A tradução da *Ilíada*, que foi cotejada com o original em grego, está sobre a mesa.

Em 68, *produção* aponta para o significado eventivo (*começou mês passado*) e também para o resultado físico (*será de 3 toneladas*). Em 69, *tradução* aponta para o conteúdo informacional traduzido (*cotejada com o original em grego*) e também para o objeto físico resultado do ato de traduzir (*está sobre a mesa*).

Estas sentenças serão visitadas ainda neste capítulo justamente por representarem um fenômeno interessante, a co-predicação entre os diversos sentidos das nominalizações. Aqui, no entanto, trago-as apenas com o intuito de comprovar que estes nominais são mesmo vagos e podem, de fato, fazer referência a mais de um possível significado, ainda que os testes de [Carpenter, 1997] não evidenciem esta possibilidade de forma clara e exata como poderia-se esperar.

2.3.3 A polissemia dos ANs

Esta apresentação teórica foi necessária para uma análise mais cuidadosa dos ANs. É claro e também reconhecido pela literatura que nominalizações são polissêmicas.

Chamamos de polissemia sistemática a multiplicidade de interpretações possíveis de caráter pré-determinado numa forma lingüística. Assim, nas formações lexicais, a polissemia sistemática é uma estratégia valiosa para a utilização de um determinado elemento no exercício de

várias funções interligadas. No caso das nominalizações deverbais, a polissemia sistemática corresponde a diferentes instâncias de uso frequente e necessário, todas relacionadas a um processo geral de desverbalização do verbo. [Basílio, 2004, pag. 56]

ANs têm primordialmente o significado de evento, mas, não raramente, também denotam outras possíveis relações com o verbo base, como a de resultado.

- (70) A assinatura do contrato demorou três horas. (evento)
- (71) A assinatura furou a folha. (resultado físico)
- (72) A assinatura custou caro à empresa. (resultado abstrato)
- (73) A assinatura acaba em fevereiro. (estado resultante)

A polissemia presente nas nominalizações é reconhecidamente um fenômeno estável e recorrente em diversas línguas [Jacquey, 2006, Jezek, 2008, Basílio, 2004, Jezek and Melloni, 2011]. No entanto, alguns estudiosos da área, como [Grimshaw, 1990] e [Pustejovsky, 1995], que visitaremos no próximo capítulo, consideram que, seguindo determinados padrões da própria língua, é possível prever quase que totalmente o comportamento destes nominais. Eu assumo, com [Rocha, 1999, Basílio, 2004, Real, 2009, Brandtner, 2011] e [Real and Retoré, 2013], que não é possível prever inteiramente quais serão os significados possíveis das nominalizações.

Tomarei *assinatura* como exemplo. Não há nada no verbo *assinar* e nem no sufixo *-ura* — ver [Real, 2009] para uma análise específica das nominalizações formadas por *-ura* — que prediga que *assinatura* poderá assumir, ou não, qualquer um dos significados acima. *Assinar*, seguindo a classificação de [Vendler, 1967], é um *achievement*, já que descreve uma eventualidade instantânea e com culminância. Logo *assinar* é da mesma classe semântico-aspectual de verbos como *tossir*, *piscar* e *cair*. É possível notar que as nominalizações formadas a partir de outros *achievements* (como

tossida e caída) não possuem todos estes significados, mas, talvez, preservem apenas o significado *stricto sensu*, como em 70: ato de x.

Também podemos notar que nem todos os nominais formados por *-ura* podem denotar todos estes significados: *assadura* não denota o evento de *assar*, *legislatura* não denota o resultado de *legislar*, etc. Assim, podemos perceber que as diversas interpretações que podem ter uma nominalização não são totalmente delimitadas nem pelo verbo base, nem pelo sufixo formador.

No entanto, a semântica da formação destes nominais não é um caos total. Ainda que o significado exato de uma forma nominalizada não seja totalmente previsível, podemos prever com certeza que a nominalização terá uma relação direta com o conteúdo semântico do verbo. Podemos também prever quais as possibilidades de significação que este nominal terá.

Assim, ao lado da total impossibilidade de previsão de conteúdos específicos na utilização de formas nominalizadas, temos também uma total previsibilidade das possibilidades de interpretação e direcionamento de escolhas, já que as mesmas correspondem a possibilidades demarcadas pelos processos de formação de palavras e sua interconexão com padrões de formação de enunciados na constituição do léxico e da estrutura linguística e textual. Temos, portanto, na formação de substantivos deverbiais de ação um caso bastante claro de polissemia sistemática. [Basílio, 2004, pag. 57]

É, então, imprevisível saber com certeza quais significados uma nominalização assumirá, mas, graças à regularidade da polissemia apresentada pelos ANs, podemos traçar as relações possíveis com o verbo base que este nominal poderá fazer.

É importante lembrar, no entanto, que, embora interpretações específicas não possam ser antecipadas, dadas as especificidades das instâncias

de nomeação, existe um fator pré-determinado nas interpretações, pois o processo verbal como caracterização do que está sendo nomeado permanece [...] Em suma, em ambos os casos temos direções claras em relação à interpretação polissêmica, embora as particularidades de cada instância sejam oriundas de informação extra-lingüística e, portanto, de caráter lingüísticamente imprevisível. [Basílio, 2004, pag. 58-59]

Na próxima seção, proponho testes para que seja possível identificar qual significado da nominalização está sendo usado em cada contexto. É importante ressaltar que muitas vezes para ‘resolvermos’ uma expressão que é vaga basta informação semântica ou sintática do contexto, sem necessariamente precisarmos analisar profundamente o contexto pragmático no qual estas sentenças estariam inseridas.

2.3.4 Aplicação aos ANs: testes

Retomemos o teste de [Rocha, 1999] para identificar as nominalizações, que pode ser resumido através da seguinte estrutura:

SUJ. + VERBO + COMPLEMENTO (se houver), (mas) esse Y

(sendo Y a forma nominalizada do verbo). [Rocha, 1999, pag.09]

Y é a nominalização *stricto sensu* do VERBO, caso a sentença seja aceitável.

Este teste define apenas a nominalização *stricto sensu*. Neste trabalho, estou interessada em ANs, que são as nominalizações *stricto sensu* consideradas em sua totalidade, isto é, considerando-se todos os significados possíveis destes itens lexicais e não somente a interpretação ‘ato de x’, que é o que guia a definição de nominalização *stricto sensu* de [Rocha, 1999].

Os ANs em português têm muitos possíveis significados:

- (74) ato de X (*participação, oposição, eleição, desenvolvimento, declaração, transferência*)
- (75) Resultado de X (*configuração, assinatura, candidatura, eleição, desenvolvimento, transferência*)
- (76) Resultado físico de X (*construção, assinatura, fritura, declaração, transferência*)
- (77) Iteração do ato de X (*bateção, olhação, beijação*)
- (78) Estado resultante (*acordo, casamento, assinatura, eleição, organização, educação*)
- (79) Resultado abstrato de X (*anulação, desenvolvimento, declaração, classificação, significação*)
- (80) Locativo (*estacionamento, parada, chegada, saída*)
- (81) Coletivização (*administração, oposição, organização, delegação*)

Estes significados também são reconhecidos por [Rocha, 1999] e [Rademaker et al., 2013].

Tendo em mente já as propostas que visitaremos e que, como veremos, usam estes diversos significados sem defini-los e sem estipular testes para determiná-los, proponho testes simples, não formais, para que seja possível minimamente delimitar estes significados e reconhecê-los sem grandes problemas. Praticamente toda a literatura interessada nos fenômenos semânticos presentes nas nominalizações, por exemplo [Pustejovsky, 1995, Melloni, 2007], partem da intuição do autor, geralmente falante nativo da língua em questão, para definir quais são os significados possíveis de cada item. Ainda que eu seja falante nativa de PB, reconheço que há uma linha muito tênue entre estes diversos significados — por exemplo, nem sempre é claro quando um nominal expressa *resultado de x* ou *estado resultante de x e* — eu reconheço a minha própria dificuldade em rotular as nominalizações de acordo com estes significados.

Ainda que os exemplos acima já apareçam classificados dando a entender que cada uma das entradas lexicais tem apenas um significado, como vimos, os ANs são, em sua maioria, nominais vagos. Para determinar com mais precisão que tipo de relação cada um dos significados tem com o verbo base, apresentarei os testes e a discussão com base em nominais em contexto.

Esta classificação se pretende mais linguística e menos ontológica, no entanto, a grande interface entre léxico e conhecimento de mundo (enciclopédia), nos obriga, não raramente, a utilizarmos categorias do mundo para falar de itens linguísticos. Afinal, como comenta Chierchia, “não é evidente quais sejam os limites exatos entre léxico e enciclopédia [Chierchia, 2008, pag. 269]. Entretanto, aqui, faço o possível para manter-me em uma classificação linguística, evitando assim rótulos como “comida”, “animal”, etc, rótulos estes que parecem falar mais do mundo do que da linguagem.

Os testes a seguir partem sempre da relação entre o nominal formado e seu verbo base, já que entendo ser esta a relação primordial e única que podemos de fato esperar das formas nominalizadas do verbo. Em outras palavras, a única coisa que podemos com certeza esperar destas formas é que elas tenham alguma coisa a ver com o verbo base.

Teste 1: locativo

O nominal *n* é uma nominalização do verbo *v* que expressa o significado LOCATIVO, se *n* é ONDE *v* acontece.

Vejamos os exemplos abaixo:

(82) estacionar/estacionamento

Estacionamos ali. O estacionamento é ali.

estacionamento é ONDE estacionamos.

(83) parada/parar

Paramos ali. A parada é ali.

Parada é ONDE paramos.

Teste 2: iteração

O nominal *n* é uma nominalização do verbo *v* que expressa o significado ITERAÇÃO, se *n* é a REPETIÇÃO DO ATO DE *v*.

É necessário aqui ressaltar que esta interpretação só está disponível para nominalizações formadas pelo sufixo *-ção*.

- (84) bater/bateção

Páre com a bateção. = Páre de bater repetidas vezes.

- (85) beijar/beijação

Páre com esta beijação. = Páre de beijar repetidas vezes.

Teste 3: Evento

O nominal *n* é uma nominalização do verbo *v* que expressa o significado EVENTO²⁶, se *n* é o ATO DE *v*.

- (86) bater/batida

Ela bateu. = Houve uma batida.

- (87) jantar/janta

Ela jantou. = Houve uma janta.

- (88) configurar/configuração

Ela configurou. = Houve uma configuração.

²⁶Aqui, prefiro usar o termo ‘evento’ a ‘ato de x’ ou ‘processo’, como faz parte da literatura. Normalmente, estes três rótulos são usados indistintamente para expressar o significado prototípico das nominalizações *stricto sensu*.

O que aqui chamo de evento é a nominalização *stricto sensu* por excelência. É este o significado básico que a grande maioria dos ANs assume.

Teste 4: Estado resultante

O nominal *n* é uma nominalização do verbo *v* que expressa o significado ESTADO RESULTANTE, se *n* É UMA EVENTUALIDADE QUE SE MANTÉM INALTERADA EM UM INTERVALO TEMPORAL CONSEQUÊNCIA DO ATO DE *v*²⁷.

(89) assinar/assinatura

Assinamos a revista em fevereiro. = A assinatura se iniciou em fevereiro.

assinatura = estado resultante do ato de assinar, eventualidade que se mantém no tempo e é uma consequência lógica do ato de assinar.

(90) casar/casamento

Casamos em fevereiro. = O casamento se iniciou em fevereiro.

casamento = estado resultante do ato de casar, eventualidade que se mantém no tempo e é uma consequência lógica do ato de casar.

(91) candidatar/candidatura

Nos candidatamos em fevereiro. = A candidatura se iniciou em fevereiro.

candidatura = estado resultante do ato de candidatar, eventualidade que se mantém no tempo e é uma consequência lógica do ato de candidatar.

Teste 5: Resultado Abstrato

O nominal *n* é uma nominalização do verbo *v* que expressa o significado RESULTADO ABSTRATO, se *n* é ENTIDADE NÃO MATERIAL RESULTANTE DO ATO DE *v*.

²⁷A noção de *estado* aqui remonta a [Vendler, 1967].

- (92) A assinatura da revista custou caro. = o resultado abstrato da assinatura da revista, isto é o acordo, o comprometimento entre a revista e o pagante, custou caro.
- (93) A candidatura do sindicalista foi uma revolução. = o resultado não material causado pelo evento de candidatar foi uma revolução.

Os resultados abstratos não localizam um ponto no tempo (como o estado), nem falam de um resultado físico material, mas sim de uma consequência abstrata.

Teste 6: Resultado Físico

O nominal n é uma nominalização do verbo v que expressa o significado RESULTADO FÍSICO, se n é UMA ENTIDADE FÍSICA QUE RESULTA DO ATO DE v .

- (94) assar/assadura
O calor assou o bebê. = Surgiu uma assadura.
- (95) assinar/assinatura
A mulher assinou a folha. = Surgiu uma assinatura.
- (96) O pedreiro construiu uma casa. = Surgiu uma construção.

Teste 7: Coletivização

O nominal n é uma nominalização do verbo v que expressa o significado COLETIVIZAÇÃO, se n é UM GRUPO DE AGENTES QUE PRATICAM v .

- (97) administrar/administração
A administração negou os dados. = O grupo dos que administram negou os dados.
- (98) delegar/delegação
A delegação mentiu. = O grupo dos que delegam mentiu.

Ainda que minha classificação se pretenda exclusivamente linguística, é possível notar que, ao menos, dois rótulos são também de natureza ontológica: *resultado abstrato* e *resultado físico*. Os demais rótulos poderiam formalmente ser definidos a partir da formalização do que é um *estado*, o que é um *evento*, um *evento reiterado*, uma *entidade*. No entanto, parece que as definições material e não material (ou ainda físico e abstrato) são mais difíceis de capturar. Por esta não ser uma definição tão estranha à linguagem²⁸, a mantereí aqui como um critério para diferenciar possíveis interpretações dos ANs.

É ainda relevante ter em mente que estes testes e estes significados possíveis em PB não concluem toda a discussão sobre ANs considerando outras línguas. Há ainda outras interpretações possíveis para ANs em outras línguas:

- (99) em italiano²⁹, modo: *argentatura* ‘tornar prata’, *otturazione* ‘enchimento’,
- (100) em francês, ação com sentido pejorativo: *gaspillage* ‘desperdício’, *rabâchage* ‘ação de requestrar’,
- (101) em alemão, instrumento³⁰: *Lüftung* ‘ar condicionado’, *Heizung* ‘aquecimento’.

Segundo [Brandtner, 2011], em alemão, *-ung*, sufixo nominalizador eventivo, tem oito diferentes significados (evento, estado resultante, resultado abstrato, resultado físico, modo, agente, coletivo, locativo). Segundo [Paiva et al., 2012], em PB, *-ção* também pode assumir sete destes significados, exceto agente. Em francês, seguindo a descrição de [TLFi, 2010], *-age* (em *garage*, *dorâge*) assume até nove significados, todos os significados possíveis em alemão e também ação pejorativa, como *babillage*

²⁸ Ainda que seja difícil definir linguisticamente o que é uma entidade material e o que não é, é notável que a linguagem pode fazer uso desta distinção. Há, por exemplo, predicados — como *vermelho*, *pesado* e *macio* — que são usados denotativamente apenas para descrever entidades físicas.

²⁹ [Melloni, 2007].

³⁰ [Brandtner, 2011] lista entre os diversos significados de *-ung*, o significado ‘means’, que normalmente é traduzido por ‘modo’. No entanto, seguindo a explicação da autora para o rótulo utilizado, prefiro traduzi-lo por ‘instrumento’. “Instead of the common theta role label ‘instrument’, I use the more general ‘means’ (cf. Bierwisch 1989) to refer to physical or material objects that do not result from the event, but are used to carry it out such as, for example, *Lüftung* ‘air-conditioning’ or *Heizung* ‘heating’ ” [Brandtner, 2011, pag. 35].

(*balbucio*) e *escamotage* (retratação).

2.3.5 Testes dos testes

Agora, a partir dos testes expostos acima, tratarei de algumas sentenças com ANs com o intuito de explicitar que tipo de análise proponho e de que forma estes testes ajudam a especificar o uso destas palavras.

(102) A assinatura dura três meses.

Em 102, *assinatura* é claramente um estado resultante, já que o predicado indica que este nominal tem duração no tempo, sendo, portanto, um estado.

(103) A assinatura está torta.

Já em 103, *assinatura* faz referência ao resultado físico do ato de assinar, o traço no papel. *Assinatura* aqui é uma entidade física que surge a partir do ato de assinar.

(104) A assinatura custou caro.

Em 104, por outro lado, não há referência ao resultado físico do ato de assinar (o traço no papel), mas sim ao resultado abstrato do ato de assinar, o acordo que o ato de assinar resultou e suas consequências.

(105) A assinatura do contrato levou três horas.

Em 105 acima, *assinatura* aponta para o evento de assinar, o ATO de assinar levou três horas.

Como vimos, então, um mesmo nominal apresenta diversas possibilidades de interpretação.

(106) A saída dos meninos causou grande impacto.

(107) A saída do metrô é inútil.

Saída em 106 faz referência ao evento de sair — *saída dos meninos* = o ato de sair dos meninos — enquanto *saída* em 107 aponta para a interpretação locativa do nome — *saída do metrô* = por onde se sai no metrô. Deve-se notar também que diferentes itens lexicais possuem diferentes interpretações e dificilmente um único nominal apresentará todas as possibilidades de interpretação. Por exemplo, o sufixo *-ção* quando interpretado como evento e coletivização, não poderá assumir o significado iteração.

(108) A administração da cidade é uma tarefa árdua.

(109) A administração da cidade é incompetente.

(110) * A administração_{iterativo} incomoda muita gente.

Em 108, *administração* aponta para o evento de administrar: é o ato de administrar que é uma tarefa árdua. Já em 109, o item lexical faz referência ao coletivo de indivíduos que administram: o grupo que administra é incompetente. Por fim, vemos em 110, a impossibilidade de usarmos *administração* no sentido iterativo.

Há, obviamente, contextos nos quais não é possível especificar o significado vago da nominalização:

(111) A administração é difícil.

Administração, na sentença acima, poderia ser interpretada como coletivo (o grupo das pessoas que administram é um grupo difícil de lidar) ou evento (o ato de administrar é difícil).

Com esta pequena discussão de dados em contexto, espero ter explicitado de que forma é possível identificar cada um dos significados expostos na seção anterior, além de evidenciar a impossibilidade de prever exatamente qual será o significado de cada nominal.

2.4 Co-predicação

A co-predicação entre diferentes significados de um mesmo nominal tem sido um assunto muito debatido, pelo menos desde [Pustejovsky, 1995], que utilizou a co-predicação entre dois nomes polissêmicos como um critério para definir nomes que seriam do tipo-ponto na Teoria do Léxico Gerativo, que visitaremos no próximo capítulo.

A co-predicação é o fenômeno empírico no qual um nominal polissêmico possui ao mesmo tempo duas interpretações diferentes. Vejamos abaixo exemplos prototípicos de co-predicação entre nominais vagos:

(112) The newspaper was founded in 1878 and is still typed in Sutterin.³¹

(113) The book is green and funny.³²

Em 112, *newspaper* tem que ser interpretado ao mesmo tempo como a instituição jornal, graças à presença do predicado *was founded*, e também como objeto físico, graças ao predicado *typed*. Em 113, *book* também carrega duas diferentes interpretações: objeto físico (*green*) e conteúdo informacional (*funny*).

A literatura linguística admitiu por algum tempo que, normalmente, ANs não poderiam estar em situações de co-predicação ou que estas situações seriam muito raras [Grimshaw, 1990, Bassac et al., 2007, Mery, 2011]. Como a co-predicação é um fenômeno bastante relevante, é possível encontrar trabalhos sobre diversas línguas que prevejam que a co-predicação é impossível, ou ao menos, muito difícil de se realizar:

(114) * The construction was yellow_[result] and took_[event] all my weekend.³³

(115) * Les reproductions de Cézanne sont accrochées_[result] au mur et ont été effectuées_[event] il y a peu.³⁴

³¹O jornal foi fundado em 1878 e ainda é escrito em Sutterin. [Brandtner, 2011]

³²O livro é verde e engraçado.

³³* A construção era amarela e tomou todo o meu fim de semana.

³⁴[Jacquey, 2006], * As reproduções de Cézanne estão presas na parede e foram feitas há pouco.

(116) * L'amministrazione i di questa azienda è appena iniziata ed i è composta di persone capaci ed i è al primo piano.³⁵

(117) * A fritura, que sujou a cozinha ontem_[event], está muito boa_[result].

No entanto, a literatura mais recente, como [Jacquey, 2006, Jezek and Melloni, 2011, Brandtner, 2011], trouxe muitos exemplos empíricos de co-predicações possíveis entre duas diferentes interpretações dos ANs.

(118) La costruzione, che si protrasse fino al XVII secolo, rimane un'importante testimonianza della geniale tematica del Palladio.³⁶

(119) Les reproductions des séances publiques sont effectuées conformément aux règles prescrites par l'Assemblée, puis directement envoyées aux imprimeurs.³⁷

(120) La tua traduzione del testo di Prisciano, che è stata più volte corretta, è stata messa sulla scrivania.³⁸

(121) A produção das flores que começou mês passado será de 3 toneladas.

De acordo com [Jezek and Melloni, 2011], há restrições sintáticas que permitem a co-predicação entre estes dois diferentes significados:

- (122) a. Dividir a co-predicação entre uma oração principal e uma oração subordinada;
- b. disjunção temporal entre os dois predicados;

³⁵[Melloni, 2007, pag. 118], * A administração desta empresa está apenas começando, é composta por pessoas capazes e é no primeiro andar.

³⁶[Jezek and Melloni, 2011], A construção, que continuou até o fim do século XVII, representa uma importante evidência da genialidade temática de Palladio.

³⁷[Jacquey, 2006], As reprodução das sessões públicas são efetuadas de acordo com as regras prescritas pela Assmebléia, depois diretamente enviadas às impressoras.

³⁸[Melloni, 2007], A tua tradução do texto do Prisciano, que foi revisada muitas vezes, está sobre a mesa.

c. omissão do argumento interno.³⁹

Ao analisarmos o exemplo 118 acima de acordo com as restrições sintáticas propostas por [Jezek and Melloni, 2011] em 122, podemos notar que, de fato, estas parecem se sustentar.

Em 118, temos duas orações claramente distintas divididas entre a oração principal (*rimane un'importante testimonianza*) e a oração subordinada (*che si protrasse*). Cada um destes predicados aponta para uma interpretação diferente do nominal *costruzione*: a oração principal aponta para a interpretação de resultado físico, enquanto a oração subordinada aponta para a interpretação eventiva. Neste caso, é especialmente interessante notarmos o papel da restrição 122b. O fato de cada uma das orações apontarem para momentos temporais muito distintos parece facilitar a co-predicação entre estas duas interpretações antes impossível.

As restrições sintáticas apontadas por [Jezek and Melloni, 2011] parecem então explicar algumas coisas ou então apontar na direção certa. No entanto, podemos já notar que elas nem sempre se sustentam. 119, 120 e 121, por exemplo, apresentam o argumento interno realizado explicitamente — *les reproductions des séances publiques; la tua traduzione del testo di Prisciano, a produção das flores* — e ainda assim são co-predicações possíveis. Co-predicações bem formadas que explicitem o argumento externo do verbo também são possíveis em alemão, segundo [Brandtner, 2011]:

- (123) 1514 überreichte er Louis XII die schwierige Übersetzung von Texten des Thukydides.⁴⁰

³⁹Aqui, faz-se referência ao argumento interno do verbo base. Por exemplo, segundo [Jezek and Melloni, 2011], para que estas sentenças sejam possíveis o argumento interno (objeto direto, tema) do verbo base não pode estar presente em sentenças com a forma nominalizada do verbo: *tradução do texto, construção da casa*, etc.

⁴⁰[Brandtner, 2011], Em 1514, ele deu a Louis XII a difícil tradução dos textos de Tucídides.) Segundo [Brandtner and von Heusinger, 2010, pag. 32], *überreichte* força a leitura resultativa do nominal, enquanto *schwierige* aponta para a leitura eventiva de *Übersetzung*.

- (124) Die Übersetzung lag endlich auf dem Tisch, sie hatte wirklich 6 Monate gedauert.⁴¹

Podemos notar também que nem sempre é necessário que os dois predicados apontem para momentos temporais distintos:

- (125) A produção das flores que começará mês que vem será de 3 toneladas.

Devemos notar também que, além das restrições não serem condição necessária para que a co-predicação seja possível, as restrições também não são condição suficiente para isto. Abaixo, temos exemplos de sentenças que seguem as restrições apontadas por [Jezek and Melloni, 2011], mas não são possíveis:

- (126) * La signature, qui est illisible_[result], a pris_[event] trois mois.⁴²

- (127) * The examination, that lasted one whole day_[event], will be printed_[physic_object] in pink paper.⁴³

- (128) * A fritura, que sujou a cozinha ontem_[event], está muito boa_[result].

Ainda que os exemplos 126, 127, and 128 satisfaçam as restrições em 122, eles não são bem formados. Acredito que isto aconteça por que a possibilidade ou não da co-predicações entre diferentes sentidos não é um fenômeno apenas sintático. De fato, as restrições universais propostas por [Jezek and Melloni, 2011] não funcionam para todas as línguas e nem para todos os ANs, cf. [Real and Retoré, 2013].

Através desta discussão, pretendi apresentar exemplos e argumentos para demonstrar a impossibilidade não só de prever os significados dos nominais, mas também para demonstrar a impossibilidade de prever através de critérios puramente sintáticos ou semânticos, quais são as possíveis co-predicações que cada nominal aceita. Outros autores, como [Cruse, 2004, Asher, 2011, Brandtner and von Heusinger, 2010]

⁴¹[Brandtner and von Heusinger, 2010, pag. 32], A tradução estava finalmente sobre a mesa, ela realmente levou 6 meses. *Lag endlich auf dem Tisch* aponta para a leitura resultativa, enquanto *6 Monate gedauert* para a interpretação eventiva.

⁴²* A assinatura, que é ilegível, demorou três meses.

⁴³O exame, que durou o dia todo, será impresso em papel cor de rosa.

e [Brandtner, 2011], também notaram que fenômenos pragmáticos ou discursivos também podem influir na boa formação das co-predicações com ANs. Os exemplos abaixo evidenciam que, sem uma análise contextual da sentença, é impossível prever a realização ou não das co-predicações.

- (129) a. The city has 500 000 inhabitants and outlawed smoking in bars last year.⁴⁴
 b. ? The city outlawed smoking in bars last year and has 500 000 inhabitants.⁴⁵
- (130) a. The newspaper was founded in 1878 and is still typed in Sutterin.⁴⁶
 b. ? The newspaper was founded in 1878 and is printed in Frankfurt.⁴⁷
- (131) a. Barcelona a organisé les jeux olympiques et gagné quatre ligues des champions.⁴⁸
 b. ? Barcelona est la capitale de la Catalogne et a gagné quatre ligues des champions.⁴⁹

Entendo, então, que a co-predicação, bem como os usos específicos dos ANs, são fenômenos idiossincráticos e que, aparentemente, não podem ser reduzidos a regras claras e rígidas como alguém poderia esperar.

2.5 Resumo

Nesta seção, retomarei rapidamente alguns pontos importantes dentre o que visitamos e explicitarei quais são os mais relevantes da discussão feita acima para este trabalho.

Ainda que [Rocha, 1999] parta de uma definição de nominalização *stricto sensu* que difere minimamente da minha, pois exclui nominalizações eventivas quando in-

⁴⁴[Asher, 2011], A cidade tem 500 000 habitantes e proibiu fumar em bares ano passado.

⁴⁵[Asher, 2011], A cidade proibiu fumar em bares ano passado e tem 500 000 mil habitantes.

⁴⁶[Brandtner, 2011], O jornal foi fundado em 1878 e ainda é escrito em Sutterin.

⁴⁷[Brandtner, 2011], O jornal foi fundado em 1878 e é escrito em Frankfurt.

⁴⁸[Real and Retoré, 2013], Barcelona organizou os jogos omílipicos e ganhou quatro Copas dos Campeões.

⁴⁹[Real and Retoré, 2013], Barcelona é a capital da Catalunha e ganhou quatro Copas dos Campeões.

interpretadas de forma não eventiva, a discussão do autor guiou a descrição da formação destes nominais aqui apresentada. Vimos que todos os verbos em PB apresentam, ao menos virtualmente, uma forma nominalizada, o que demonstra a grande regularidade e ocorrência do fenômeno.

Mostrei também que não é possível prever, a partir do verbo base ou do sufixo formador, os significados que os ANs podem ter. Defendi, a partir de [Carpenter, 1997] e [Basílio, 2004], que os ANs são itens vagos, isto é, tem parte de seu significado sub-especificado lexicalmente e dependem do contexto para ter seu significado ‘completo’ especificado.

Por fim, mostrei também que a interação entre os diversos significados de um mesmo item em contextos co-predicativos também é um fenômeno idiossincrático, nitidamente ligado às circunstâncias contextuais da sentença e que não podem ser previstos a partir de restrições sintáticas.

Considerando a exposição do comportamento dos ANs em português, visitaremos no próximo capítulo duas diferentes teorias — [Grimshaw, 1990] e [Pustejovsky, 1995] — que descrevem e formalizam o comportamento destas formas.

Capítulo 3

Propostas para o tratamento das nominalizações

Neste capítulo, apresentarei diferentes propostas para o tratamento das nominalizações. Apresentarei detidamente duas propostas: [Grimshaw, 1990] e [Pustejovsky, 1995]. Tratarei da proposta de [Grimshaw, 1990] em razão da grande atenção que este trabalho recebeu dentro da comunidade linguística. [Grimshaw, 1990] é uma das primeiras e principais propostas, ainda atualmente, que defende que *action nominals* (AN) devem ser entendidos como nomes ambíguos, e não como nomes vagos, como eu defendi anteriormente. O presente trabalho se opõe a esta proposta por três razões principais: i. entendo que considerar estes nominais como diferentes itens lexicais incha o léxico desnecessariamente, ii. a proposta apresenta generalizações que não parecem se sustentar em outras línguas diferentes do inglês e, muitas vezes, nem mesmo para o próprio inglês, iii. Grimshaw aborda apenas o viés sintático do fenômeno empírico, o que inevitavelmente empobrece o tratamento e direciona o tratamento para uma perspectiva guiada pela ambiguidade, e não pela vagueza, como defendi no capítulo anterior.

O trabalho de [Pustejovsky, 1995] também é de grande relevância para a área, no entanto, a principal razão pela escolha em descrever minuciosamente a proposta é o

fato de que esta abordagem inspirou novos tratamentos e novas questões — especialmente no âmbito semântico-pragmático — para o estudo dos AN, como [Jezek and Melloni, 2009] e [Bassac et al., 2010], dos quais trataremos mais tarde. Como veremos, a proposta de [Pustejovsky, 1995] para o tratamento dos nominais é interessante, no entanto, o quadro teórico do Léxico Gerativo é pouco consistente.

É importante ressaltar que ainda que os dois trabalhos tratem os ANs sob diferentes perspectivas, ambos são herdeiros e se filiam à mesma tradição nos estudos linguísticos. [Pustejovsky, 1995] pode ser visto como uma continuação do trabalho de [Grimshaw, 1990] no âmbito da semântica lexical e a grande maioria dos trabalhos que discutem ANs posteriormente partem de um destes dois trabalhos. Assim, visitar estas duas teorias é também traçar um panorama histórico recente do que tem sido dito acerca deste fenômeno e expor de que forma certas questões surgiram e foram tratadas.

Este capítulo se organiza da seguinte maneira: apresentarei a motivação principal de [Grimshaw, 1990], a estrutura argumental presente em nomes e verbos, e, a seguir, sua proposta para os ANs. Ao fim da seção, tecerei algumas críticas e explicitarei por que o tratamento não descreve o comportamento destas nominalizações em português e, eventualmente, em outras línguas, como italiano, francês e o próprio inglês. Na próxima seção, a discussão de [Pustejovsky, 1995] será abordada. Apresentarei o Léxico Gerativo (LG) de forma neutra, evitando tocar em pontos frágeis da teoria, para em seguida, esboçar algumas críticas à proposta. Por fim, apresentarei sua aplicação às nominalizações.

3.1 A proposta de [Grimshaw, 1990]

Jane Grimshaw em seu *Argument structure* discute, a partir da interface entre sintaxe e semântica lexical, a necessidade de postularmos uma estrutura argumental organizada internamente também para nominais. Na estrutura argumental estariam presentes re-

lações de proeminência entre os argumentos (*prominence relations*) que têm um papel crucial em sua teorização sobre a realização dos argumentos externos. *Grosso modo*, a estrutura argumental são as relações obrigatórias e estruturadas que verbos mantêm com seus argumentos.

(132) João construiu uma casa.

(133) A construção de uma casa foi feita por João.

(134) A construção foi feita por João.

A partir de 132, notamos que *construir* tem dois argumentos a serem saturados: quem construiu (*João*) e o quê (*uma casa*). Em 133, podemos notar que os dois argumentos estão presentes, o que, como veremos, caracterizaria *construção* como um nominal que obrigatoriamente herda as mesmas características do verbo. Em 134, temos um uso de *construção* no qual não haveria a obrigatoriedade de saturação de seus argumentos.

Grimshaw analisa detidamente o comportamento dos AN em inglês para propor que um determinado tipo de AN, chamado por ela evento complexo (*complex event*), tem a mesma estrutura argumental de seu verbo base, diferentemente de outros tipos de nominais, que não preservariam esta característica do verbo. A partir desta distinção, a autora assume que certos nominais são ambíguos entre uma interpretação na qual eles tenham estrutura argumental, e por isto seriam eventos complexos, e uma outra interpretação na qual os nominais não apresentariam estrutura argumental, e então seriam eventos simples ou nomes resultativos. Como Grimshaw está principalmente atenta ao papel e à natureza da estrutura argumental — e não à classe dos nominais como um todo — sua discussão trata majoritariamente do comportamento dos eventos complexos e da realização (obrigatória) de sua estrutura argumental.

Nomes, de fato, podem tomar argumentos obrigatoriamente. Esta propriedade dos nomes tem sido obscurecida pelo fato de que muitos nomes

são ambíguos entre uma interpretação na qual eles tomam de fato argumentos obrigatoriamente e outra interpretação na qual eles não tomam. Afirmarei que nomes que denotam eventos *complexos*, que possuem uma estrutura eventiva como a discutida no Capítulo 2, também tem uma estrutura argumental associada. A estrutura argumental deste tipo de nome deve ser satisfeita, já que seus argumentos são obrigatórios. Outros nomes — aqueles que denotam o que eu chamei de eventos *simples*, e os nominais *resultativos* — não têm estrutura argumental. [Grimshaw, 1990, pag.45]¹

É esta proposta, que defende que certos nominais têm argumentos sintáticos obrigatórios, que apresentarei agora.

Grimshaw distingue os nominais entre eventos complexos e outros — eventos simples (*simple events*) e nominais resultativos (*result nominals*) — assumindo que eventos complexos têm estrutura argumental. A autora pontua que todos os nominais deverbais em inglês formados por *-ing* (como *felling* e *destroying*) são exemplos de eventos complexos. O que diferenciaria resultativos e eventos simples, como *exam*, de complexos, como *examination*, é o fato de apenas nominais eventivos complexos preservarem a estrutura argumental do verbo.

(135) John's examination was long.²

(136) John's examination of the patients took a long time.³

(137) * John's exam of the patient took a long time.⁴

¹Nouns can do take obligatory arguments. This property of nouns has been obscured by the fact that many nouns are ambiguous between an interpretation in which they do take arguments obligatorily and other interpretations in which they do not. My claim will be that nouns denoting *complex* events, which have an associated event structure of the kind discussed in chapter 2, also have an argument structure. The argument structure of such a noun must be satisfied, hence the obligatoriness of its arguments. Other nouns — those that denote what I call *simple* events, and the *result* nominals — have no argument structure. [Grimshaw, 1990, pag.45]

²O exame de John demorou muito.

³O exame dos pacientes pelo John durou muito tempo.

⁴O exame dos pacientes pelo John durou muito tempo.

Nos exemplos acima, apresentados em [Grimshaw, 1990, pag.48], podemos ver as duas realizações do item lexical *examination*. Em 135, *examination* é interpretado como um evento simples, já que sua estrutura argumental não está completa e apresenta apenas um possível candidato (*John*) a saturar a estrutura argumental do verbo *examine*, que é considerada uma estrutura biargumental:

(138) John examined the patient for a long time.⁵

A partir do exemplo acima, é possível reconhecer que a estrutura argumental do verbo *examine* exige, normalmente, dois argumentos: quem examina e quem é examinado. O fato de, em 135, haver apenas um argumento para saturar esta estrutura faz com que *examination* seja considerada pela autora um nominal de evento simples, isto é, que não herda a estrutura argumental do verbo.

Já em 136, temos um exemplo do uso de *examination* como um evento complexo, já que os argumentos da estrutura verbal foram saturados por elementos da sentença, neste caso *John* e *the patients*.

Em 137, podemos notar que *exam* não admite a presença de todos os elementos da estrutura argumental do verbo, logo *exam* é também considerado um nominal de evento simples, como *examination* em 135.

3.1.1 A teoria

O trabalho de Jane Grimshaw se inscreve dentro da teoria da Gramática Gerativo-Transformacional (GGT) e, por isto, sua argumentação teórica é regida majoritariamente por elementos desta teoria, como a teoria do caso, do controle e, em última análise, a própria teoria da estrutura argumental. Muitas das questões levantadas por Grimshaw não são de interesse específico deste trabalho, que não se inscreve no âmbito da GGT, no entanto, reproduzirei parte da discussão teórica de [Grimshaw, 1990], já que minha

⁵John examinou o paciente por muito tempo.

proposta vai na direção oposta da apresentada pela autora. Tentarei ao máximo aproximar a discussão teórica de Grimshaw a discussões pertinentes a todas as áreas dos estudos formais.

[Grimshaw, 1990, Cap. 1] propõe o estudo da representação da estrutura argumental, que é a parte da entrada lexical que traz a representação da informação gramatical. A estrutura argumental tem interface com duas outras representações: a semântico-lexical e a estrutura profunda. Em outras palavras, a estrutura argumental é a ponte entre a informação semântico-lexical e a estrutura profunda, ou seja, a sintaxe, da expressão.

A estrutura argumental é projetada a partir da estrutura semântico-lexical, e a estrutura profunda é projetada a partir da estrutura argumental e dos princípios da teoria X-barra.⁶ [Grimshaw, 1990, pag.1]

A estrutura argumental, então, é a informação semântica organizada estruturalmente para ser a fonte do nível sintático (teoria x-barra). A informação semântica, denominada de *lexical semantic structure* e *lexical conceptual structure*, é uma estrutura léxico-conceitual na qual está codificado o significado do item lexical. Aqui, o *lexical conceptual structure* (ou *lcs*) é o que acomoda o conhecimento que temos sobre o item. Este conhecimento não necessariamente será expresso pela sintaxe, já que o *lcs* não tem relação direta com a estrutura profunda. [Pustejovsky, 1995, pag.62], como veremos adiante, faz uso de um conceito muito semelhante, o *lexical conceptual paradigms (lcp)*, que funciona como a estrutura conceitual que organiza os vários significados possíveis de uma entrada lexical.

É importante notar, então, o tipo de computação linguística que embasa o trabalho de Grimshaw: existe uma informação conceitual-ontológica (que podemos chamar de semântica) e uma ponte, a estrutura argumental. A estrutura argumental transforma

⁶Argument structure is projected from lexical semantic structure, and d-structure is projected from argument structure and principles of X-bar theory. [Grimshaw, 1990, pag.1]

este tipo de informação semântica em *input* para o nível sintático, que segue regras sintáticas universais (teoria X-Barra, que deve servir para todas as línguas) e paramétricas (que são específicas de cada língua). Neste tipo de computação, pelo menos até o momento do item lexical ser processado pelo aparato sintático, existe muito pouca informação semântica em jogo, especialmente aquele tipo de informação que pode ser dita semântica, mas não tem relação direta com o conceitual-ontológico, e sim com regras semânticas que ditam a boa formação das sentenças.

3.1.2 A estrutura argumental

Um dos objetivos da teoria de [Grimshaw, 1990] é prever a disposição dos argumentos das expressões linguísticas, sejam elas verbos ou nominais. Com base no comportamento dos verbos em inglês e em uma lista razoavelmente pequena de possíveis papéis temáticos, a autora elabora uma escala que controla a proeminência de cada um dos argumentos de acordo com seu papel temático[Grimshaw, 1990, pag.8]:

(Agent (Experiencer (Goal/Source/Location (Theme))))⁷

De acordo com esta escala e investigando o comportamento empírico de determinadas classes verbais em inglês, a autora propõe o formato das estruturas argumentais de cada tipo de verbo [Grimshaw, 1990, pag.41]:

⁷(Agente (Experienciador (Objetivo/Fonte/Locativo (Tema))))

Transitivo agentivo (x (y)) Agent Theme	Ditransitivo (x(y(z))) Agent Goal Theme
Inergativo (x) Agent	Estado psicológico (x(y)) Exp Theme
Causativo psicológico ((x (y))) Exp Theme	Agentivo psicológico (x(y)) Agent Exp
Inacusativo ((x)) Theme	

Em relação à representação lexical dos ANs, [Grimshaw, 1990], seguindo [Williams, 1981, Higginbotham, 1985, di Sciullo and Williams, 1987], propõe que nas entradas dos nominais exista uma posição insaturada que representaria o argumento externo de cada nominal. Segundo [Grimshaw, 1990, pag.64], a razão para postular esta posição (chamada de *R*) é a integração destas expressões a uma estrutura sintática maior⁸. Esta posição teórica é tomada considerando principalmente os sintagmas nominais predicativos cujo tratamento pode ser generalizado se pensarmos que existe uma posição a mais a ser satisfeita na estrutura argumental destes nomes:

(139) John is mad at Bill. John is fond of Bill.⁹

(140) John is a man, he is a friend of mine.¹⁰

Nos exemplos acima, *mad* e *fond* são predicados biargumentais, ou seja, exigem dois argumentos para que a expressão seja satisfeita. *Man* e *friend of mine* são nomes,

⁸“The reason for positing R concerns the integration of heads into larger expressions.” [Grimshaw, 1990, pag.64]

⁹John está louco com o Bill. John está apaixonado por Bill.

¹⁰John é um homem, ele é um amigo meu.

mas podem funcionar da mesma forma que *mad* e *fond*, logo parecem ser também expressões biargumentais.

No entanto, em posições não predicativas, como no exemplo abaixo, o mesmo nominal, *man*, não tem claramente dois argumentos.

(141) A man walked into the room.¹¹

Visando a generalização do tratamento dos nominais, [Grimshaw, 1990, pag.64] assume que “nouns always have an open argument”. Ao admitir a existência de um argumento externo, sentenças como 140 são explicadas, no entanto, posições predicativas (como 141) tornam-se um problema.

[Grimshaw, 1990] propõe, então, que em sentenças como 141, a posição de argumento é satisfeita por referência¹², e daí *R*. Segundo [Grimshaw, 1990], há outras propostas na literatura que tentam generalizar o tratamento dos nominais em posição predicativa e não predicativa de outras formas, mas todos os tratamentos precisarão estipular que todos os nominais têm argumento externo.

Ainda que todos os nominais tenham argumento externo, Grimshaw distingue os argumentos de eventos complexos dos argumentos de nominais simples. A posição do argumento externo de eventos complexos é chamada de *Ev* e a posição do argumento externo de outros nominais — sejam eles nominais resultativos ou eventos simples — é chamada de *R*. O que diferencia as posições de argumento externo de nominais complexos e outros nominais é o fato de que *Ev* nunca se liga (*bind*) a um elemento do *lcs*, e *R* sim.

Além da estrutura argumental de cada item, a entrada lexical proposta por Grimshaw também conta com informação sobre a classe sintática de que faz parte (N, no caso dos nominais), como a seguir:

¹¹Um homem andou para dentro do quarto.

¹²Grimshaw assume que, diferente de eventos complexos, nominais resultativos podem apenas possuir argumentos externos, chamados de “referential arguments”, que não têm *a priori* nenhum papel temático associado necessariamente a ele e nem é saturado por um elemento da estrutura argumental do verbo-base. É este tipo de saturação, sem papéis e tipos previamente definidos e que se resolve contextualmente, que [Grimshaw, 1990] chama de saturação “por referência”.

1. dog N, (R)
2. observation/expression/exam N, (R)
3. observe V, (x (y))
4. -ing N, (Ev)
5. -ation N, (Ev)
6. observing N, (Ev (x (y)))
7. observation N, (Ev (x (y)))

Dog e *exam* são nomes comuns (*N*) e apresentam somente o argumento externo *R*, que pode ser ligado a algum participante do *lcs*. [Grimshaw, 1990], partindo do conceito de composicionalidade, propõe também uma caracterização para os sufixos formadores. Sufixos que formam eventos complexos já trazem o argumento (*Ev*) enquanto sufixos resultativos, não. *Observing* e *observation* são nominais (*N*), formados pelo verbo *observe*, e que continuam a ter a estrutura argumental do verbo, neste caso, (*x(y)*). O que os morfemas nominalizadores trazem é não só a classe gramatical da palavra final, mas também um novo participante: o argumento externo *default*, que neste caso é *Ev*. Segundo a autora, *-ing* apenas produz nominais de evento complexo, enquanto *-ation* é ambíguo¹³.

(142) John's examination was long.¹⁴

(143) John's examination of the patients took a long time.¹⁵

Em 142, *examination* é um nominal resultativo: *N*, (*R*). *R* é a posição de argumento externo a ser satisfeita por referência, isto é, a saturação deste argumento não tem

¹³As entradas de *-ation* e *-observation* acima são apenas uma forma dentre todas as possíveis, já que, como veremos, estas são expressões ambíguas e são expressas através de mais de uma entrada lexical ao seguirmos [Grimshaw, 1990].

¹⁴O exame de John foi longo.

¹⁵O exame de John nos pacientes demorou muito tempo.

relação com os argumentos obrigatórios do verbo *to examine*. Neste caso, então, *John* é o tema de *examination*.

Já em 143, *examination* é um nominal complexo: *examination* *N*, (*Ev*, *x*, (*y*)). *Ev* é saturado pelo evento ele mesmo (como o *e* davidsoniano), enquanto a estrutura argumental do verbo é saturada e mantida por *John*(*x*) e *the patients*(*y*). *John* neste caso é o agente e *the patients* o tema.

Esta forma de entender a computação linguística que privilegia o papel da sintaxe no processo é, talvez, o mais recorrente na literatura linguística contemporânea, já que a teoria da GGT é a de maior aceite nas áreas formais da linguística atualmente. No entanto, ao optar por este arcabouço teórico, acredito que algumas questões não sejam devidamente contempladas, ou, em última análise, são contempladas via sintaxe¹⁶. Acredito que muitos dos fatos empíricos que serão apresentados nos próximos capítulos só puderam ser percebidos através de um olhar teórico diferente do de Grimshaw. Acredito também que a forma de considerar e explicar os fenômenos empíricos passa por questões teóricas diferentes e que, algumas vezes, uma teoria nos leva a ver coisas onde não há ou, até mesmo, a não perceber certos padrões que seriam caros a outras teorias. Por isto, questões importantes relativas aos nominais, como, por exemplo, que tipo de objeto linguístico é um nominal deverbal ou qual o tipo da entidade a que ele se refere, não foram consideradas por [Grimshaw, 1990]. Outras questões ainda foram consideradas apenas pelo viés sintático, *e.g.* o único objeto linguístico que o *lsc* (que é o nível onde toda a informação léxico-semântica-conceitual-ontológica está guardada) gera é a estrutura argumental, algo que só serve para a sintaxe.

Claro que toda pesquisa científica será delimitada pela teoria na qual se enquadra e a teoria utilizada por Grimshaw vai evidenciar aquilo para o qual ela foi feita, neste caso, a manutenção da ideia de que a sintaxe é um componente autônomo da lingua-

¹⁶O fato de todas as facetas deste objeto não serem consideradas concomitantemente pela GGT não é inicialmente um problema já que qualquer teoria focalizará um aspecto do objeto de estudo escolhido. No entanto, o enfoque exclusivamente sintático de [Grimshaw, 1990] sobre um objeto que é também semântico deixa de lado aspectos que são absolutamente centrais no que diz respeito ao comportamento das nominalizações ambíguas.

gem. Toda a discussão promovida por [Grimshaw, 1990] tem olhos para a manutenção de pressupostos que colocam a sintaxe no primeiro plano da computação linguística. Logo, os fenômenos tratados e a forma de tratá-los estarão, obviamente, a serviço da teoria.

É impressionante que, apesar desta diversidade, todos os sintagmas nominais obedecem rigidamente ao mesmo modelo sintático básico. Este é um interessante argumento geral para a autonomia da sintaxe.¹⁷ [Grimshaw, 1990, pag.106]

Por isto, é de extrema importância termos em mente quando vemos o estudo de [Grimshaw, 1990] que este é um trabalho que, ao se voltar para a estrutura argumental, assume certos compromissos com a sintaxe que nem sempre estão explícitos nos dados empíricos. É importante ter isto em vista porque, como argumentarei na próxima seção, grande parte das generalizações propostas por [Grimshaw, 1990], só se sustentam enquanto generalizações dentro da própria teoria ou são generalizações criadas dentro do nível sintático que não fazem referência a nada que não seja sintático, o que torna boa parte das generalizações de [Grimshaw, 1990] circulares.

3.1.3 Distinção entre nominais

[Grimshaw, 1990] propõe que a principal distinção a ser feita entre nominais é em relação à estrutura argumental, presente em alguns nominais, chamados de *complex event nominals* (nominais de evento complexo), mas ausente em outros — chamados de *result nominals* (nominais resultativos) e de *simple event nominals* (nominais de evento simples) — que não apresentariam estrutura argumental. Na contramão de outros autores como [Jacquey, 2006], a distinção entre processo e resultado não é a mais relevante neste programa de investigação.

¹⁷It is striking that despite this diversity, all Noun Phrases conform rigidly to the same basic syntactic template. This is an interesting general argument for the autonomy of syntax. [Grimshaw, 1990, pag.106]

Os rótulos *resultado* e *processo*, entretanto, não fornecem uma forma clara de caracterizar toda a variedade de classes relevantes. Eu defenderei que a distinção real entre nomes que têm uma estrutura eventiva associada do tipo discutido no capítulo 2, que eu chamo de nominais de evento *complexo*, e nomes que não. (Mesmo nomes que denotam eventos comportam-se como nominais resultativos a menos que tenham uma estrutura eventiva que lhes forneça uma análise eventiva interna.)¹⁸

[Grimshaw, 1990, pag. 49]

As sentenças abaixo exemplificam a distinção de [Grimshaw, 1990]:

- (144) The examination of the patient took a long time.¹⁹ (complex event nominal)
- (145) The examination was on the table.²⁰ (result nominal)
- (146) The exam was on the table.²¹ (result nominal)
- (147) The exam took a long time.²² (result nominal)
- (148) * The exam of the patient took a long time.²³ (result event nominal)

Segundo [Grimshaw, 1990], *examination* é um nominal ambíguo entre duas interpretações: a de nominal de evento complexo (em 144) e a de nominal resultativo (em 145). Em 144, *examination* é um nominal de evento complexo e podemos distingui-lo graças à presença de sua estrutura argumental (*of the patient*). Em 145, *examination* é “the output of a process” e não apresenta estrutura argumental.

Já *exam*, em 148, é um nominal não-ambíguo segundo [Grimshaw, 1990, pag.49], já que nunca está associado à estrutura argumental. A autora afirma que *exam* é um

¹⁸The *result* and *process* labels, however, do not provide an illuminating way of characterizing the entire range of relevant cases. I will argue that the real distinction is between nouns that have an associated event structure of the kind discussed in chapter 2, which I call *complex* event nominals, and nouns that do not. (Even nouns that denote events behave like result nominals unless they have an event structure which provides them with an internal event analysis.) [Grimshaw, 1990, pag. 49]

¹⁹O exame do paciente demorou muito tempo. (nominal de evento complexo)

²⁰O exame estava na mesa. (nominal resultativo)

²¹O exame estava na mesa. (nominal resultativo)

²²O exame demorou muito tempo. (nominal resultativo)

²³O exame do paciente demorou muito tempo. (nominal de evento resultativo)

nominal resultativo — [...]“*exam* is unambiguously a result nominal and does not occur in all the same context as the process nominal.” [Grimshaw, 1990, pag.49] — no entanto, em sentenças como 147, *exam* parece ser interpretada como um evento, já que o predicado *took a long time* indica que trata-se de uma entidade que acontece em um contínuo temporal²⁴. *Exam* é classificado como um nominal de resultado, já que nunca apresentará a estrutura argumental que o classificaria como nominal de evento complexo, mas ora é interpretado como um evento, como em 147, ora é interpretado como resultado, como em 146.

É interessante perceber que Grimshaw nota a ambiguidade que existe entre *examination* em 144 e *examination* em 145, mas ignora a ambiguidade de *exam*, que não é relevante em relação à presença ou não da estrutura argumental. Em suma, existem três tipos de nominais, e apenas um deles admite estrutura argumental.

Grimshaw nota ainda que existem muitos nominais ambíguos entre uma interpretação de evento complexo e uma outra qualquer, então, propõe testes empíricos para desambiguação dos nominais²⁵:

Nominais de evento complexo são diferenciados de outros considerando o quadro de determinantes e adjuntos que aparecem, assim como considerando controle de evento e predicação.²⁶ [Grimshaw, 1990, pag.59]

São estas características sintáticas que diferenciam os nominais de evento complexo dos demais que visitaremos na seção seguinte.

²⁴É curioso notar que [Shimada and Kordoni, 2003], discutindo nominais do japonês, classificam *exam* em 147 como um *simple event nominal*, o que seria de se esperar, caso a classificação não atendesse estritamente a critérios sintáticos. A classificação proposta é baseada na distinção: eventos complexos e nomes resultativos, assim o rótulo *simple event nominal* não tem estatuto teórico em [Grimshaw, 1990], ainda que possamos entender o que [Shimada and Kordoni, 2003] propõem. Em 147, *exam* faz referência ao evento de examinar, mas como [Grimshaw, 1990] privilegia o critério sintático em detrimento de outros, ainda que *exam* faça referência a um evento, graças ao fato de o nominal não apresentar estrutura argumental, ele será classificado como um nominal resultativo.

²⁵Este ponto específico da proposta de [Grimshaw, 1990] é bastante problemático, pois a autora propõe apenas testes sintáticos para desambiguar os nominais sem questionar que tipo de polissemia ocorre neste fenômeno, que não parece ser um simples caso de ambiguidade sintática.

²⁶Complex event nominals are distinguished from the other in the range of determiners and adjuncts they occur with as well as in event control and predication. [Grimshaw, 1990, pag.59]

3.1.4 Eventos Complexos: características empíricas

Apresentarei aqui as principais características sintáticas apontadas por [Grimshaw, 1990, Cap. 3] para desambiguar os nominais²⁷. Esta seção do trabalho foi construída de forma a poder ser lida separadamente por aquele que tem interesse apenas nas questões empíricas, testes e categorizações propostas por [Grimshaw, 1990].

Modificação pelos advérbios “frequent” e “constant”

A autora propõe que apenas eventos complexos podem sofrer modificação pelos advérbios “frequent” e “constant”, pois precisariam ser licenciados pela estrutura argumental de um nominal complexo.

(149) The expression is desirable.²⁸

(150) *The frequent expression is desirable.²⁹

(151) The frequent expression of one’s feelings is desirable.³⁰

A modificação trazida por “frequent” em 150 é agramatical porque apenas quando *expression* é um evento complexo — com estrutura argumental, e consequentemente, com a realização de todos os seus argumentos sintáticos — aceita a modificação por “frequent” e “constant”, como em 151. Segundo a abordagem proposta por Grimshaw, devemos entender *expression* em 149 como um nominal resultativo.

(152) The assignment is to be avoided.³¹

²⁷ Talvez uma das críticas mais relevantes ao trabalho de Grimshaw seja em relação à circularidade de suas definições. Ao propor que é a presença da estrutura argumental que distingue os nominais, [Grimshaw, 1990] apresenta características que desambiguizariam os nominais. Assim, a presença dos argumentos é uma característica desambiguizadora, a presença de certos modificadores, etc. O que me parece circular é que parte-se de características sintáticas para chegar-se a uma caracterização sintática que só tem a oferecer generalizações sintáticas e, arrisco, muitas das generalizações a que podemos chegar são exatamente as mesmas características desambiguizadoras utilizadas anteriormente como critério para a classificação.

²⁸ A expressão é desejável.

²⁹ A expressão frequente é desejável.

³⁰ A expressão frequente dos sentimentos de alguém é desejável.

³¹ A atribuição deve ser evitada.

(153) * The constant assignment is to be avoided.³²

(154) The constant assignment of unsolvable problems is to be avoided.³³

O mesmo acontece nas sentenças acima — 153 não é gramatical porque modifica um nome resultativo e este não aceita a modificação por “constant”.

Presença de um sintagma possessivo ou *by-phrase* interpretado como sujeito

Assumindo que eventos complexos têm estrutura argumental, sintagmas possessivos pré-nominais, quando relacionados a eventos complexos, serão sempre argumentos que retomam o sujeito³⁴ do verbo, como em 156.

(155) John’s examination was long.³⁵

(156) John’s examination of the patients took a long time.³⁶

Em 155, segundo Grimshaw, o sintagma possessivo pré-nominal *John’s* pode estabelecer diferentes relações com o nominal (*possessor; author; taker*), já que não há nenhuma obrigatoriedade de saturar os argumentos de *examination*.

Com *by-phrases*, o mesmo fenômeno teria lugar. *By-phrases* que são argumentos de eventos complexos têm a leitura obrigatória de sujeito do verbo base, enquanto as que modificam nominais resultativos e eventos simples são simples modificadores que podem trazer diferentes relações à sentença.

(157) The examination (of the papers) by the instructor.³⁷

(158) An examination by a competent instructor.³⁸

³²A constante atribuição deve ser evitada.

³³A constante atribuição de problemas insolúveis deve ser evitada.

³⁴*Sujeito* aqui é um termo didático que corresponde de fato ao *argumento externo* do verbo, independente de este funcionar como sujeito, agente, etc.

³⁵O exame de John foi longo.

³⁶O exame de John nos pacientes demorou muito tempo.

³⁷O exame (dos papéis) pelo instrutor

³⁸Um exame por um instrutor competente

157 só é gramatical na presença do objeto (*of the papers*) e também do sujeito (*by the instructor*) do verbo base. Isto indica que *examination* em 157 é um evento complexo, já que tem sua estrutura argumental saturada. Em 158, *examination* não tem estrutura argumental³⁹, logo a *by-phrase* não expressa obrigatoriamente o sujeito do verbo, ainda que a relação de sujeito seja uma das possíveis relações que a *by-phrase* pode estabelecer com o nominal.

Não são modificados por pronomes indefinidos *an/one/that*

Um nominal que tem estrutura argumental, ou seja, um evento complexo, só admite o determinante definido, bloqueando o uso de *an*, *one* e *that*.

(159) They observed the/*an/*one/*that assignment of the problem.⁴⁰

(160) They studied the/an/one/that assignment.⁴¹

Em 159, *assignment* é um evento complexo⁴² e por isto não aceita a modificação por outros tipos de determinantes que não o definido singular. Em 160, *assignment* é um nominal resultativo, por isto não tem estrutura argumental a ser saturada e aceita qualquer tipo de determinante.

Não pluralizam

Segundo [Grimshaw, 1990, pag.54-55], eventos complexos não pluralizam.

(161) The assignments were long.⁴³

(162) *The assignments of the problem took a long time.⁴⁴

³⁹[Grimshaw, 1990, pag.52] não diz se *examination* em 158 é um evento simples ou um nome resultativo.

⁴⁰Eles observam a/*uma/*uma/*esta atribuição do problema.

⁴¹Eles estudaram a/uma/uma/esta atribuição.

⁴²Note que apenas o argumento interno de *assignment* é realizado.

⁴³As atribuições foram longas.

⁴⁴As atribuições do problema demoraram muito.

Assignments in 161⁴⁵ não tem estrutura argumental, e por isto, pode ser pluralizado e não precisa saturar nenhum argumento. Já em 162, a estrutura argumental de *assignments* é saturada, o que faz com que o nominal se comporte como um evento complexo e não admita sua forma plural.

Não ocorrem em predicções

Segundo a autora, “process nominals” não ocorrem predicativamente, e nominais resultativos sim. Segundo ela, sintagmas nominais predicativos precisam de um determinante indefinido, e como eventos complexos nunca podem ser modificados por determinantes indefinidos, estes nunca podem ocorrer em predicções.

(163) That was the /an assignment.⁴⁶

(164) *That was the / an assignment of the problem.⁴⁷

Em 163, *assignment* é um nominal sem estrutura argumental, e, em 164, é um evento complexo, o que bloquearia a predicção.

3.1.5 Crítica à proposta de [Grimshaw, 1990]

Minha principal crítica ao tratamento proposto por [Grimshaw, 1990] aos ANs é referente à limitação da amplitude da proposta. Ainda que algo do comportamento dos nominais pareça ser sintaticamente motivado, a sintaxe não é o único nível linguístico que parece agir aí e talvez não seja nem ao menos o principal. Graças ao seu comprometimento com a teoria da GGT, Grimshaw considera em especial o viés sintático, e não semântico ou morfológico, e propõe uma categorização para estes nominais baseando-se apenas em critérios sintáticos. Isto não seria um problema se de

⁴⁵Neste trecho do capítulo, a autora contrapõe eventos complexos a nominais resultativos. No entanto, *assignments*, em 161, deve ter a interpretação de evento, e não de resultado, já que “were long” predica uma entidade que se estende no tempo.

⁴⁶Esta foi a/um atribuição.

⁴⁷Esta foi a/uma atribuição do problema.

fato critérios sintáticos exercessem um papel fundamental no comportamento destes nominais, no entanto, como defenderei, se algum nível de análise é fundamental para compreendermos o comportamento destes nominais, este nível é o semântico (e talvez pragmático).

Como mostram trabalhos posteriores, e que visitaremos no próximo capítulo, alguns aspectos do comportamento dos ANs, como a **polissemia inerente** e seu comportamento em **contextos predicativos**, parecem ser estritamente ligados a aspectos semânticos destes nominais. Vejamos cada um deles detidamente: o que [Pustejovsky, 1995, Jezek and Melloni, 2009, Bassac et al., 2010, Jezek and Melloni, 2011] chamam de **polissemia inerente** é o fato de a maioria dos ANs significarem ao mesmo tempo resultado e evento. Para estes autores, *observation* é um único item lexical que se realiza de diferentes maneiras, graças à complexa informação léxico-semântica de cada entrada. A argumentação de [Grimshaw, 1990, Cap. 3], que defende que estes nominais são ambíguos em relação à obrigatoriedade de seus argumentos, implica em computarmos na verdade dois nominais, com duas estruturas argumentais distintas:

observation (R) (nominal resultativo)

observation (Ev (x (y))) (evento complexo)

Esta distinção implica, então, em termos duas entradas para *observation*, uma com a mesma estrutura argumental do verbo (evento complexo) e uma entrada com uma única posição (R) na estrutura argumental (nominal resultativo e evento simples). Além da distinção duplicar o número de nominalizações no léxico, ela é pouco óbvia: a autora não deixa claro o que entende por argumento, porque *Ev* precisa ser saturado pelo evento ele mesmo, enquanto R pode ser satisfeito por um item lexical não ligado ao *lcs*. A falta de clareza de [Grimshaw, 1990] em relação à definição e

comportamento dos argumentos é também discutida por [Moura and Neto, 2007].

Contudo, a autora, em momento algum, dá uma definição para o termo argumento. Esta não-definição do termo argumento é algo não raro em trabalhos da área (Pustejovsky, 1995; Levin e Hovav, 2005; Miotto et al., 2005), aliás, assenta-se numa pressuposição, mais ou menos difusa, de argumento como: (a) uma variável predicacional lexical *x* que geralmente é rotulada por um papel semântico; e (b) um espaço/posição sintático que é preenchido por uma expressão geralmente dotada de valor fonológico.

A falta de definição da teoria em relação ao funcionamento da saturação destes argumentos dificulta não só o uso da teoria, como também uma crítica relevante e consistente em relação a este ponto. De qualquer forma, a relação entre nominais e seus argumentos é um ponto central de [Grimshaw, 1990] e, graças ao funcionamento destes argumentos, a autora defende a ambiguidade sintática destes itens. Para [Grimshaw, 1990], a ambiguidade sintática dos argumentos dos ANs é reflexo do fato de um nominal ambíguo ser representado por duas diferentes estruturas lexicais, e não uma única que se configura de maneiras diferentes em diferentes contextos:

A ambiguidade fundamental em nominalizações se correlaciona à ambiguidade na interpretação de sintagmas construídos com o nome. Quando um nome é ambíguo entre duas leituras, como *examination* é, um possessivo associado a ele é também ambíguo entre uma leitura de modificador com nomes concretos e uma leitura relacionada à estrutura argumental, na qual o possessivo fornece informação sobre uma posição na estrutura argumental do nome.⁴⁸ [Grimshaw, 1990, pag.48]

⁴⁸The fundamental ambiguity in nominalization correlates with ambiguity in the interpretation of phrases in construction with the noun. When a noun is ambiguous between the two readings, as *examination* is, an associated possessive is also ambiguous between the modifier reading found with concrete nouns and the a-structure-related reading in which the possessive provides information about a position in the argument structure of noun. [Grimshaw, 1990, pag.48]

(165) John's examination was long.⁴⁹ (nominal resultativo)

(166) John's examination of the patients took a long time.⁵⁰ (evento complexo)

Em 165, “John's” pode ser quem foi examinado ou quem examinou, no entanto, em 166, “John's” só pode ser interpretado como quem examina. Para Grimshaw, a ambiguidade de “John's” acima não é uma ambiguidade estrutural e nem resultado da estrutura da sentença que forçaria uma interpretação diferente para o nominal em diferentes contextos, mas resultado da estrutura argumental associada a cada um deles.

Teorias que, por entender os ANs como nomes polissêmicos, não os consideram como diferentes entradas, diferente do que faz [Grimshaw, 1990], têm não só a vantagem de enxugar o léxico, mas também de prever a vagueza de sentenças nas quais o contexto não seja suficiente para desambiguar o item:

(167) I saw the examination.⁵¹

(168) The translation was great.⁵²

[Grimshaw, 1990], ao propor diferentes entradas para uma mesma forma nominalizada, também enfraquece o poder de generalização de sua teoria, além de perder a relação semântica e lexical óbvia que há entre estes itens.

Há também muitos ANs cujos possíveis significados vão muito além da distinção evento/resultado. Segundo [Rocha, 1999, pag. 08], supracitado, nominalizações *stricto sensu*, ou seja ANs, nomes deverbais que significam o mesmo processo do verbo base, podem denotar ato, efeito, processo, fato, resultado, estado, evento e modo. Uma distinção, como a proposta por Grimshaw, que não considere critérios semânticos, também não captura estas diferentes leituras.

Outra vantagem em não assumir esta distinção diz respeito ao fenômeno das **copredicações**, que é facilmente explicado através de uma abordagem semântica.

⁴⁹O exame de John foi longo.

⁵⁰O exame dos pacientes por John levou muito tempo.

⁵¹Eu vi o exame.

⁵²A tradução foi ótima.

- (169) The construction took all my weekend.⁵³ (evento)
- (170) The construction was huge and yellow.⁵⁴ (resultado)
- (171) * The construction was huge and took all my weekend.⁵⁵ (evento + resultado)
- (172) ? The construction, that is huge and yellow, took all my weekend.⁵⁶ (evento + resultado)
- (173) The construction, which continued till the XVII century, represents an important evidence of Palladios ingenious artwork.⁵⁷ (evento + resultado)

Para [Grimshaw, 1990], “construction” acima será sempre um nominal sem estrutura argumental. Independentemente do rótulo resultativo ou evento simples, todas as ocorrências acima estão classificadas dentro do grande e heterogêneo grupo dos nominais não complexos, cujas características sintáticas são descritas em contraposição às características sintáticas dos eventos complexos e cujas características semânticas não são discutidas e não são previsíveis considerando o tratamento de Grimshaw.

A copredicação entre ANs é largamente estudada por outras teorias talvez por ser um dos fenômenos empíricos que mais evidencia a necessidade de critérios semânticos para tratarmos dos nominais. Ao assumirmos que a distinção entre nominal resultativo e nominal eventivo não é relevante, como faz [Grimshaw, 1990], é impossível prevermos 171 e 172 e até mesmo as diferenças entre 169 e 170.

Existem, então, muitos fenômenos que parecem ser de cunho semântico e sobre os quais a distinção de Grimshaw não tem nada a dizer. Visitemos, então, a distinção proposta, ainda que, como mostrei, esta não seja a distinção mais relevante a ser feita, já que não prevê, e nem sequer permite a discussão, dos fenômenos discutidos acima. Ainda assim, a distinção de [Grimshaw, 1990] pode ser útil no nível sintático

⁵³ A construção tomou todo o meu fim de semana.

⁵⁴ A construção era enorme e amarela.

⁵⁵* A construção era enorme e tomou todo o meu fim de semana.

⁵⁶? A construção, que é enorme e amarela, tomou todo o meu fim de semana.

⁵⁷ A construção, que continuou até o século XVII, representa uma importante evidência da obra engenhosa de Palladio.

e generalizar outros fenômenos interessantes.

O tratamento proposto é baseado na hipótese de que eventos complexos obrigatoriamente apresentariam a mesma estrutura argumental de seu verbo base e outros nominais, não. Nominais resultativos também teriam algum tipo de estrutura argumental e pelo menos um argumento, o argumento externo (*R*). Eventos complexos também têm sempre uma posição de argumento externo (*Ev*), porém este nunca se liga a uma posição da estrutura argumental do verbo base, isto é, *Ev* é sempre satisfeito pelo evento “ele mesmo”⁵⁸ e não por um argumento do verbo base, ou seja, por um elemento do *lcs*.

Para justificar esta distinção, a autora lista alguns fenômenos sintáticos que caracterizariam o comportamento de nominais com estrutura argumental complexa: não pluralizam, são modificados por “constant” e “frequent”, só aceitam modificação por pronomes definidos (*the*), etc. Estas características são o que de fato há na língua que caracterize estes nominais, são a motivação empírica da proposta, já que a existência da estrutura argumental destes nominais é a hipótese teórica da autora — hipótese esta que, como veremos, precisa de diversos outros recursos teóricos para ser justificada.

É relevante notar que apesar de a autora apresentar um pequeno conjunto de dados que mostre de fato a realização (ou não) da estrutura argumental, exemplos 144 a 148, nem sempre encontramos nos dados a estrutura que [Grimshaw, 1990] assume:

- (174) UPDRS is a universal scale of PD symptoms and it was created to comprehensively assess and document **the exam of the patient with PD** and be able to compare it with patient’s future follow up visits, or to communicate about the progression of the PD symptoms in each patient with other neurologists.⁵⁹

⁵⁸*Ev* funciona como o *e* davidsoniano.

⁵⁹UPDRS é uma escala universal dos sintomas da Doença de Parkinson e foi criado para avaliar e documentar abrangentemente **o exame dos pacientes com Doença de Parkinson** e ser capaz de comparar isto com o futuro dos pacientes que recebem visitas, ou comunicar a progressão dos sintomas da Doença de Parkinson de cada paciente com outros neurologistas. fonte: <http://www.parkinson.org/Parkinson-s-Disease/Diagnosis/How-does-your-doctor-make-a-PD-diagnosis->

- (175) **The exam of the KVS PGT teacher** will be held on later. ⁶⁰
- (176) During **the exam of the patient** a Schober's test of lumbar flexion should be obtained. ⁶¹
- (177) One of the best moments, and most heartbreaking, is when he goes to **the independent exam of Suzy by the doctor hired by the hospital**, and Suzy won't open her arms because her scar embarrasses her. ⁶²

Todos os exemplos acima foram encontrados pelo buscador Google através de buscas com restrições⁶³. Foram selecionados apenas exemplos de sites confiáveis e produzidos aparentemente por falantes nativos de inglês utilizando-se da norma padrão da língua.

Em 174, 175, 176 e 177, vemos que “exam” pode apresentar parte da estrutura argumental do verbo “to examine”, ainda que [Grimshaw, 1990, pag. 49] assuma que não, baseada em exemplos como o abaixo:

- (148) * The exam of the patient took a long time.⁶⁴ (result event nominal)

A autora assume que “exam”, por não ser um deverbal, nunca se comportará como um evento complexo, no entanto, em 177, pode-se notar que toda a estrutura do verbo “to examine” está presente exatamente da forma prevista pela teoria de Grimshaw para o evento complexo “examination”:

⁶⁰**O exame de professor PGT das escolas KVS** será realizado mais tarde. fonte: <http://joinforcareer.com/2013/10/kvs-pgt-exam-pattern-syllabus/>

⁶¹Durante **o exame do paciente**, um teste de Schober da flexão lombar deve ser obtido. fonte: <http://rnsnetwork.org/education/disease-library/ankylosing-spondylitis/>

⁶²Um dos melhores momentos, e mais comovente, é quando ele vai para o exame independente de Suzy pelo médico contratado pelo hospital, e Suzy não abrirá seus braços por que sua cicatriz a envergonha. fonte: <http://www.mybookishways.com/2012/07/suzys-case-by-andy-siegel.html>

⁶³Por exemplo, buscando pela expressão “the translation of * by *”, o buscador seleciona trechos que contenham exatamente estas palavras nesta ordem e substitui * por qualquer outra expressão.

⁶⁴O exame do paciente levou muito tempo. (nominal eventivo de resultado)

(157) The examination of the papers by the instructor.⁶⁵ [Grimshaw, 1990, 52]

O que podemos notar, então, é que mesmo nomes que são inerentemente não complexos, segundo [Grimshaw, 1990, pag.49-50], podem apresentar uma estrutura idêntica a que a autora apresenta como principal critério de distinção entre nominais complexos e não complexos. “Exam” e “examination” podem e, de fato, apresentam-se ora com todos os argumentos de “to examine” realizados sintaticamente, ora não:

(157) The examination of the papers by the instructor.⁶⁶

(177') the independent exam of Suzy by the doctor⁶⁷

(145)The examination was on the table.⁶⁸

(146) The exam was on the table.⁶⁹

Nominais que são ambíguos entre eventos complexos e nominais resultativos também nem sempre se comportam como previsto:

(178) The **re-decoration of the church** took place during Fr William's tenure, and he oversaw the renovation of the sacristy.⁷⁰

(179) The **decoration** took place during the celebration of the School Day.⁷¹

⁶⁵O exame dos papéis pelo instrutor

⁶⁶O exame dos papéis pelo instrutor

⁶⁷o exame independente de Suzy pelo médico

⁶⁸O exame estava sobre a mesa.

⁶⁹O exame estava sobre a mesa.

⁷⁰A **redescrição da igreja** aconteceu durante o mandato do Pe. William, e ele supervisionou a renovação da sacristia. fonte: <http://www.lochgillpheadcatholic.com/history/>

⁷¹A decoração aconteceu durante a celebração do Dia da Escola. fonte: <http://www.usc.es/enxqu/?q=en>

- (180) The elaborate **decoration of two cabinets by Anton Seuffert** - the ‘Watt cabinet’ and the ‘Hooker cabinet’ - is an example of marquetry. ⁷²
- (181) There we learn that, dissatisfied with the **incomplete translation of Herodotus by Laurent Valla**, Rabelais had retranslated into Latin the first book of the History. ⁷³
- (182) Excerpts from the agreement between myself and Farrar, Straus & Giroux for **the translation of Delirium by Barbara Alberti**, used by permission of Farrar, Straus & Giroux, Inc. ⁷⁴

“Re-decoration” em 178 é um evento (forçado pelo predicado “took place during”) e tem estrutura argumental (“of the church”), logo é um evento complexo. No entanto, “decoration” em 179 é também um evento (“took place during”), parece se comportar exatamente como “decoration” em 178, mas está sob o grande rótulo dos nominais não complexos já que não tem nenhum argumento realizado. Já a ocorrência em 180 é um nominal resultativo, como mostra o predicado *is an example*, mas apresenta todos os argumentos do verbo (“of two cabinets by Anton Seuffert”) e, por isto, será classificado como um evento complexo, se seguirmos [Grimshaw, 1990].

“Translation” em 181 e 182 também é um nominal resultativo, ainda que tenha seus dois argumentos sintaticamente realizados e, por isto, seja classificado como um nominal complexo. Estes exemplos mostram que, mesmo desconsiderando fenômenos semânticos mais complexos, a distinção proposta não se sustenta nem para exemplos do próprio inglês. Se é possível, sempre, que um nominal apareça com sua estrutura ou não, e a presença desta estrutura não é necessariamente o que faz de um

⁷²A elaborada decoração de dois armários de Anton Seuffert - o ‘armário Watt’ e o ‘Armário Hooker’ - é um exemplo de marchetaria. fonte: <http://collections.tepapa.govt.nz/theme.aspx?irn=930>

⁷³Aí aprendemos que, insatisfeito com a tradução incompleta de Heródoto por Laurent Valla, Rabelais retraduziu para o latim o primeiro livro da História. fonte: <http://www.gutenberg.org/files/1200/1200-h/1200-h.htm>

⁷⁴Trechos do acordo entre mim e Farrar, Straus & Giroux para a tradução do Delirium pela Barbara Alberti, usados com permissão de Farrar, Straus, & Giroux. Inc. in Venuti, Lawrence. The translator’s invisibility. Routledge, 1995, pag. xii.

nominal um evento complexo (como “translation” em 181) não faz sentido criar uma distinção que se propõe lexical para descrever um fenômeno que aparentemente não existe fora da sintaxe.

O fenômeno que Grimshaw pretende distinguir, então, só existe sintaticamente: a proposta de Grimshaw distingue possíveis e diferentes usos sintáticos para os nominais, que não têm necessariamente a ver com o fato do nominal ser resultativo ou eventivo, com sua estrutura léxico-semântica ou morfológica. A discussão de Grimshaw é sintática e circular, já que encerra-se em si mesma na medida em que a distinção proposta só diz respeito à própria distinção, só generaliza padrões criados já pela própria distinção, padrões estes que não parecem estabelecer relações com outros níveis de análise linguística.

Então, como mostrei, o principal argumento empírico de [Grimshaw, 1990], a realização obrigatória dos argumentos dos eventos complexos, não é de fato empírico, já que os dados do próprio inglês mostram que os argumentos nem sempre se realizam “materialmente”. Isto, então, é mais um dos pressupostos teóricos da proposta de [Grimshaw, 1990] e o único fenômeno empírico realmente coberto pela distinção proposta é o diferente comportamento sintático que estes nominais trazem a todo o sintagma (ver seção 3.1.4).

No entanto, algumas destas características sintáticas podem ser explicadas sem considerarmos a existência da estrutura argumental tal como é proposta. Por exemplo, “frequent” e “constant” são advérbios que fazem referência ao tempo, logo mais propícios a acompanharem nominais eventivos, já que o evento é um nominal que se refere a uma entidade que se estende durante o tempo.

(183) **The frequent explanation**, will prefer one to the other, is far too weak. ⁷⁵

(184) He strikes me as the sort of man who respects his audience’s intelligence but

⁷⁵ **A explicação frequente**, preferiremos uma sobre a outra, é muito fraca. fonte: John Albert Bengel’s Gnomon of the New Testament: Pointing Out from the Natural Force of the Words, the Simplicity, Depth, Harmony and Saving Power of Its Divine Thoughts, Volume 1. pag. 128.

with **the frequent explanation** as well as some rather large plot holes and inconsistencies, we're heading closer to Michael Bay territory than I'd like to be ⁷⁶

(185) In nearly all cases, lack of risk assessment and failure to create a segregated space, within which forklifts can safely manoeuvre, is **the frequent explanation**. ⁷⁷

(186) Another excuse toys and games are wonderful sex tips for couples is regarded as **the frequent explanation**. ⁷⁸

Nas sentenças acima “explanation” não apresenta argumentos e por isto deveria ser considerado um nominal resultativo. No entanto, segundo [Grimshaw, 1990], apenas eventos complexos admitem a modificação por “frequent” e “constant”.

Outra característica típica dos eventos complexos apontada por Grimshaw é sua pluralização. Para a autora, eventos complexos nunca pluralizam, no entanto, mesmo em inglês, podemos encontrar muitos exemplos nos quais nominais complexos aparecem no plural⁷⁹:

(187) **The several destructions of the Temple**, and all their sufferings and **dispersions**, continued most wonderfully and identically the same down to the destruction of the Temple?⁸⁰ [Real and Retoré, 2013]

(188) Modern Judaism is one of the two sects that survived **the several destructions**

⁷⁶Ele me parece o tipo de homem que respeita a inteligência de seu público, mas com a frequente explicação, bem como com alguns grandes buracos na trama e inconsistências, estamos caminhando para mais perto território do Michael Bay do que eu gostaria de estar. fonte: <http://attheback.blogspot.com.br/2013/07/pacific-rim.html>

⁷⁷Em quase todos os casos, a falta de avaliação de risco e falha para criar um espaço segregado, dentro do qual empilhadeiras pode manobrar com segurança, é **a explicação frequente**. fonte: <http://www.campsaccidentclaims.co.uk/personal-injury-claim/preventable-forklift-accidents-stack-up-again-in-the-news>

⁷⁸Outra desculpa, brinquedos e jogos são maravilhosas dicas de sexo para casais, é considerada como **a explicação frequente**. fonte: <http://milkode.ongaeshi.me/wiki/User:ErikoMellis2025>

⁷⁹Grifos meus.

⁸⁰**As várias destruições do Templo**, e todos os seus sofrimentos e **dispersões**, continuaram mais incrível e identicamente as mesmas até a destruição do Templo?

of Judea by Rome.⁸¹

- (189) The **translations** took many hours of hard, slogging work, often with material which, because of its archaic and technical nature, was extremely difficult.⁸²
[Real and Retoré, 2013]
- (190) Lawyers went on strike and **several statements of condemnations by officials** were released.⁸³
- (191) After the premier of El Cantante in Puerto Rico there were **several statements of protest by people** who had supported and participated in the project until they saw it.⁸⁴

Em 187, *destructions* denota um evento — o que fica muito claro ao analisarmos o predicado associado a este nominal: *continued* —, tem estrutura argumental explícita (*of the Temple*), está no plural e aceita a modificação por *several*. É possível notar, apenas através deste exemplo, que mais de um critério definitório apontado [Grimshaw, 1990] não se sustenta.

Encontramos exatamente o mesmo quadro em 188: *destructions* está pluralizado, aceita a modificação por *several*, apresenta estrutura argumental⁸⁵ e é evidentemente um evento, o que é apreensível considerando o predicado *survived*.

Já em 189, não há a realização da estrutura argumental, no entanto *translations* obrigatoriamente tem a leitura eventiva já que o sintagma verbal *took many hours* força esta leitura. Assim, em 189, temos um nominal que denota um evento, é pluralizado, mas não necessariamente seria considerado por [Grimshaw, 1990] um nominal

⁸¹O judaísmo moderno é uma das duas seitas que sobreviveram às **várias destruições da Judéia por Roma**. fonte: <http://answers.yahoo.com/question/index?qid=20111106171328AA7iexq>

⁸²As **traduções** levaram muitas horas de trabalho duro e árduo, muitas vezes com material que, devido à sua natureza arcaica e técnica, era extremamente difícil.

⁸³Advogados entraram em greve e **várias declarações de condenações por parte de funcionários** foram liberadas. fonte: <http://www.rifah.org/site/baluchistan-news-letter-%E2%80%93-april-2013/>

⁸⁴Após a estreia de El Cantante em Porto Rico, aconteceram **várias declarações de protesto por parte de pessoas** que tinha apoiado e participado no projeto até que o viram. fonte: <http://sunoflatinmusic.blogspot.com.br/2007/09/hector-lavoe-tu-es-eterno.html>

⁸⁵É interessante ressaltar aqui que, neste exemplo, a estrutura argumental de *destroy* apresenta-se totalmente saturada já que seus dois argumentos estão presentes: *of Judea* (tema) e *by Rome* (agente).

eventivo, já que não apresenta a estrutura argumental do verbo explícita.

Por fim, tanto em 190 quanto em 191, *statements* tem sua estrutura argumental realizada completamente — *of condemnations* (tema) *by officials* (agente); , *of protest* (tema) *by people* (agente) — apresenta leitura eventiva e está no plural, confrontando o tratamento proposto.

Outra característica típica dos eventos complexos é o fato de só aceitarem determinantes definidos [Grimshaw, 1990, Cap. 3]:

(159) They observed the/*an/*one/*that assignment of the problem.⁸⁶

(160) They studied the/an/one/that assignment.⁸⁷

No entanto, encontramos também em inglês sentenças nas quais a forma eventiva, ou ao menos ambígua, destes nominais aceita determinantes indefinidos:

(192) Assignor acknowledges **that assignment of the proceeds of this contract** and acceptance thereby by the State of Louisiana does in no way release Assignor from its responsibilities and obligations under the above described contract.⁸⁸

(193) Should **all assignments of a mortgage or deed of trust** be recorded within 30 days of execution of the assignment? ⁸⁹

Aparentemente, então, a maioria das características sintáticas apontadas como aspectos típicos e definidores do comportamento dos eventos complexos por [Grimshaw, 1990] não só não se sustenta sempre, como também pode ser explicada ao considerar-

⁸⁶Eles observaram a/uma/uma/esta atribuição do problema.

⁸⁷Eles estudaram a/uma/uma/esta atribuição.

⁸⁸O cedente reconhece **que atribuição dos recursos desse contrato** e sua aceitação pelo Estado da Louisiana não libera o cedente de suas responsabilidades e obrigações nos termos do contrato acima descrito. fonte: <http://www.doa.louisiana.gov/osp/onlineforms/docs/assignproceeds.pdf>

⁸⁹**Todas as atribuições de uma hipoteca ou alienação fiduciária** devem ser registradas dentro de 30 dias da execução da tarefa? fonte: http://www.leginfo.ca.gov/pub/11-12/bill/asm/ab_1301-1350/ab_1321_fa20110502_125909_asm_omm.html

mos outros aspectos da linguagem.

Ainda que [Grimshaw, 1990] considere dados do inglês, a proposta pretende defender que todos os nominais em todas as línguas tenham o mesmo tipo de estrutura argumental, logo, não seria exagerado esperar que as previsões da teoria se mantivessem em outras línguas, especialmente por sua filiação à GGT. Há inúmeros trabalhos que discutem a proposta de [Grimshaw, 1990] e sua aplicação a diversas línguas, no entanto, muitos deles discordam sobre a necessidade de postular que nominalizações mantenham direta e automaticamente a mesma estrutura argumental do verbo base: [Picallo, 1991] para catalão, [Oliveira, 2006] para o português do Brasil, [Heyvaert, 2008] discute línguas germânicas entre outras.

- (194) A análise do texto pelo aluno enriqueceu o conhecimento dos colegas. (nominal resultativo - [Sleeman and Brito, 2007])
- (195) La discussió de les dades es va publicar a la revista.⁹⁰ (nominal resultativo - [Picallo, 1991])
- (196) La tua traduzione del testo di Prisciano, che è stata più volte corretta, è stata messa sulla scrivania.⁹¹ (nominal resultativo e eventivo - [Melloni, 2007])
- (197) 1514 Überreichte er Louis XII die schwierige Übersetzung von Texten des Thukydides.⁹² (nominal eventivo - [Brandtner, 2011])

“Análise” e “traduzione”, em 194 e 196, são ambíguas entre a leitura resultativa e eventiva e, nos dois exemplos, a estrutura argumental do verbo base é realizada. Em 195, “discussió” é um nominal resultativo e apresenta também a estrutura argumental realizada. “Übersetzung”, em 197, tem estrutura argumental completa e também é ambígua entre a leitura resultativa (forçada por “überreichte”, “deu”) e a leitura eventiva (forçada por “schwierige”, “difícil”), conforme [Brandtner, 2011, pag.70].

⁹⁰A discussão dos dados foi publicada na revista.

⁹¹A tua tradução do texto do Prisciano, que foi revisada muitas vezes, foi posta na mesa.

⁹²Em 1514, ele deu a Luiz XII a difícil tradução dos textos de Tucídides.

A pluralização de eventos complexos também é um fenômeno comum em outras línguas e muitos estudiosos mostraram que as conclusões de Grimshaw nem sempre se sustentam: ver [Pazelskaya, 2007] para o russo, [Prochazkova, 2006] para o tcheco, [Myiamoto, 1999] para o japonês, [Roodenburg, 2006] para o francês, [Sleeman and Brito, 2007] para o português, [Iordăchioaia and Soare, 2008] para o romeno e [van Hout, 1991] para o alemão e holandês.

(198) Les fréquentes **destructions** des quartiers populaires⁹³ [Roodenburg, 2006]

(199) Saiba como acontecem as **contagens** de votos para eleger vereadores e prefeitos. [Real and Retoré, 2013]

Acima “destructions” e “contagens” têm leituras eventivas, estrutura argumental presente e estão no plural. Note, inclusive, a presença de “fréquentes” em 198.

Por fim, deve-se lembrar que a proposta de Grimshaw também deixa a morfologia dos ANs em segundo plano, na medida em que nenhuma das generalizações propostas são de cunho morfológico ou, ao menos, consideram tais aspectos da formação destes nomes. O fato de a proposta não considerar outros níveis de análise é problemático apenas por deixar de lado questões importantes em relação ao comportamento dos ANs e não enquanto proposta teórica em si. Por exemplo, é relevante para o comportamento dos nominais se estes são deverbais ou não, afinal é necessário argumentar a favor de uma estrutura argumental para nomes como *event* sem considerar a estrutura de um verbo base:

(200) Under the current too-big-to-fail legislation, the plans drawn up in **the event of failure by the two biggest banks** could run into problems when applied in different jurisdictions.⁹⁴

⁹³As frequentes destruições dos bairros populares.

⁹⁴Sob a atual legislação grandes-demaís-para-falir, os planos elaborados em **caso de falha dos dois maiores bancos** poderiam ter problemas quando aplicados a diferentes jurisdições. fonte: http://www.swissinfo.ch/eng/business/Riddle_remains_of_how_to_defuse_giant_banks.html?cid=37332018

(201) The same applies, accordingly, in **the event of appointment by a court.**⁹⁵

“Event”, um nominal não complexo, parece de fato ter estrutura argumental em 200 e 201, ao menos, apresenta exatamente a mesma estrutura que, no caso dos ANs, é o argumento crucial para sua classificação como evento complexo. Mais uma vez, parece haver uma certa confusão em como classificar os nominais de acordo com a proposta de Grimshaw, já que “event” não é um deverbal, mas aparentemente pode ter uma estrutura argumental tão completa quanto a de “destruction” ou “translation”.

Concluindo, a hipótese de Grimshaw baseia-se no fato de nominais complexos comportarem-se sintaticamente de formas distintas em relação à realização de seus argumentos, distinção que, como vimos, não prevê a ocorrência de certos fenômenos especialmente de cunho morfológico e semântico. Ainda que consideremos o tratamento de [Grimshaw, 1990] apenas pelo viés sintático, a proposta não se sustenta quando consideramos todas as nominalizações do inglês e, ainda menos, quando consideramos o comportamento dos ANs em outras diversas línguas. Além disto, muitas explicações da proposta se baseiam em argumentos não falseáveis, como a existência de um argumento externo em todos os nominais, que quando não existente, é automaticamente preenchido por “referência”.

É notável ainda que a própria categorização proposta não abarca nenhum fenômeno que realmente exista na língua natural: a autora define critérios sintáticos para subdividir os nominais, mas infelizmente não há nenhuma generalização que surja daí. O que há é uma diferenciação sintática que obviamente abarca os nominais que pretendeu abarcar considerando aspectos também apenas sintáticos. Fica a impressão de que o que há é uma proposta sintática, mas que não se relaciona com nenhum outro nível linguístico e que só funciona ali, à parte do todo do sistema, abstratamente e dependente de pressupostos *ad hoc* para dar certo.

⁹⁵O mesmo se aplica, portanto, em **caso de nomeação por um tribunal.** fonte: http://corporate.xing.com/fileadmin/image_archive/ir_articles_of_association_XING.pdf

3.2 A proposta do Léxico Gerativo

Dentre os inúmeros trabalhos de James Pustejovsky (JP), tomarei por base principalmente o *The generative lexicon* [Pustejovsky, 1995], no qual o autor se volta a questões como a polimorfia, a “semanticidade” das sentenças (e não somente das palavras), o uso criativo da língua e a representação sintático-semântica mais econômica possível. Discutirei a proposta de [Pustejovsky, 1995] principalmente por este texto servir como porta de entrada ao Léxico Gerativo (doravante LG), teoria que embasa boa parte dos estudos feitos atualmente sobre nominalizações. Aqui tratarei de expor o mecanismo do LG e, ao final da seção, esboçarei algumas críticas à proposta, seguido do tratamento proposto por JP às nominalizações. Escolhi apresentar primeiramente as críticas ao LG e, em seguida, a forma como trata os ANs por entender que os maiores problemas envolvendo o LG não dizem respeito ao tratamento dado às nominalizações e sim à teoria em si.

Em relação a [Grimshaw, 1990], o objeto das críticas feitas é antes o tratamento dado às nominalizações do que uma crítica ao quadro teórico adotado. Ainda que parte da crítica a [Grimshaw, 1990] passe por suas escolhas teóricas, não é o quadro gerativo em si que é questionado, mas sim sua adoção para a discussão de um objeto que não é necessariamente sintático. O viés sintático do trabalho de Grimshaw resulta na própria distinção entre os nominais proposta pela autora e que, como vimos anteriormente, não se sustenta fora do nível sintático — e muitas vezes, nem na própria sintaxe. Já em relação a [Pustejovsky, 1995], a crítica recai na própria teoria, e não especificamente sobre o tratamento das nominalizações. O tratamento proposto por JP aos nominais traz bons *insights* sobre o comportamento das nominalizações, no entanto, o quadro teórico do LG apresenta certos problemas de coerência interna que me faz questionar a aplicabilidade e funcionabilidade desta teoria.

Para iniciar esta discussão, apresentarei o quadro teórico do LG, seguido de comentários críticos. Ao final da seção, apresentarei o tratamento de [Pustejovsky, 1995]

aos ANs. Possivelmente, a apresentação do LG será mais cansativa e menos específica do que a apresentação da proposta de [Grimshaw, 1990], mas este formato de texto é necessário, já que minhas críticas a esta proposta tocam menos no tratamento das nominalizações do que em pontos teóricos do próprio LG.

3.2.1 Apresentação do LG

Em [Pustejovsky, 1995], JP pretende explicar como a partir das palavras falamos sobre o mundo e para isto propõe o uso de uma ontologia de tipos que, para cada entrada lexical, explicita sua categoria ontológica. *Grosso modo*, *cachorro* participaria do tipo *animal*, enquanto *café* do tipo *bebida*. Tal estratégia, que liga itens linguísticos a conceitos do mundo, bloqueia tanto sentenças como “O café latiu.” — já que *latir* precisará de um argumento do tipo *animal* e *café* é do tipo *bebida* — quanto tenta, por meio destes tipos, descrever o processo criativo do falante ao produzir uma sentença como “O Rafinha Bastos latiu alto demais desta vez”. Para JP, a criatividade linguística do falante pode ser explicada através do conteúdo das entradas lexicais. Ou seja, há algo na estrutura de *latir* que pode ser modificado e, a partir daí, o item lexical passaria a ter outros significados contextualmente.

Esta tipificação não só classifica os itens individualmente, como também os organiza entre si. *Mamífero* pode ser um subconjunto de *animal* e, assim, sabe-se que indivíduos do tipo *mamífero* são também do tipo *animal*. Alguns itens lexicais possuem tipos complexos, chamados *dot-types* [Pustejovsky, 1995, Cap. 6], ou tipos-ponto, como é o caso de *livro*, cujo tipo é *info•physobj*, já que o item lexical possui comumente estas duas interpretações, informação e objeto físico.

O conteúdo das entradas lexicais pode ser analisado através de quatro estruturas: argumental, eventiva, qualia e de herança lexical⁹⁶. A estrutura argumental relaciona a sintaxe e a semântica, indicando quantos e quais os tipos dos argumentos que a

⁹⁶ *Argument structure, event structure, qualia structure, lexical inheritance structure.*

entrada lexical seleciona [Pustejovsky, 1995, pag.62-67]. Há quatro tipos de argumentos: argumento verdadeiro (*true arguments*), argumento *default* (*default arguments*), argumentos *apagados* (*shadow arguments*) e adjuntos (*adjuncts*).

Argumentos verdadeiros são os argumentos semânticos quando expressos obrigatoriamente na sintaxe. Em “John arrived late.”, *John* é o argumento verdadeiro.

Argumentos *default* são os que participam da expressão lógica da sentença, mas não são necessariamente expressos sintaticamente. Em “John built the house out of bricks”, *out of bricks* é o argumento *default*.

Argumentos *apagados* representam elementos que já são incorporados à semântica do verbo e só podem ser expressos através de uma operação de tipagem ou de “especificação discursiva”.

(202) * Mary buttered her toast with *butter*.⁹⁷

(203) Mary buttered her toast with *an expensive butter*.⁹⁸

“An expensive butter” é o argumento *apagado*, que pode ser realizado graças à especificação contextual que permite sua realização sintática. Em 202, “butter” não pode ser expresso por, de certa forma, já estar especificado na semântica lexical do verbo.

Adjuntos podem modificar logicamente a expressão, mas não fazem parte da semântica lexical de nenhum item em especial. Em “Mary drove down to New York on Tuesday.”⁹⁹, “on Tuesday” é adjunto.

A estrutura eventiva identifica o tipo de evento que a entrada lexical traz — estado, processo ou transição — e seus possíveis sub-eventos relacionados. Para o LG, eventos complexos são eventos nos quais podemos identificar sub-partes.

“Within GL [Generative Lexicon], complex events are represented as tree structures in which subevents are ordered with respect to their tem-

⁹⁷* Mary amantegou sua torrada com manteiga.

⁹⁸Mary amantegou sua torrada com uma manteiga cara.

⁹⁹Mary dirigou até Nova Iorque na terça.

poral relations and to the prominence they play in the final interpretation (as well as in the mapping of the event arguments to syntax).”¹⁰⁰ [Jezek, 2008, pag.4]

Estados e processos são eventos durativos e sem término. Transições são eventos complexos nos quais há mudança.

Como as estruturas eventiva e argumental são as que menos apresentam inovações e problemas para a teoria, apresentarei mais acuradamente a estrutura qualia e, em seguida, discutirei também a de herança lexical. A estrutura qualia é apresentada como o que “defines the essential attributes of objects, events, and relations, associated with a lexical item.” [Pustejovsky and Boguraev, 1993, pag.203]. É nessa estrutura que o sentido propriamente dito é definido através da explicitação das informações de cada item lexical em relação ao mundo e às outras entradas lexicais. Por exemplo, o fato de água ser facilmente associada à bebida é algo marcado na estrutura qualia, já que ambas, por exemplo, têm a mesma finalidade e isto é expresso através do aspecto *télico*, que veremos abaixo. Em [Pustejovsky, 1998, pag.294], o autor define esta estrutura como “a structural differentiation of the predicative force for a lexical item”, do que podemos apreender que é na estrutura qualia que diferenciamos os itens lexicais considerando o que pode ser predicado de cada item. Desta forma, o significado de cada entrada lexical é formado analiticamente considerando os conjuntos dos quais este item pode fazer parte.

O princípio da estrutura qualia está nas quatro *causas* (*aitia*) ou quatro *formas de explicação* propostas por Aristóteles em suas *Física* e *Metafísica*. A *aitia* aristotélica categoriza as possíveis respostas à pergunta “por que?” (de alguma coisa) entre quatro possibilidades: a causa material, a causa formal, a causa eficiente e a causa final. Diferente da noção contemporânea de causa, que é intrinsecamente ligada ao efeito/estado

¹⁰⁰No LG, eventos complexos são representados como estruturas de árvore nas quais subeventos são ordenados com respeito às suas relações temporais e à proeminência que desempenham na interpretação final (bem como no mapeamento dos argumentos do evento na sintaxe).

consequente, *causa* em Aristóteles é qualquer forma de explanação de alguma coisa. Segundo John Lloyd Ackrill, a melhor tradução para *aitia* é *explanatory factor* (*apud* [Cohen, 2006]). [Moravcsik, 1975] entende estas quatro formas de explanação aristotélicas como quatro propriedades inerentes do referente (*apud* [Nishiguchi, 2013]). Lexicalmente, estas quatro propriedades ligariam o item lexical a suas predicções inerentes no mundo. Na teoria de Pustejovsky, estas propriedades são expressas através dos quatro aspectos da estrutura qualia.

Dentro da estrutura qualia, há então quatro aspectos pelos quais as entradas lexicais se relacionariam: constitutivo (onde informações a respeito das partes que compõem a entrada são guardadas), formal (o aspecto que encaixa a entrada lexical em um domínio mais amplo¹⁰¹, que define a categoria principal do item), télico (define a função da entrada lexical) e agentivo (que abrange fatores envolvidos na origem do que a entrada lexical representa). Um item como *livro* teria em sua estrutura qualia algo como a descrição abaixo¹⁰²:

CONSTITUTIVO :	[papel, capítulos, letras...]
FORMAL :	[objeto(x)]
TÉLICO :	[ler (P, y, x)]
AGENTIVO :	[escrever (T, w, x)]

No aspecto constitutivo, vê-se tudo que pode constituir um livro. No aspecto formal, está explicitado o principal domínio do qual *livro* faz parte: o dos objetos. Na descrição da característica télico entende-se “alguém (y) lê (ler) um livro (x) em um processo (P)”; enquanto na característica agentivo entende-se “alguém (x) escreve (es-

¹⁰¹“[...] that which distinguishes it within a larger domain.” [Pustejovsky and Boguraev, 1993, pag.204].

¹⁰²Estrutura qualia proposta por Teresa Wachowicz, Ciclo de palestras da Pós-Graduação de Letras – UFPR, 2006.

crever) um livro (x) em uma transição (T)”¹⁰³.

Todos esses quatro aspectos da estrutura qualia, baseados na *aitia* aristotélica [Pustejovsky, 1998, pag.294], são, segundo o autor, o que “capture how humans understand objects and relations in the world and provide the minimal explanation for the linguistic behavior of lexical items”. A partir desta análise, alguns problemas, como, por exemplo, a relação entre entradas lexicais em casos de anáforas indiretas, são resolvidos. Vejamos exemplos possivelmente relacionados à entrada *livro*:

(204) O papel é pesado. (constitutivo)

(205) Eu perdi o objeto. (formal)

(206) João leu tudo. (télico)

(207) Demorou 12 meses para escrever tudo. (agentivo)

Cada uma das expressões grifadas acima remete à entrada lexical *livro* através de um dos quatro aspectos constituintes da própria entrada lexical. Assim, o LG dá conta de alguns problemas, como a ambigüidade e a polimorfia.

No entanto, diferente de outras propostas, como a de [Katz and Fodor, 1963] e [Jackendoff, 1975] que apresentam traços que deveriam estar definidos em todas as entradas lexicais, no LG não existem características básicas que estejam presentes em todas as entradas lexicais: enquanto a estrutura eventiva parece não estar contida em todos os nomes, a estrutura qualia aparentemente não aparece em verbos e, se o faz, não utiliza todos os quatro aspectos que a constituem. Isto significa dizer que as entradas lexicais não vão necessariamente ter as mesmas estruturas internas.

Outro ponto discutível dentro da estrutura qualia é o aspecto constitutivo. Por ser bastante aberto e abranger todos os elementos que, no mundo real, formam o referente da entrada lexical, ele pode ser infinito, ou muito, muito amplo. Independentemente

¹⁰³ *P* representa um processo, informalmente uma eventualidade que se estende no tempo. *T* representa uma transição, uma eventualidade que intrinsecamente modifica o fundo conversacional em jogo. Ambos os tipos de eventualidade (processo e transição) são usados por [Pustejovsky, 1995].

do que estaremos descrevendo, poderemos ter um aspecto constitutivo gigantesco — um livro, *e.g.*, é também constituído de átomos, partículas, personagens, história, depoimentos, organização, etc.

Para examinar as diferenças da estrutura qualia de uma entrada verbal e de uma entrada nominal, vejamos como ficaria o *frame* para *escrever*¹⁰⁴:

Event.Str :	<div> <div>E1 = processo</div> <div>E2 = resultado</div> <div>T(empo)</div> <div>Head = E1</div> </div>
Arg.Str :	<div> <div>Arg [1] : animado</div> <div>Arg [2] : produto (material)</div> <div>Arg [3]: default</div> </div>
Qualia.Str :	<div> <div>Formal: exists(E2, [2])</div> <div>Agentivo: exists(E1, [1], [3])</div> </div>
Herança Lexical	

Ao olharmos para a estrutura qualia, vemos que esta é bastante flexível. Algumas relações traçáveis, a princípio empiricamente, são postuladas dentro dessa estrutura, que pode conter um conjunto imenso de relações que aparentemente estão desordenadas e são definidas a partir do conhecimento de mundo do falante. Este uso do conhecimento de mundo na definição da entrada lexical resulta no fato de que uma mesma entrada lexical pode ser diferente para cada falante. Teoricamente falando, os quatro aspectos da estrutura qualia não necessariamente estarão explícitos em cada entrada e muito da teoria será definido a depender do teórico que a usa: o aspecto agentivo, por exemplo, parece ser uma característica em que muitos, possivelmente infinitos, traços diferentes podem ser usados e nada define quais os traços que não

¹⁰⁴Teresa Wachowicz, Ciclo de palestras da Pós-Graduação de Letras – UFPR, 2006.

entram. Na descrição de *livro*, e.g., o aspecto agentivo poderia ser representado pela ação de escrever, encadernar, xerocar, imprimir, etc, a depender (i) do que o teórico entende como relação óbvia entre livro e o mundo; (ii) da relação específica que se estabelece entre cada falante e a entrada lexical *livro*. Um possível problema desta abordagem é que, a menos que o léxico descreva todas as possíveis relações que um livro pode ter com qualquer outra coisa, serão abrangidas apenas as relações (ou a relação) mais prototípicas (como ler e escrever) e todas as outras possibilidades serão virtualmente eliminadas.

No que diz respeito ao aspecto formal, JP o define como o aspecto que delimita grandes domínios através de tipos semânticos¹⁰⁵. Definidos tais domínios, é possível agrupar sob um rótulo bastante largo algumas entradas lexicais, por exemplo, sob o domínio *artifact* estão todas as entradas lexicais que nomeiam coisas feitas pelo homem, como *cadeira*, *bolo*, *xícara* e *copo*. Estes domínios são representados, então, pelos tipos semânticos, que podem ser atômicos, como *entity* e *physobj*, ou tipos-ponto (*dot-types*). As expressões que têm tipos-ponto podem ao mesmo tempo ter dois tipos canônicos. Um exemplo desta sorte de expressão é a palavra *jornal*, que teria o tipo-ponto *printed_matter • organisation*. Isto significa dizer que *jornal* pode assumir diversos tipos em diferentes ambientes linguísticos: *printed_matter • organisation*, *printed_matter* ou *organisation*.

Tipos-ponto são a realização estrutural do *Lexical Conceptual Paradigm (lcp)*, um esquema conceitual inerente às entradas lexicais que organiza sua polissemia lógica, isto é, uma rede que estrutura os diversos significados que um item pode ter. Através da noção de *lcp*, JP propõe diversos tipos de alternância lógica que existiriam na língua natural¹⁰⁶ e a partir destas relações, chamadas de polissemia lógica, os tipos-

¹⁰⁵Para JP, tipos semânticos não expressam exatamente o mesmo que a tradição comumente chama de tipo semântico, uma relação entre sintaxe e semântica. No LG, tipos são antes categorias que ligam a expressão a um conceito no mundo. O tipo de *livro*, por exemplo, poderia ser *physobj* (objeto físico).

¹⁰⁶Dentre as alternâncias lógicas nomeadas por JP estão as alternâncias nome contável/de massa (*carneiro*), conteúdo/continente(*garrafa*), abertura/delimitação do espaço (*porta*), produto/produtor(*jornal*), planta/comida (*maçã*), processo/resultado (*construção*), cidade/pessoas (*São*

ponto são construídos. O *lcp*, então, funciona de forma parecida ao *lexical conceptual structure (lcs)* de [Grimshaw, 1990], na medida que ambas são estruturas conceituais intermediárias entre o significado léxico-conceitual dos itens e sua realização estrutural. Para tratar da ambiguidade entre as leituras resultativas e eventivas dos nomes de ação, Pustejovsky usa largamente o conceito de *lcp*, que revisitaremos na descrição do tratamento dado às nominalizações.

Vejamos agora como a estrutura de *herança lexical* é apresentada:

“Lexical inheritance structure determines the ways in which a word is related to other words in the lexicon. In addition to providing information about the organization of a lexical knowledge base, this level of word meaning provides an explicit link to general world (commonsense) knowledge.”¹⁰⁷ [Pustejovsky and Boguraev, 1993, pag.203]

A herança lexical parece ser o ponto do LG menos explicitado. É através dela que uma entrada lexical deve se relacionar com outras e também com o mundo, no entanto, o mecanismo, ou mecanismos, que possibilitaria tal interação não é discutido, pelo menos em nenhum texto que seja do meu conhecimento.

Além da estrutura básica de cada entrada lexical, para o LG são também relevantes os mecanismos gerativos que produzem a mudança contextual de significado de cada item lexical. JP defende que, tendo estes mecanismos básicos de coerção de sentido, não é necessário ter traços semânticos finitos para obter-se a capacidade gerativa da língua, *i.e.*, a capacidade criativa do falante ao usar um item lexical em um contexto específico. Desta forma, Pustejovsky contrapõe o LG a teorias que se aproximam da proposta de [Katz and Fodor, 1963], ou seja, de uma semântica de traços. Dentre estes mecanismos gerativos, pode-se delinear ao menos dois fundamentais para o LG:

Paulo) [Pustejovsky, 1995, pag.92].

¹⁰⁷ A estrutura de herança lexical determina as formas em que uma palavra está relacionada com outras palavras no léxico. Além de fornecer informações sobre a organização de uma base de conhecimento lexical, este nível de significado da palavra fornece uma ligação explícita com o conhecimento de mundo geral (senso comum).

a ideia da co-composicionalidade e a possibilidade de coerção do tipo semântico dos itens lexicais em determinado contexto¹⁰⁸.

A co-composicionalidade, apresentada pela primeira vez por [Pustejovsky, 1991], é, formalmente, a possibilidade de uma mesma expressão sofrer duas funções de aplicação. Informalmente, isto significa dizer que tanto a expressão que funciona como funtor quanto a que funciona como argumento da expressão maior podem provocar uma mudança de tipo. Em uma expressão como *assar o bolo*, é o argumento *o bolo* que traz ao verbo a nuance de criação. Desta forma, o LG se esquia da necessidade de postular dois itens lexicais para o verbo *assar*: um com a nuance de criação (*assar o bolo*) e outro com a nuance de transição/mudança de estado (*assar a batata*); é o complemento do verbo que define sua nuance.

Vejamos, brevemente, as coerções de tipo propostas pelo LG. Quando uma palavra é usada criativamente, *i.e.*, quando seu significado expressa algo que não seu sentido mais canônico, é necessário alguma sorte de adequação para que a expressão seja bem formada semanticamente, então, o tipo semântico expresso na estrutura qualia passa por um processo de coerção de tipo (*type coercion*). Tal processo pode ser de duas ordens, como veremos a seguir, e considera sempre elementos da estrutura qualia dos itens lexicais envolvidos no contexto para promover essa mudança. As relações que uma entrada lexical pode estabelecer estão expressas através dos quatro elementos constituintes da estrutura qualia e os processos de tipificação que podem ocorrer na estrutura de herança lexical dependem dessas relações. Dessa forma, considerando tais mecanismos gerativos, é possível não só estabelecer os papéis das estruturas qualia e de herança lexical relevantes para o contexto, como também relacioná-las, tornando mais complexo o componente semântico da proposta.

Como apontado acima, o processo de coerção de tipo proposto por JP pode ser, ba-

¹⁰⁸*Co-compositionality e type coercion operators.*

sicamente, de duas diferentes ordens: coerção de tipo¹⁰⁹ e a coerção de subtipo¹¹⁰. A coerção de subtipo acontece quando o tipo semântico necessário ao novo contexto já está de alguma forma lexicalmente definido, embora não seja o tipo semântico normalmente associado a esta expressão. Embora alguns estudiosos do LG recentemente defendam que estes subtipos já são lexicalmente definidos e que é possível que uma mesma entrada lexical tenha um tipo canônico e vários tipos opcionais [Pustejovsky and Asher, 2005], JP faz esta relação através de uma ontologia previamente construída¹¹¹. Por exemplo, ao entendermos que *peixe* tem como tipo (canônico) *entity•animal*, podemos postular¹¹² que esta mesma entrada lexical tem como tipo (opcional) *entity•food*. Para JP, o que há é uma relação de intersecção entre o conjunto dos elementos que são do tipo *entity•animal* e do tipo *entity•food*, possibilitando a coerção de tipo para estes casos¹¹³. Parece haver uma certa regularidade entre os tipos canônicos e os opcionais, por exemplo, todo *entity•animal* parece poder ter também o tipo opcional *entity•food*, como em:

(208) O peixe nadava.

(209) Comi um peixe frito.

¹⁰⁹Também chamado mais tarde de seleção-projeção (selection-projection) por [Bassac et al., 2007, Mery et al., 2007, Bassac et al., 2010].

¹¹⁰Também chamado de auto-adaptação (*self-adaptation*) por [Bassac et al., 2007, Mery et al., 2007, Bassac et al., 2010].

¹¹¹Em artigo de 2005 com Nicholas Asher, Pustejovsky defende também ser possível pensar-se em um léxico no qual todos os tipos semânticos que uma entrada lexical possa assumir sejam previamente definidos.

¹¹²JP não aponta como o linguista deve categorizar os tipos das entradas lexicais. Os tipos parecem serem baseados na intuição e conhecimento de mundo do linguista.

¹¹³Aqui é interessante ressaltar que mesmo a operação chamada de coerção de subtipo, que aparenta ser mais linguisticamente motivada do que a coerção de tipo, tem motivações antes ontológicas que linguísticas. Esta transformação específica *entity•animal* -> *entity•food* é muito particular à cultura do falante. Se considerarmos diferentes culturas, alguns itens lexicais possibilitarão já a coerção de subtipo intrinsecamente, e outras, não. Por exemplo, considerando costumes hoje antigos da Coréia do Sul, *cachorro* é um item que permitiria a transformação, ao passo que em culturas ocidentais, tal transformação é inviável ou receberia uma marca de estranheza pelo simples fato de que ocidentais não comem cachorros. Em muitos dialetos indianos, esta conversão seria estranha/impossível se considerássemos o item *vaca*, já que os falantes destes dialetos, por razões culturais e não linguísticas, não comem vacas. Não há nada linguístico que diferencia *peixe* de *cachorro*, no entanto, há fatores culturais que podem se refletir no uso da linguagem. Ressalto ainda que, mesmo considerando culturas que não comem certo tipo de animal, é totalmente possível proferir praticamente qualquer coisa, assim, como em PB, é possível proferir (gramaticalmente) *comer giz*, *comer o teto do apartamento*, etc.

Nestes casos, os tipos semânticos mudaram através de coerção de subtipo, *i.e.*, as próprias entradas lexicais, seu tipo e a relação prévia entre os tipos previam essa possibilidade.

A segunda forma de mudar o tipo semântico de uma expressão é através da coerção de tipo, mecanismo muito similar ao famoso *type-shifting*¹¹⁴. Nesse caso, o tipo semântico da expressão é mudado depois de sua seleção argumental por outra expressão: é o item que seleciona a expressão coergida que dita seu tipo semântico. Isso explicaria, por exemplo, porque quando ouvimos uma frase aparentemente sem sentido, nos forçamos a encontrar algum sentido, mesmo que metafórico, para seus argumentos, como em:

(210) Ela leu seus olhos.

Embora *olhos* não tenha em sua estrutura qualia a propriedade que o faz poder ser lido (no sentido literal de ler) o mecanismo de coerção nos faz projetar o sentido que o funtor necessita sobre o argumento, já que esta mudança de tipo é *a posteriori*. Outro exemplo de expressões que sofrem esta mesma mudança de tipo são as expressões que denotam nomes de regiões. Aparentemente, estas expressões podem sofrer a seguinte mudança: *entity*•*region* → *entity*•*people*, como em:

(211) Curitiba é a capital do Paraná.

(212) Curitiba se vangloria de ser a capital ecológica do Brasil.

Essa mudança de tipo parece muito similar à mudança que apontamos anteriormente (*entity* • *animal* → *entity* • *food*), mas o comportamento dessas expressões é diferente. Quando olhamos essas expressões em copredicações, notamos que os tipos

¹¹⁴Introduzido por [Partee and Rooth, 1983], *type-shifting*, ou mudança de tipo, é um mecanismo extensamente utilizado pela literatura em semântica formal, particularmente como último recurso quando outros mecanismos composicionais falham [Winter, 2007]. Quando composicionalmente duas expressões não se encaixam, o tipo de uma delas pode sofrer uma adaptação contextual, a mudança de tipo. Este mecanismo é utilizado tanto para possibilitar derivações, como para bloquear expressões agramaticais.

animal/food não podem ser aplicados a uma mesma ocorrência de *peixe*, enquanto *region/people* podem ser aplicados a *Curitiba*:

(213) * O peixe nadava rápido e estava bem frito¹¹⁵.

(214) Curitiba é a capital do Paraná, mas também se vangloria por ser a capital ecológica do Brasil.

Em 213, a mesma ocorrência de *peixe* não pode ter ao mesmo tempo o tipo *food* e o tipo *animal*, já que seu tipo é decidido *a priori*, *i.e.*, eleger-se um único tipo para essa ocorrência da expressão. Já em 214, a copredicação é possível porque *a priori* o que temos é uma não especificação do tipo, que é selecionado através das características dos funtores que selecionam o argumento.

3.2.2 Comentários

Nesta seção, delinearei alguns problemas que surgem da abordagem exposta acima. Acredito que os pontos mais graves no LG são (i) a falta de definição sobre o que é o sentido de uma expressão e (ii) a relação explícita e mal delineada entre os itens lexicais e o mundo. Em trabalho posterior, [Pustejovsky, 1998] defende uma semântica não denotacional e diz que são os sentidos de cada item lexical, e não sua denotação, que devem ser considerados como o significado da expressão. No entanto, não explicita como os sentidos são construídos e recorrentemente usa conceitos ontológicos para definir itens lexicais. Enquanto a estrutura de herança lexical (que cria uma rede entre os itens lexicais e as estruturas) e a estrutura argumentativa (que dá conta da sintaxe dos itens) estão relacionadas à linguagem, tanto a estrutura eventiva quanto a estrutura qualia possuem ligações explícitas com o mundo. Ao definir-se, por exemplo, quais são os sub-eventos de um evento considerando como os seres humanos

¹¹⁵Este exemplo poderia ser gramatical em um contexto onde a ocorrência tivesse dois referentes distintos, em uma piada ou em uma história fantástica, por exemplo. Aqui consideramos um caso no qual a expressão tenha um só referente e um contexto sem rituais necromânticos.

interagem com ele, deixa-se o campo da linguística para partir para a filosofia ou para a física. O mesmo acontece quando temos que decidir quais são as partes constitutivas de um “livro” na estrutura qualia da expressão *livro*.

Pustejovsky também não considera nenhuma teoria sobre a cognição da linguagem, o que empobrece bastante o tratamento proposto, já que este parece muitas vezes estar baseado na cognição humana já que o próprio autor assume querer explicitar quais são os mecanismos que fazem com que os falantes interpretem e produzam “o uso criativo da linguagem”. Outra crítica pertinente diz respeito à falta de clareza da proposta em relação ao que seriam fenômenos pragmáticos e o que seriam fenômenos exclusivamente semânticos, já que o autor propõe uma descrição semântico-lexical baseada em fenômenos que dependem de maneira direta do **uso** de cada item e não apenas de seu **significado gramatical**.

Considerando a estrutura interna dos itens lexicais, outros pontos do LG que podem ser considerados falhos aparecem. JP postula, além das quatro estruturas para as entradas lexicais, quatro aspectos presentes na estrutura qualia. No entanto, nem todas as entradas lexicais têm todos estes quatro traços. Inicialmente, o fato de as entradas não terem a mesma estrutura interna não é necessariamente um problema, afinal as entradas lexicais representam entidades extremamente diferentes e é possível que uma teoria dê conta das relações entre as entradas lexicais de outra forma, como por exemplo, postulando uma rede que conecte as expressões, como parece ser a estrutura de herança lexical. No entanto, não é explicitado o que faz com que determinado item lexical tenha certas estruturas e não outras, e isso, sim, faz que olhemos com certa relutância para a proposta. Sabe-se, por exemplo, que verbos têm estrutura argumental enquanto boa parte dos nomes não a tem, mas como decidir quais os nomes que também possuem esta característica? E mais, como, logicamente, concatenar duas expressões se estas não compartilham as mesmas estruturas? A estrutura interna da expressão final será a intersecção de todas as estruturas de ambas as expressões, sua

união ou será apenas as características relevantes para o contexto? Estas são questões, a meu ver, extremamente relevantes para a teoria e que não ficam claras em momento algum.

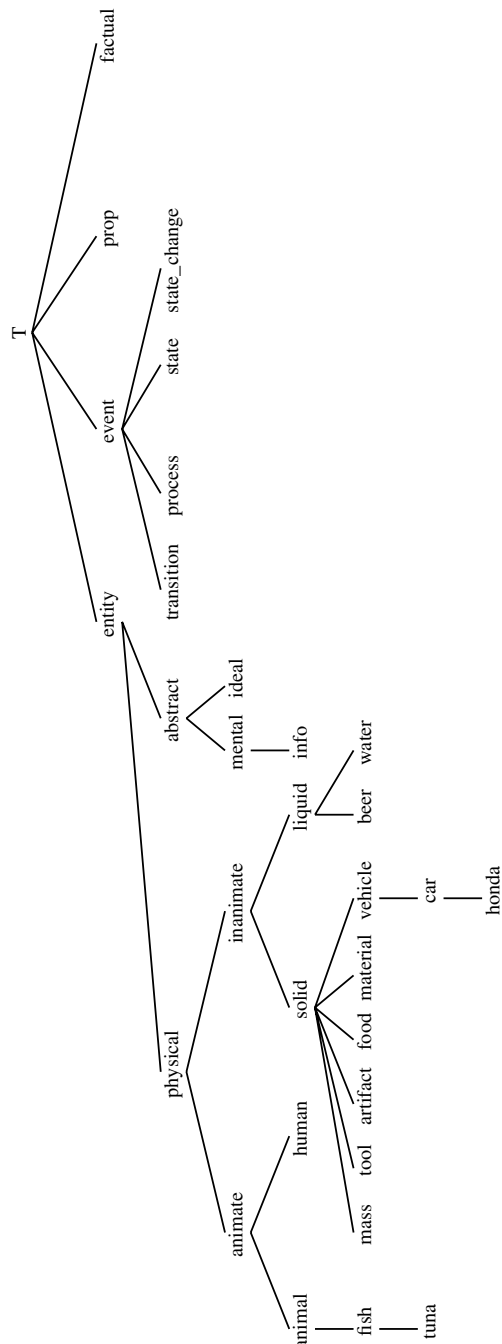
Ainda quanto à estrutura interna das entradas, a estrutura qualia parece ser pouco resolvida. Seus quatro aspectos são definidos com base no trabalho de Aristóteles, ignorando toda a discussão moderna dedicada a mostrar a vagueza destas definições e o fato de esta proposta não estar vinculada à linguagem e sim ao mundo.

Considerando cada um dos aspectos da estrutura qualia, também notamos pequenos problemas. O aspecto formal é proposto para localizar um item lexical dentro de um domínio maior, mas estes possíveis domínios maiores não são previamente definidos e praticamente todos os exemplos do autor conectam os itens lexicais a conceitos ontológicos. Ainda que haja inúmeros exemplos de domínios/tipos, não são identificados ao todo quais são eles e de que forma associa-se determinada entrada lexical a determinado tipo ou domínio. Este talvez seja um dos maiores problemas do LG: quais são os tipos possíveis e como defini-los. Em uma frase como “I drove my honda”, não é claro se o tipo de *honda* é *honda*, *car*, *vehicle*, ou seja, não é claro o grau de especificidade que o tipo de um item lexical deve determinar. A teoria não apresenta uma heurística para categorizar os itens lexicais de acordo com um critério único e pré-definido.

Apenas para exemplificar o quão confusa é a definição destes domínios, vejamos alguns tipos propostos por JP no Capítulo 6 de [Pustejovsky, 1995]. Os domínios maiores, ou seja, os tipos que definem o aspecto formal da estrutura qualia, exemplificados em [Pustejovsky, 1995, Cap. 06] são, por exemplo, *physobj*, *mass*, *info*, *prop*, *vehicle*; exceto *prop* que é o tipo *proposição*, argumento de verbos como *believe* [Pustejovsky, 1995, pag.118], todos os outros domínios são claramente ligados ao mundo e não à linguagem.

Na estrutura abaixo, proposta por [Real, 2011] e baseada em [Pustejovsky, 1995,

Cap. 07] e [Pustejovsky, 2006], vê-se o que seria a herança lexical do LG ou seja, a rede estruturada com todos os tipos/domínios utilizados para formalizar os exemplos citados pelo autor nos dois referidos trabalhos.



Como discutido acima, JP define domínios ontológicos (como *food*, *fish*, *beer*) e domínios da linguagem (como *process*, *state*, *event*) sem diferenciá-los. Seguindo

[Real, 2011], o grande problema da tipologia presumida por uma estrutura como esta não é a grande quantidade de tipos, mas sim o grau de especificidade que cada entrada parece ter com seu tipo. Não há nada que nos indique qual deve ser o tipo de *vodka*, por exemplo. Assim como não há nada que nos indique o que será categorizado como *mass* ou *material*. Baseando-nos na estrutura apresentada — que foi construída a partir de exemplos de JP, já que o autor, em nenhum momento, estrutura o que seria a herança lexical ou a tipologia de todos os domínios assumidos por ele — não parece haver critérios para definir-se o que é tipo e o que não é: *planta* seria do tipo *planta*, uma sub-categoria de *inanimate*? E *papa-moscas*, o termo popular brasileiro para plantas carnívoras, seria do tipo *planta•animate*? Não há realmente qualquer indicação de como classificar os itens lexicais conforme a hierarquia de Pustejovsky.

É possível notar ainda que a proposta acima não se sustenta em si¹¹⁶. Muitos itens lexicais — como *papinha*, *vitamina* e *shakes para emagracimento* — poderiam participar ao mesmo tempo de tipos como *liquid* e *food*. Ao passo que outros vários, como *vaca* e *cachorro* discutidos acima, poderiam ou não participar dos tipos *food* e *animal*. Tipos estes de naturezas extremamente diferentes se considerarmos a própria ontologia proposta. A propositura entra ainda mais em cheque se considerarmos contextos comunicativos reais nos quais certos animais (como polvos no Japão atual) são comidos vivos. Como poderia, a partir da antologia proposta, *polvo* participar ao mesmo tempo da categoria *animate* e *food*?

Também não é discutido quais tipos podem ser integrados em um mesmo tipo-ponto. Imaginando uma tipificação ontológica, pensaríamos que é impossível, por exemplo o tipo *state•human*, no entanto, para [Pustejovsky, 1995, pag.153], *lunch* é um item do tipo *event•food*. Não parece haver, portanto, nenhum tipo de distinção entre os tipos mais ligados à linguagem e os tipos ligados ao mundo, nenhum tipo de critério para a construção desta tipologia e nem mesmo indicações de uso.

¹¹⁶Agradeço ao Professor Dr. Luiz Arthur Pagani por estas considerações e, de fato, também por inumeráveis outras que não foram diretamente apontadas nesta tese.

No entanto, mais à frente, em [Pustejovsky, 1995, Cap. 8], o autor apresenta como descrições para o aspecto formal algo muito parecido com a estrutura eventiva de cada item: $(\text{have}, (e_2, x, y))$ (para *purchase*) e $(\text{ask}(e_1, z, x))$ (para *exam*). Como apontado por [Fodor and Lepore, 1998], há, no mínimo, uma inconsistência notacional no texto, já que para a mesma característica (o aspecto formal da estrutura qualia) pode-se encontrar tanto uma categoria ontológica, como *vehicle*, ou parte de uma possível estrutura argumental de um nome eventivo, $(\text{ask}(e_1, z, x))$. Imaginando que estas definições não são um problema notacional, a falha torna-se ainda mais grave ao adquirir um caráter teórico e metodológico: um mesmo aspecto ora é um conceito ontológico, ora é uma fórmula, sem que seja explicitado o que faz com que este traço possa ter tamanha amplitude. Outro problema é, caso o aspecto formal realmente servisse para definir grandes domínios de itens lexicais, como resolver ambiguidades locais. Definindo claramente tais domínios, seria possível agrupar sob um rótulo bastante largo algumas entradas lexicais, porém não seria possível diferenciá-las, itens como *xícara*, *copo*, *sofá* e *carro* poderiam estar todos no grande domínio *physobj* ou *artifact*.

Consideremos, por fim, a *herança lexical*, que é a estrutura que viabiliza relações entre as entradas lexicais. O autor não define esses “caminhos” traçáveis entre elas, apesar de dizer que a herança lexical são reticulados que organizam a estrutura qualia, explicação esta que precisaria ser discutida com precisão já que reticulados são objetos matemáticos bastante complexos e não raramente mal utilizados na linguística. Não fica claro nem como a relação entre a estrutura qualia e a estrutura de herança lexical se relacionam, nem a organização interna da herança lexical. O que parece é que tudo que não é regularizável no léxico, por exemplo, aspectos diacríticos, é material da herança lexical.

Tendo em mente todos os problemas apontados acima, que não esgotam as possíveis críticas ao LG, pode-se perceber que, ainda que consideremos sua proposta e as questões que pretende responder relevantes, há problemas de estruturação interna

à própria teoria que dificultam uma real avaliação da cobertura empírica e do poder explicativo da mesma.

3.2.3 Tratamento de JP às nominalizações

Em contrapartida, o tratamento dado às nominalizações no Léxico Gerativo discute questões bastante interessantes. Talvez por propor a lexicalização do máximo de informação possível, o LG lida concomitantemente com muitos níveis de análise. Graças a esta visão mais ampla, tanto aspectos sintático-estruturais quanto léxico-semânticos podem ser considerados.

Para [Pustejovsky, 1995], ANs são nomes inerentemente polissêmicos, formalmente isto significa que são expressos através dos tipos-ponto. Informalmente, significa dizer que um único item lexical tem mais de um significado ao mesmo tempo.

JP aponta duas principais razões para admitirmos objetos como tipos-ponto na teoria [Pustejovsky, 1995, pag.152-3]. A primeira é semântica e diz respeito à impossibilidade de caracterizar objetos complexos via tipagem simples. Para JP, o problema principal da representação destes nominais é o fato de uma semântica de tipagem simples não alcançar uma formalização descritiva o suficiente. Nomes que apresentam leituras resultativas e eventivas, por exemplo, não são adequadamente tratados por uma tipologia como a proposta por Montague, que rotula todos as entidades simplesmente sob o tipo *e*. JP propõe, e é seguido por muitos como [Jezek and Melloni, 2009] e [Bassac et al., 2010], uma caracterização dos nominais que envolve não apenas o tipo sintático-semântico da expressão, mas também tipos ontológicos, expressos através da estrutura qualia da entrada lexical.

A segunda razão para admitirmos tipos-ponto é lexical. Para JP, há evidências relevantes, como os fenômenos de copredicação presentes em diversas línguas, que mostram que a polissemia de um tipo-ponto não é necessariamente ligada a mecanismos de coerção, ou seja, é intrínseca ao nominal. JP classifica o tipo de polissemia

dos tipos-ponto como polissemia lógica, isto é, lexical, predizível e sistemática.

Para capturar esta sistematicidade da polissemia lógica, JP lança mão do conceito de *lcp* (*lexical conceptual paradigms*). Este paradigma conceitual dos nomes que são inerentemente polissêmicos define R , a função que estrutura o tipo-ponto. Assim, o tipo-ponto tem a estrutura $R(t_1, t_2)$, onde R é uma função que estrutura t_1 e t_2 de acordo com o *lcp* utilizado e t_1 e t_2 são os tipos que constituem o tipo-ponto.

JP propõe diferentes *lcps* para dar conta de polissemias lógicas que parecem estar presentes em diversas línguas, como a polissemia *state • proposition*, para nomes como *belief*, *info • physobj* para nomes como “book” e “magazine” que são do tipo *printed_matter*, que, por sua vez, forma o *lcp* de nomes como “jornal”: *printed_matter • organisation* [Pustejovsky, 1995, pag.150-151, 155].

Abaixo, o *lcp* proposto para a polissemia lógica dos ANs:

$process \bullet result_lcp = \{process \bullet result, process, result\}$ [Pustejovsky, 1995, pag. 171]

Desta forma, ANs passam a normalmente assumir três diferentes tipos: *process*, *result* e *process • result*.

(215) A abertura do congresso foi longa. (processo)

(216) A abertura da porta era grande. (resultado)

(217) A abertura custou três mil. (processo \vee resultado)

(218) A abertura da vala demorou três dias, mas ficou ótima. (processo \wedge resultado)

“Abertura” denota objetos distintos em 215 e 216, mas ao ser tipado simplesmente como *e* (entidade), tal distinção não é contemplada. A partir do mecanismo do tipo-ponto e da estrutura sintática da sentença, é possível prever qual será a denotação de “abertura” considerando as leituras possíveis presentes no *lcp*. O tipo-ponto de

“abertura”, então, pode se realizar somente como processo (como em 216), somente como resultado (como em 217), como ambos (218 ou como um deles (217).

No que diz respeito à caracterização dos nominais polissêmicos, o LG traz, além do tipo ponto, uma estruturação para a entrada lexical bastante rica e que, através da grande quantidade de informação aí disponível, possibilita a formalização de diversos fenômenos semântico-lexicais. Considerando o tratamento proposto por [Pustejovsky, 1995, pag.171] aos nominais do inglês, é possível conceber para “abertura” uma estrutura como a abaixo:

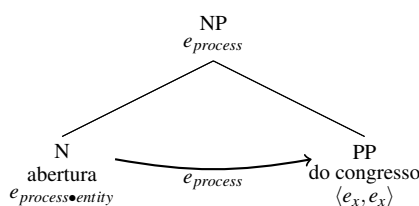
$$\left[\begin{array}{l} \textit{abertura} \\ \\ \textit{EvenStr} : \left[\begin{array}{l} E_1 = \textit{process} \\ E_2 = \textit{state} \\ R_{ESTR} = <_{\alpha} \end{array} \right] \\ \\ \textit{ArgStr} : \left[\begin{array}{l} \boxed{1} \left[\begin{array}{l} \textit{animate_ind} \\ \textit{Formal} = \textit{physobj} \end{array} \right] \\ \boxed{2} \left[\begin{array}{l} \textit{physobj} \\ \textit{Formal} = \textit{entity} \end{array} \right] \\ \boxed{3} \left[\begin{array}{l} \textit{indiv.} \\ \textit{Formal} = \textit{entity} \end{array} \right] \end{array} \right] \\ \\ \textit{QualiaStr} : \left[\begin{array}{l} \textit{formal} : \textit{abrir_result}(E_2, \boxed{3}) \\ \textit{agentivo} : \textit{abrir_act}(E_1, \boxed{1}, \boxed{2}) \end{array} \right] \end{array} \right]$$

Da estrutura proposta para a entrada lexical *abertura*, entende-se que sua estrutura eventiva é composta por três elementos: E_1 (processo de abrir), E_2 (estado resultante) e $R_{ESTR} = <_{\alpha}$, a relação resultante do *lcp result • process*. Na estrutura argumental de *abertura*, há até três argumentos: $\boxed{1}$ (o que é aberto), $\boxed{2}$ (quem abre), $\boxed{3}$ (o que resulta do evento). Como definido por [Pustejovsky, 1995], não é obrigatória a presença

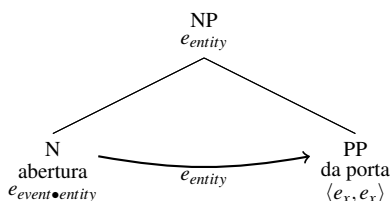
concomitante de todos estes argumentos. Considerando a estrutura qualia, o aspecto formal e agentivo são definidos pelas relações do *lcp*, conforme [Pustejovsky, 1995, pag. 149]. No aspecto formal, temos a relação entre os participantes do resultado da ação de abrir e, em agentivo, temos os participantes do processo de abrir.

Vejamos como o LG, a partir da entrada lexical complexa e do mecanismo do tipo-ponto, pode dar conta das sentenças 215, 216, 217 e 218.

A expressão *abertura do congresso*, em 215, tem a leitura eventiva e não ambígua, graças a presença do modificador “do congresso”, que, graças ao conhecimento extralinguístico, remete o falante à cerimônia de abertura de um congresso, logo, um evento. O tipo necessário para referenciar o ato de abrir um congresso é o tipo processo¹¹⁷ expresso pelo aspecto *agentivo* da estrutura qualia de *abertura*.

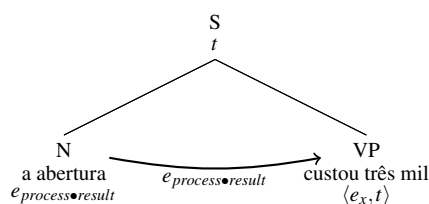


Já em uma expressão como *abertura da porta*, em 216, *abertura* tem a leitura resultativa, expressa através do aspecto formal da estrutura qualia da entrada.



Em 217, não há qualquer indicação contextual sobre o tipo final de *abertura*, logo nenhum dos aspectos da estrutura qualia é focalizado e todo o *lcp* passa a ser a denotação possível do item.

¹¹⁷Especialmente quando trata dos nominais ambíguos entre resultado e processo, JP não distingue claramente evento e processo. Isto a princípio não é um problema, já que eventos e processos, neste caso, são rótulos usados para diferenciar os nominais resultativos dos eventivos.



Em 218, há a copredicação dos dois sentidos de abertura:

(218) A impressão demorou três minutos, mas ficou ótima.

“Demorou três minutos” é uma expressão que seleciona um evento, no entanto, a expressão “ficou ótima” se refere ao resultado da ação de abrir. Neste caso, ambos os aspectos da estrutura qualia são focalizados e a ocorrência do nominal denota concomitantemente processo e resultado.

Como podemos notar, então, o tratamento proposto por JP aos nominais ambíguos entre resultado e ação consegue prever a existência de múltiplos significados para estes nominais, além de considerar a influência contextual na resolução de polissemias lexicais como esta.

3.3 Comparação dos dois

Após visitarmos o trabalho de [Grimshaw, 1990] e [Pustejovsky, 1995], é possível notarmos as principais diferenças entre estas duas propostas e de que forma os pressupostos teóricos de cada uma delas influenciam o tipo de tratamento proposto e seu grau de adequação.

A análise de [Grimshaw, 1990] tem cunho essencialmente sintático e, graças a isto, propõe distinções que, como mostrei, não parecem ser as mais relevantes quando consideramos as nominalizações.

[Pustejovsky, 1995], por outro lado, propõe uma teoria lexical que pretende unificar diversos níveis linguísticos. Neste sentido, no LG há uma certa integração, via

entrada lexical, entre a informação sintática, lexical, semântica e conceitual que facilita a descrição de fenômenos complexos, como o das copredicações. Outros pontos da teoria de JP, como o *lcp* e o tipo-ponto, também são mecanismos interessantes para tratar os ANs. No entanto, o LG é uma teoria bastante frágil: é difícil tanto usá-la por não existir uma eurística clara que guie o linguista, como também distinguir na teoria o que é conhecimento linguístico e o que é extra-linguístico.

Assim, o tratamento de JP às nominalizações é muito adequado, mas a teoria é inconsistente. ‘Ironicamente’, [Grimshaw, 1990] apresenta uma teoria um pouco mais consistente, mas que, por ser de base sintática, a obriga a seguir caminhos teóricos que não necessariamente são os mais interessantes no caso das nominalizações.

Talvez o que seja mais interessante ressaltar na comparação destes dois trabalhos é o fato de que, ainda que [Pustejovsky, 1995] esteja atrelado às questões postas por [Grimshaw, 1990] e se pretenda uma “continuação” da discussão em um nível semântico-lexical, o fato de PJ considerar também outros níveis faz com que o fenômeno dos ANs seja analisado via polissemia lógica, enquanto [Grimshaw, 1990] os entenda como resultado do fenômeno da ambiguidade sintática. Como defendi no capítulo 2, tratar as nominalizações deverbais sem considerar as relações lógicas e intrínsecas existentes entre, não apenas o par nome/verbo, mas também entre os diferentes usos da forma nominalizada empobrece o tratamento e considera apenas uma faceta do comportamento destas nominalizações.

Capítulo 4

Proposta

Neste capítulo, elaboro uma proposta de representação léxico-semântica para os ANs. Tratarei especialmente de nominalizações em português, mas acredito que este tratamento pode ser estendido facilmente a outras línguas românicas, como francês e italiano. Apresentarei, na primeira parte deste capítulo, a motivação e o funcionamento do Léxico Gerativo Montagueano (LGM) já através de exemplos que tratem nominalizações para, na segunda parte, apresentar a aplicação desta ferramenta ao problema propriamente dito.

4.1 Léxico Gerativo Montagueano

Proposto por [Bassac et al., 2007, Bassac et al., 2010], o LGM é um sistema léxico-semântico livremente inspirado no Léxico Gerativo [Pustejovsky, 1995] e em suas motivações: dar conta do uso criativo das palavras através de um sistema léxico que não seja uma mera listagem de palavras. Sendo assim, é possível entendermos o LG como uma proposta semântico-lexical para questões trazidas por [Grimshaw, 1990] e o LGM como um possível desdobramento do LG. Ainda que as três teorias tenham diferentes motivações e formalizações, todas elas pretendem lidar com o mesmo problema e historicamente são consequências ou desdobramentos uma da outra.

Além destas questões já trazidas por teorias anteriores, o LGM também tem um particular interesse em considerar a língua como estrutura dinâmica, como faz a DRT¹. A teoria trata o léxico também como resultado de transformações diacrônicas, o que permite que a entrada lexical seja atualizada conforme o conhecimento linguístico do falante é também atualizado ou expandido. É interessante notar que [Basílio, 2004], discutindo as nominalizações deverbais, também define léxico como um objeto de natureza dinâmica e atualizável:

O léxico está em constante expansão, na medida em que nossas necessidades de representação conceitual e construção de enunciados estão sempre em mudança, sobretudo se expandindo, tanto social quanto individualmente [Basílio, 2004, pag. 51]

O sistema lógico do LGM se pretende mais rigoroso que o anterior e baseia-se em uma semântica montagueana com um tipo t (proposições) e um conjunto contável de tipos e (indivíduos). A ideia central do LGM é caracterizar a natureza dos itens lexicais e suas relações através de um sistema de tipos mais complexo, prevendo assim a anomalia ou não de sentenças. Um sistema mais próximo ao de Montague, com poucos tipos semânticos, não consegue prever a anomalia de sentenças como:

(219) ? O sofá late.

(220) ? Seus cinco estão correndo.

pois nem todas as informações léxico-semânticas dos itens lexicais são consideradas na computação. A proposta de [Bassac et al., 2010] é a de aumentar o grau de especificidade de cada tipo semântico que descreve um subconjunto dos indivíduos (e) a ponto de que sentenças como as acima sejam bloqueadas ou recebam uma marca de anomalia/estranheza. Ao tipar *late*, por exemplo, como $dog \rightarrow t$, isto é um predicado que se aplica ao subconjunto de indivíduos do tipo *dog*, 219 poderia ser

¹*Discourse Representation Theory*, inicialmente proposta por [Kamp, 1981].

bloqueada ou receber uma marca de estranheza. Assim, a forma utilizada para bloquear estas sentenças é a tipagem complexa das expressões: *sofá* é uma expressão de um tipo (conceitual-semântico-ontológico) que normalmente não pode ser argumento de *late*. Desta forma, *tipando* as expressões conceitual-semantica-ontologicamente, frases como 219 e 220 receberiam uma marca de anomalia.

A análise semântica da sentença consiste em mapear indutivamente a análise arbórea t_s de uma sentença s a uma fórmula lógica $\llbracket s \rrbracket$, que representa o significado da sentença. O léxico fornece cada folha de t_s , que é uma palavra w_i , com uma semântica λ -term $\llbracket w_i \rrbracket$ cujos tipos primitivos são t (proposições) e e (indivíduos). Através da indução estrutural de t_s , obtemos λ -term $[s]:t$ que corresponde a t_s . Sua fórmula normal, que é uma fórmula de lógica de ordem superior, é $\llbracket s \rrbracket:t$, o significado de s . Este processo que implementa o princípio de composicionalidade fregueano é o centro da semântica de Montague e baseia-se na representação de Churchil das fórmulas de cálculo- λ tipado simples [Moot and Retoré, 2012, Chapter 3].

4.1.1 A entrada lexical e o sistema lógico de tipagem

O sistema do Léxico Gerativo Montagueano em ΛTy_n ², funciona da seguinte maneira: o léxico fornece cada item lexical com:

- um λ -termo principal, o “mais corrente”, que especifica a estrutura argumental³ do item,
- um número finito de λ -termos (possivelmente nenhum) que implementam as transferências de significados.

²A nomenclatura segue [Muskens, 1990] que define uma lógica de primeira ordem com muitos tipos para e (e_n) chamada de Ty_n . Como o LGM também quantifica sobre tipos através do cálculo Λ de segunda ordem, os autores optaram por chamá-la de ΛTy_n .

³Aqui, a estrutura argumental indica apenas argumentos sintáticos que são geralmente obrigatórios. *Run* poderia ser especificado apenas como $\lambda x.run(x)$, mas é interessante ressaltar que o mecanismo do LGM não impede que outros formatos de estrutura argumental sejam utilizados.

Graças ao sistema de tipos mais complexo, é possível especificar, através do tipo do argumento do λ -termo principal, a natureza do argumento do verbo ou do predicado: por exemplo, “*runs*: $\lambda x^{animal} \underline{run}(x)$ ” somente é aplicável a indivíduos do tipo “*animal*”. O λ -termo opcional permite, então, tornar um objeto de um determinado tipo em outro tipo, se este for requerido pelo predicado: um λ -termo opcional é uma função que pode transformar, por exemplo, o tipo de um nome como *São Paulo* de “*town*” em “*institution*”, de “*town*” em “*geographic place*”, ou de “*town*” em “*football club*” através dos λ -termos opcionais: “ $f_i: town \rightarrow institution$ ”, “ $f_p: town \rightarrow place$ ” and “ $f_c: town \rightarrow club$ ”.

Uma entrada lexical, então, tem o seguinte formato:

$$\langle \lambda x^v. (assinatura^{v \rightarrow t} x); \\ Id = \lambda x^v. x, \quad f_M^{v \rightarrow r}, \dots \rangle$$

- $\lambda x^v. (assinatura^{v \rightarrow t} x)$ é o λ -termo principal;
- $Id = \lambda x^v. x$ é a função de identidade do λ -termo principal;
- $= f_M^{v \rightarrow r}$ é um λ -termo opcional que muda o tipo de *assinatura* de “*v*”(evento) para “*r*”(resultado), *M* é o índice da variável, uma etiqueta arbitrária usada para diferenciar um λ -termo opcional de outro.

Seguindo [Borges Neto, 1999, Retoré, 2013], o tipo semântico para nomes comuns é $e \rightarrow t$, logo a forma lógica de *assinatura* é $\lambda x^v. (assinatura^{v \rightarrow t} x)$. Já o tipo de um nome próprio, como *São Paulo*⁴, é e e sua fórmula é $\lambda x^{town}. x$.

$$\langle \lambda x^{town}. (sao_paulo^{town} x); \\ Id = \lambda x^{town}. x, \quad f_i^{town \rightarrow institution}, \quad f_p^{town \rightarrow place} \quad f_c^{town \rightarrow club} \dots \rangle$$

O sistema lógico para a computação sintático-semântica das sentenças é bastante próximo da semântica de Montague, exceto pelo uso do Sistema F, proposto por [Gi-

⁴Aqui faço referência apenas à denotação de *São Paulo* como cidade, e não como santo.

rard, 1971], que permite a quantificação sobre tipos. Precisamente, é usada a lógica proposicional de segunda ordem e o cálculo λ de segunda ordem como sistema de tipo. O quantificador proposicional de segunda ordem é denotado por Λ , como no Sistema F. Λ , então, é um operador que age somente sobre tipos: Λ liga variáveis de tipos, considerados de segunda ordem, enquanto λ liga variáveis de primeira ordem, predicados e entidades. A abstração $\lambda, \Lambda\alpha.T$, vista como uma fórmula lógica, é escrita como $\forall\alpha.T$, onde \forall quantifica proposições ou tipos, mas não variáveis de primeira ordem. Desta forma, dizer que um termo é do tipo $\Lambda\alpha.T$, para qualquer tipo arbitrário U , é dizer que seu tipo é $T[U/\alpha]$, já que a aplicação de $\Lambda\alpha.T\{U\}$ resulta em $T[U/\alpha]$.

Vejamos como formalmente o sistema lógico é descrito⁵. Considere um conjunto P de variáveis de tipo:

- (221) constantes e e t , assim como qualquer variável α , são tipos;
- (222) se T é um tipo e α é uma variável de tipo, que pode ocorrer ou não em T , $\Lambda\alpha.T$ é um tipo.
- (223) se T_1 e T_2 são tipos, então $T_1 \rightarrow T_2$ também é um tipo.

Consideremos, então, *assinatura* como exemplo. A fórmula de *assinatura* é $\lambda x.x^v$, onde v é uma constante de tipo (da natureza de e exposto acima). O tipo do λ -termo opcional de *assinatura*, por exemplo, é $v \rightarrow r$: v é um tipo (T_1), r é um tipo (T_2), logo $v \rightarrow r$ é também um tipo ($T_1 \rightarrow T_2$).

Para referir-se a uma expressão cujo tipo contém uma variável a ser saturada: $\Lambda\alpha.T$, onde α é uma variável de tipo e T é a expressão, como exposto em 222. Se tivéssemos um λ -termo opcional de *assinatura* a ser saturado posteriormente, sua fórmula poderia ser: $\Lambda\alpha.T^{v \rightarrow \alpha}$. Esta fórmula diz que existe uma variável de tipo a ser saturada em T . Por exemplo, ao assumirmos que nominalizações podem ter diversos significados e que eles serão definidos em contexto, fórmulas de tipo com variáveis a

⁵Apresentarei as regras por partes, seguidas de comentários e exemplos.

serem saturadas tornam-se muito úteis. Esta possibilidade formal, de termos fórmulas de tipos não saturadas, é trazida pelo Sistema F de [Girard, 1971], já que normalmente lógicas de primeira ordem não operam sobre tipos.

Para cada tipo existente na linguagem, há um conjunto contável de variáveis que poderão ser formadas a partir deste tipo:

- (224) Uma variável x de tipo T é um termo de tipo T ;
- (225) Se τ é um termo de tipo T e f é um termo de tipo $T \rightarrow U$, $(f\tau)$ é um termo de tipo U ;
- (226) Se x é uma variável de tipo T , e τ é um termo de tipo U , $\lambda x^T.\tau^U$ é um termo do tipo $T \rightarrow U$;
- (227) Se τ é um termo do tipo $\Lambda\alpha.T$, e U é um tipo, $\tau\{U\}$ é um termo do tipo $T[U/\alpha]$;
- (228) Se α é uma variável de tipo, e τ é um termo do tipo T sem nenhuma variável livre envolvendo a variável de tipo α , $\Lambda\alpha.\tau$ é um termo do tipo $\Lambda\alpha.T$.

224 diz que mesmo uma variável desconhecida pode ter seu tipo pré-definido, x^v é do tipo v , assim x , mesmo indefinido, é do tipo v .

Imediatamente abaixo, em 225, tem-se a regra que define como os tipos se portam em aplicações funcionais entre constantes, isto é, a resolução dos tipos na concatenação das expressões:

$$a^{((v \rightarrow t) \rightarrow v)} \text{assinatura}^{v \rightarrow t} = (a \text{ assinatura})^v,$$

$$\text{onde } a = T, \text{ assinatura} = f, U = v.$$

Visitaremos esta aplicação detalhadamente nas próximas páginas.

Já em 226, tem-se a formalização do funcionamento dos tipos em expressões formadas por um termo (τ^U) e uma variável (x^T). Se consideramos *assinatura* como exemplo: *assinatura* é um termo (τ), seu tipo (U) é $v \rightarrow r$. Aplicando agora $\lambda x^T.\tau$, temos: $(\lambda x^T \text{assinatura}^{v \rightarrow t})$, que é uma expressão do tipo $T \rightarrow (v \rightarrow t)$.

Em 227, temos a regra de substituição dos tipos. A expressão $T[U/\alpha]$ significa ‘substitua todas as ocorrências de α por U em T ’: $\tau^{\Lambda\alpha.T}\{U\}$.

Por fim, 228 define a regra dos tipos de expressões sem variáveis livres. $\Lambda\alpha.\tau^T$ é uma expressão do tipo $\Lambda\alpha.T$.

A redução, formalização comum para saturar as expressões com variáveis ligadas por Λ e λ , é definida como:

(229) $(\Lambda\alpha.\tau)\{U\}$ reduz para $\tau[U/\alpha]$, onde α e U são tipos;

(230) $(\lambda x.\tau)u$ reduz para $\tau[u/x]$ (redução canônica);

229 é a redução de segunda ordem, aplicada a tipos e proposições. $\tau[U/\alpha]$ indica que na expressão τ , todas as instâncias de α devem ser substituídas por U . Já em 230, temos a mesma relação de redução, mas de primeira ordem, ou seja, aplicável a entidades e predicados.

Como no cálculo λ tipado simples, o sistema é altamente normalizado e confluyente, já que cada termo tem uma única forma normal [Girard, 1972].

É possível ver o uso da lógica de segunda ordem no LGM ao considerar o tratamento proposto para o artigo definido, “the”, por [Retoré, 2013]. Para dar conta dos vários tipos para e, o artigo definido é formalizado a partir do operador ι definido por [Hilbert and Bernays, 1939], como $\iota = \Lambda\alpha.((\alpha \rightarrow t) \rightarrow \alpha)$, onde α é qualquer tipo. Assim o tipo do artigo definido (ι) é vago quanto ao tipo do termo que servirá como argumento e será contextualmente especificado conforme o tipo requerido [Real and Retoré, 2013]. Vejamos a formalização para “a assinatura”, onde v é o tipo *evento*:

$$\mathbf{the} = \iota : \Lambda\alpha.((\alpha \rightarrow t) \rightarrow \alpha)$$

$$\iota : ((v \rightarrow t) \rightarrow v) = \iota^{((v \rightarrow t) \rightarrow v)}$$

“a assinatura”

$$a \text{ assinatura}^{v \rightarrow t} = \iota^{((v \rightarrow t) \rightarrow v)}(a \text{ assinatura}^{v \rightarrow t})$$

$$(\iota(\textit{assinatura}))^v$$

Em outros contextos, obviamente ι poderá assumir outros valores.

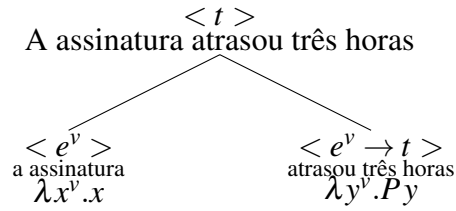
Apresentei até agora os principais mecanismos e regras do LGM. Na próxima seção, veremos seu funcionamento.

4.1.2 Aplicação

Em uma sentença na qual não há erro de tipo (*type error*), ou seja, todos os argumentos têm previamente como λ -termo principal o tipo requerido pelo contexto, utiliza-se a aplicação funcional (*funcional application*) para concatenar os itens.

Vejamos um exemplo de uma sentença com AN na qual não há erro de tipo:

(231) A assinatura atrasou três horas.



Assinatura é um AN com diferentes possíveis interpretações: resultado físico, estado resultante, evento. Para dar conta das diferentes interpretações de *assinatura*, pode-se pensar em uma entrada lexical para este item como a seguinte:

$$\langle \lambda x^v . (\textit{sig}^{v \rightarrow t} x);$$

$$Id = \lambda x^v . x, \quad f_1^{v \rightarrow \phi}, \quad f_2^{v \rightarrow \sigma}, \dots \rangle$$

Onde v, σ, ϕ, t são tipos e v = evento, σ = estado resultante, ϕ = objeto físico, *sig* = assinatura.

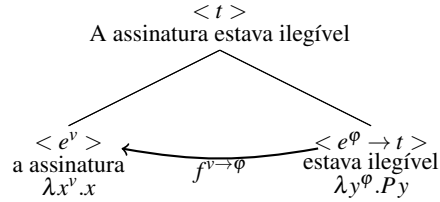
Na sentença 231, o predicado *atrasou três horas* requer a interpretação eventiva de *assinatura*. Como o termo λ -principal do item já é do tipo v , apenas a aplicação funcional é suficiente para a formalização da sentença:

$$\lambda y^v . P y(\text{sig}^v) \quad P = \text{atrasou três horas}$$

$$P(\text{sig}^v) \quad \text{sig} = x^v$$

Já em uma sentença na qual tenha um erro de tipagem, a lógica de segunda ordem é usada para antecipar a transformação de um tipo desconhecido no tipo requerido. Os λ -termos opcionais funcionam como as transformações possíveis que cada item lexical pode assumir para resolver estes erros de tipagem. Vejamos uma sentença na qual *assinatura* seja interpretada através de um termo opcional:

(232) A assinatura estava ilegível.



Em 232, “estava ilegível” força a interpretação de *assinatura* como um resultado físico, por isto o termo λ -opcional f_1 é acessado e transforma o tipo de *assinatura* de v para ϕ .

$$(\lambda y^{\phi \rightarrow t} \text{ilg } y)(\text{sig}^v)$$

$$(\lambda y^{\phi \rightarrow t} \text{ilg } y)(f^{v \rightarrow \phi} \text{sig}^v)$$

$$\text{ilg}^{\phi \rightarrow t}(f \text{ sig})^\phi \quad x = \text{sig}$$

$$P = \text{ilg} = \text{estava ilegível}$$

Estas transformações que são possíveis através dos λ -termos opcionais são ainda definidas lexicalmente entre *rígidas* e *flexíveis*. Uma função flexível pode ser aplicada a apenas uma instância de x , isto é, localmente, já funções rígidas, caso usadas, devem ser aplicadas a todas as instâncias de x em um determinado contexto. É através do conceito de rigidez, que o LGM tenta dar conta dos diversos comportamentos assumidos pelos nominais em contextos de co-predicação.

Para formalizar contextos de co-predicação e outras conjunções, [Bassac et al., 2010] formalizam a conjunção entre dois predicados:

$$\text{“and”} = \Lambda \alpha \Lambda \beta \lambda P^{\alpha \rightarrow t} \lambda Q^{\beta \rightarrow t} \Lambda \xi \lambda x^{\xi} \lambda f^{\xi \rightarrow \alpha} \lambda g^{\xi \rightarrow \beta} \& (P(f\ x))(Q(g\ x))$$

O que esta fórmula diz é: dois predicados (P e Q) podem ser aplicados a uma constante individual (x), se o tipo de x (ξ) for o tipo requerido pelos predicados (α e β). Caso não sejam compatíveis, funções (os λ -termos especificados lexicalmente: (fx) e (gx)) podem transformar o tipo de x nos tipos requeridos ($(f^{\xi \rightarrow \alpha})$ e $(g^{\xi \rightarrow \beta})$). Formalmente, dizer que uma função é rígida é dizer que a transformação deve ser a mesma em $(f^{\xi \rightarrow \alpha})$ e $(g^{\xi \rightarrow \beta})$.

Normalmente, ANs ambíguos (e.g. *assinatura*) entre o processo expresso pelo verbo base (*assinar*) e o resultado da ação não admitem co-predicação. Ao considerar o λ -termo opcional de *assinatura* ($f_1^{v \rightarrow \phi}$) uma função rígida, a co-predicação entre as diversas leituras do item lexical é bloqueada, já que a função deve ser aplicada a todas as instâncias. Vejamos a formalização de sentenças com ANs em contextos predcativos.

(233) * A assinatura estava ilegível e atrasou três horas.

$$\begin{aligned} \text{“and”} &= \Lambda \alpha \Lambda \beta \lambda P^{\alpha \rightarrow t} \lambda Q^{\beta \rightarrow t} \Lambda \xi \lambda x^{\xi} \lambda f^{\xi \rightarrow \alpha} \lambda g^{\xi \rightarrow \beta} \& (P(f\ x))(Q(g\ x)) \\ * &\& (P(f^{v \rightarrow v} \text{sig}^v))(Q(f^{v \rightarrow v} \text{sig}^v)) \end{aligned}$$

Onde: P = [[estava ilegível]], Q = atrasou três horas, v = evento.

Como a função que transforma o tipo de a assinatura de v para r é rígido, a co-predicação não pode ser derivada, já que cada predicado requer um tipo semântico diferente e todas as instâncias de x terão o mesmo tipo.

No entanto, há contextos nos quais ANs ambíguos podem ser co-predicados. Como em:

- (234) La costruzione, che si protrasse fino al XVII scolo, rimane un'importante testimonianza della geniale tematica del Palladio⁶.

$$\Lambda\alpha\Lambda\beta \lambda P^{\alpha \rightarrow t} \lambda Q^{\beta \rightarrow t} \Lambda\xi \lambda x^{\xi} \lambda f^{\xi \rightarrow \alpha} \lambda g^{\xi \rightarrow \beta} \&(P(f\ x))(Q(g\ x))$$

$$\begin{aligned} &\&(P(f^{v \rightarrow v} \text{cost}^v))(Q(g^{v \rightarrow \text{result}} \text{cost}^v)) \\ &\&(P(f_{\text{cost}}))^v (Q(g_{\text{cost}}))^{\text{result}} \end{aligned}$$

Onde: $Q = [[\text{rimane un'importante testimonianza}]] = \text{rim}^{\text{result} \rightarrow t}$, $P = [[\text{si protrasse fino al}]] = \text{pro}^{v \rightarrow t}$, $\alpha = v$ $\beta = \text{result}$ $\xi = v$, $x = \text{cost}^v = [[\text{la costruzione}]]$

Aqui, considerando que a mudança de tipo requerida é lexicalmente definida como flexível, é possível que as duas instâncias de x tenham tipos distintos.

4.1.3 Críticas

Através de uma ampla rede de tipos semântico-ontológicos, do mecanismo de rigidez e das regras semânticas utilizadas, o LGM dá conta de descrever e formalizar o comportamento dos ANs, incluindo os diferentes comportamentos dos ANs em contextos co-predicativos. O mecanismo lógico da LGM parece ser, dentre todas as propostas estudadas até aqui, o sistema mais adequado para tratar-se de nominalizações. Diversos pressupostos teórico-metodológicos, como o fato de muitas nominalizações carregarem características diacrônicas que são impossíveis de traçar através de uma regra geral, podem ser considerados através desta proposta, que apresenta saídas bastante convenientes, como a lexicalização destes traços e a compreensão da estrutura lexical

⁶A construção, que continuou até o século XVII, representa uma importante evidência da incrível temática de Palladio. Exemplo de [Jezek and Melloni, 2009].

como algo dinâmico, passível de mutação e atualização. O fato do LGM formalizar de maneira sólida e coerente as várias relações semânticas que um nominal pode estabelecer, ainda que não prediga qual o grau de rigidez dos tipos de cada entrada, já é um grande passo em direção a uma teoria geral para as nominalizações.

O LGM propõe uma lógica consistente para a resolução do tipo de ambiguidade tratada aqui, a polissemia resultado-evento, e de fenômenos resultantes de *type-clashes*, ou seja, gerados quando os tipos semântico-ontológicos definidos lexicalmente não condizem com os tipos requeridos pela estrutura sintático-semântica. Além disto, a proposta relaciona facilmente as estruturas léxico-conceituais e sintático-semânticas, sem fazer uso de estruturas intermediárias, como a estrutura argumental no caso de [Grimshaw, 1990] e a estrutura qualia em [Pustejovsky, 1995]. Acredito também que há uma certa economia e limpeza do sistema de [Bassac et al., 2010] que não só não são encontradas nas propostas apresentadas anteriormente, como também são elementos importantes para a construção de uma lógica sólida e consistente.

Infelizmente, a proposta dos autores não prevê o comportamento das nominalizações, como [Grimshaw, 1990] pretendeu prever. O arcabouço do LGM não nos diz nada sobre qual a relação que uma nominalização estabelecerá com seu par verbal, nem sobre o comportamento (rígido ou flexível) destes nomes em contexto de co-predicação. Como na proposta de [Pustejovsky, 1995], muito é deixado ao linguista — por exemplo, decidir quais são os tipos de cada entrada e qual o grau de rigidez de cada λ -termo — e poucas previsões podem ser realmente feitas ao olhar para o sistema. No entanto, diferente da proposta de [Pustejovsky, 1995], esta apresenta uma consistência interna e um poder descritivo que, ainda que se trate principalmente de uma proposta de formalização, por tratar das relações entre uma entrada lexical, seus diversos possíveis sentidos e o contexto no qual aparecem, já parece apresentar um importante passo em direção ao entedimento destas relações.

Acredito que a principal falha do LGM, tal qual a proposta se encontra atualmente,

é a pouca clareza sobre o conceito de rigidez. É evidente que a teoria deve ter recursos para restringir as mudanças de tipo e bloquear/marcas as sentenças anômalas, no entanto, não há uma regra geral em relação à rigidez/flexibilidade de cada λ -termo opcional, isto é, não há nada, a não ser o conhecimento do próprio linguista, que dirá se um termo é rígido ou flexível. Isto pode não ser um problema teórico *a priori*, especialmente se de fato não existirem regras gerais que ditem a relação da nominalização com o verbo ou seu comportamento em contextos predicativos. Se de fato não houver nenhuma motivação linguística que defina completamente o comportamento destes nominais, isto é, se de fato este for um fenômeno totalmente idiossincrático e empírico, particular a cada uma das nominalizações, não há porquê exigirmos de uma teoria que dê conta de prever o comportamento de cada uma das nominalizações. No entanto, se houver motivações linguísticas que definam este comportamento, a teoria do LGM pode não estar pronta para descrevê-las e formalizá-las. Se este for o caso, o LGM, de um ponto de vista linguístico e não estritamente lógico, pode ser tão inadequado quanto os outros tratamentos visitados.

Entendendo a dificuldade de estabelecer o comportamento de cada λ -termo opcional, o mecanismo de rigidez, que pode parecer *ad hoc* inicialmente, pode ser considerado como um traço idiossincrático do léxico, que infelizmente não é pré-estabelecido. Esta seria uma argumentação convincente para defender a proposta de [Bassac et al., 2010] caso ela descrevesse de maneira ideal os dados empíricos. No entanto, a teoria tal como é apresentada, não dá conta de alguns dados, como os apresentados ao final da seção Co-predicação no capítulo 2. Tomemos como exemplo a sentença a seguir:

(235) A assinatura furou a folha e estava ilegível.⁷

$$\text{“and”} = \Lambda\alpha\Lambda\beta \lambda P^{\alpha \rightarrow t} \lambda Q^{\beta \rightarrow t} \Lambda\xi \lambda x^{\xi} \lambda f^{\xi \rightarrow \alpha} \lambda g^{\xi \rightarrow \beta} \&(P(f\ x))(Q(g\ x))$$

$$\&(P(f^{v \rightarrow v_{\phi} \text{sig}^v}))(Q(g^{v \rightarrow r \text{sig}^v}))$$

$$\&(P(f \text{sig}))^{v_{\phi}}(Q(g \text{sig}))^r$$

⁷Sentença e formalização propostas por [Real and Retoré, 2014].

Onde: v, r, v_ϕ são tipos, v = evento, v_ϕ = evento que afeta o mundo material, r = resultado, $sig = a$ assinatura, $P =$ furou a folha, $Q =$ estava ilegível.

Na sentença 235, o nominal que precisa ter o tipo transformado é *assinatura*, que foi definido como:

$$\langle \lambda x^v. (assinatura^{v \rightarrow t} x); \\ Id = \lambda x^v. x, \quad f_M^{v \rightarrow r}, \dots \rangle$$

A partir da definição acima, *a assinatura* é normalmente do tipo v (evento) e pode também ser do tipo r (resultado). Para que fosse possível bloquear a derivação de 233(*“A assinatura estava ilegível e atrasou três horas.”), assumiu-se que o λ -termo que transforma o tipo de *assinatura* ($f_M^{v \rightarrow r}$) é rígido. No entanto, agora vemos um caso no qual o mesmo nominal permite a co-predicação exatamente entre os mesmos termos que em 233 não poderiam ser co-predicados. É importante ressaltar que em 235, não há nenhuma das estruturas sintáticas apontadas por [Jezek and Melloni, 2011] como estruturas que permitem a co-predicação e que, eventualmente, poderiam ser consideradas pelo LGM, estruturas que “flexibilizam” a rigidez do tipo semântico.

Para resolver a co-predicação possível presente em 235, a formalização proposta por [Real and Retoré, 2014] considera ainda um terceiro tipo possível para *assinatura*: o tipo v_ϕ = evento que afeta o mundo material, uma sorte de evento que, por afetar o mundo material e se relacionar com ele diretamente, é uma função flexível. Através deste novo tipo semântico, os autores conseguem formalizar tanto 233, anômala, quanto 235, bem formada, já que a transformação de v para r é rígida e a transformação de v para v_ϕ é flexível.

É importante ressaltar que ao utilizar-se este terceiro tipo v_ϕ , assume-se uma nova entrada lexical para *assinatura*:

$$\langle \lambda x^v. (assinatura^{v \rightarrow t} x); \\ Id = \lambda x^v. x, \quad f_M^{v \rightarrow r}, \quad f_C^{v \rightarrow v_\phi} \dots \rangle$$

Na entrada acima, há duas funções que mudam o λ -termo principal, f_M , que é rígida, e f_C , que é flexível.

A solução apresentada parece-me problemática por dois motivos. Primeiro: a solução faz uso de um tipo semântico-ontológico aparentemente sem qualquer motivação linguística ou ontológica (afinal o que sugere que há uma diferença entre eventos que afetam o mundo fisicamente e eventos que não afetam?) para dar conta de uma sentença que não se comporta como esperado. Neste caso, a diferenciação entre v , v_ϕ e r parece ser puramente *ad hoc* para explicar o comportamento do nominal nas sentenças 235 e 233.

Ainda que o fato do LGM utilizar-se de muitos tipos semântico-ontológicos não seja inicialmente um problema, o fato de não estar claro de que forma definimos o tipo de uma entrada é. A falta de uma heurística pré-definida diante da teoria, ou seja, a não definição de como o linguista deve proceder, faz com que muitos tipos questionáveis apareçam sem que fique clara a motivação para eles. É possível que este problema esteja ligado à falta de uma teoria ponte, que estabelecesse uma relação entre uma teoria linguística e a teoria lógica do LGM. O fato de não haver algo que relacione diretamente as “tecnicálias” de uma dada teoria linguística ao funcionamento do LGM é provavelmente a razão pela qual, para um linguista, muito da teoria parece vaga.

O segundo problema que vejo diz respeito aos parâmetros de rigidez/flexibilidade. Se estes parâmetros são definidos lexicalmente e não há ferramentas para que eles se modifiquem contextualmente⁸, a teoria pressupõe que, se certa transformação é rígida, será sempre rígida, independente do contexto no qual ela aparece. De certa forma, ao definir-se que este é um traço lexical, e não circunstancial, assume-se que as nomina-

⁸Em trabalhos anteriores, como [Bassac et al., 2007], os autores propõem diferentes graus de rigidez e mecanismos para que os tipos semântico-ontológicos possam ter suas definições lexicais alteradas contextualmente. Graças à dificuldade de se estabelecer estes mecanismos, os teóricos do LGM revisitaram a teoria e abandonaram a caracterização deste parâmetro através desta escala de rigidez. Considerando o atual estado de arte do LGM e a proposta anterior, parece-me que nenhuma das duas é capaz de captar de maneira uniforme e coerente de que forma certas nominalizações, que geralmente não podem ter dois sentidos em contextos predicativos, aceitam a coordenação entre seus diferentes sentidos.

lizações com determinado sentido sempre se comportarão de uma única forma⁹. No entanto, não é isto que parece acontecer. Se considerarmos que *a assinatura* em 233 e 235 têm ambas as leituras de *v* e *r*, e ignorarmos este terceiro tipo (v_ϕ), não é possível atingir a derivação almejada para ambas 233 e 235, já que precisaríamos que os mesmos tipos e a mesma entrada funcionassem de forma diferente em cada uma das sentenças.

Assim fica claro que ainda que os mecanismos do LGM sejam consistentes e claros, o ferramental proposto pela teoria ainda não dá conta de formalizar perfeitamente todas as restrições que parecem atuar nas co-predicações com nominalizações polisêmicas entre resultado e evento. Acredito que uma revisão do funcionamento dos mecanismos de rigidez e flexibilidade dos tipos semânticos-ontológicos que inclua aspectos pragmáticos e/ou conceituais pode solucionar este problema específico da teoria. Caso não seja possível definir quais seriam estes aspectos pragmáticos/conceituais e de que forma atuam na gramaticalidade das sentenças co-predicativas com ANs, uma possível saída para discutir o fenômeno das nominalizações é considerá-lo através do viés da *vagueza*, fenômeno semântico poucas vezes visitado na literatura sobre nominalizações, e que talvez possa trazer novas percepções para a discussão. É possível que, se considerarmos os tipos semânticos vagos e a serem definidos pelo contexto, o LGM possa caracterizá-los sem grandes dificuldades ao redefinir o parâmetro de rigidez como um elemento contextual.

⁹[Mery, 2011, Cap. 6] apresenta uma proposta na qual cada λ -termo teria seu grau de flexibilidade definido por uma escala que vai de 0 a 3, a depender do quão custosa é a transformação. A proposta, no entanto, não deixa claro de que forma os graus são definidos e nem como estruturar os graus de flexibilização na formalização proposta pelo LGM. [Jezek and Melloni, 2011] discutem as restrições contextuais sintáticas que parecem permitir co-predicações geralmente impossíveis, no entanto, parece-me que existem aí restrições de outras ordens — seja elas conceituais, pragmáticas, ontológicas ou semânticas. A proposta de [Mery, 2011] parece ir para um caminho interessante à medida que assume-se que os graus da escala podem mudar contextualmente, mas a falta de formalização e de clareza na proposta indicam que ela ainda precisa de um maior refinamento.

Capítulo 5

Conclusões

Este trabalho pretendeu evidenciar o comportamento das nominalizações e analisar o tratamento dado a este fenômeno à luz de três diferentes teorias. Tais nominalizações são nomes formados a partir de verbos que denotam o mesmo evento de seu verbo base, além de, possivelmente, apresentarem vários outros significados. Estas formas, chamadas aqui de ANs (*action nominals*), são um fenômeno bastante estudado pela linguística pois trazem diversos desafios para as várias teorias que pretenderam estudá-los. Por serem nomes formados a partir de verbos, o quê exatamente estas formas herdam de seus pares verbais tem sido largamente debatido nas últimas décadas.

No primeiro capítulo, defini o fenômeno a ser estudado e apresentei um breve histórico sobre o estudo das nominalizações. O segundo capítulo apresenta detalhadamente o funcionamento das nominalizações; sua formação e comportamento semântico. Dividi o capítulo entre aspectos morfológicos e semânticos para fins de clareza de exposição, no entanto, como aponte, não acredito que seja possível analisar um fenômeno tão complexo sem considerar a interação dos diversos níveis linguísticos. A descrição apresentada foi baseada especialmente em [Faraco, 1978, Basílio, 1980, Carpenter, 1997, Rocha, 1999, Basílio, 2004, Jacquey, 2006, Jezek and Melloni, 2011] e [Brandtner, 2011]. Ao fim do capítulo, discuti e estabeleci testes que permitem que entendamos os ANs como nominais vagos, isto é, que têm parte de seu

significado lexical sub-especificado. Defendi que não é possível, a partir dos elementos formadores destes nominais, prever seu funcionamento e quais significados estes assumirão.

No capítulo seguinte, apresentei detalhadamente a proposta das duas principais teorias que tratam de ANs: [Grimshaw, 1990] e [Pustejovsky, 1995]. [Grimshaw, 1990] é um trabalho interessante e que norteou por muitos anos os estudos lexicais. No entanto, o trabalho de Grimshaw entende estes nominais como ambíguos já que podem ter comportamentos sintáticos diversos: cada nominalização que possui diversos significados seria, na verdade, diferentes itens lexicais. Discuti detidamente a proposta e, então, apresentei diversos exemplos que demonstraram que este tratamento é inadequado em diversos sentidos. Minha principal crítica a esta proposição é relativa a seu extremo interesse pelas características sintáticas dos ANs e a consequente negligência dos demais aspectos aí envolvidos.

Ainda no terceiro capítulo, mostrei que a teoria de [Pustejovsky, 1995], chamada de Léxico Gerativo, é bastante inconsistente internamente, o que dificulta seu uso pelo linguista. O tratamento dado às nominalizações por Pustejovsky não é tão inadequado quanto o visitado anteriormente, já que o autor consegue capturar os diferentes significados de uma mesma entrada através de conceitos como a polissemia lógica e o tipo-ponto. Entretanto, as diversas lacunas teóricas e heurísticas do Léxico Gerativo fazem a teoria pouco útil para lidar com fenômenos tão complexos como as nominalizações.

Já no quarto capítulo, apresentei a teoria proposta por [Bassac et al., 2010], o Léxico Gerativo Montagueano, um desdobramento do Léxico Gerativo ainda sem nenhum compromisso com esse modelo específico. Este tratamento apresenta ferramentas lógicas adequadas para descrever o fenômeno aqui estudado, é também consistente internamente e coerente. No entanto, como apontado, não é capaz de prever o comportamento dos ANs e não consegue capturar determinados aspectos presentes em

contextos copredicativos. Argumentei, então, que, talvez, parte deste comportamento seja mesmo imprevisível e que não caberia a esta teoria, antes lógica que linguística, dar conta de caracterizar o fenômeno totalmente.

Busquei aqui contrapor dados reais a dados e postulados de diferentes teorias, teorias estas muito conceituadas ainda atualmente. Foi possível verificar que as teorias visitadas, especialmente [Grimshaw, 1990] e [Pustejovsky, 1995], baseiam-se em dados bastante simples e que estas não se sustentam quando analisamos dados reais e complexos.

Defendo, com [Faraco, 1978], que, para uma compreensão total do fenômeno aqui chamado de ANs, é necessário que se analise diversos níveis linguísticos: lexical, morfológico, sintático e semântico. A dificuldade de definirmos o comportamento dos ANs em situações copredicativas parece indicar que também seja necessário um estudo pragmático e contextual do fenômeno. Sustento ainda que estes nominais devem ter uma única representação lexical que se proponha vaga, sub-especificada, e com uma ou mais variáveis a serem saturadas pelo contexto.

5.1 Outras conclusões

Nesta seção, apresentarei conclusões que não são necessariamente ligadas ao fenômeno estudado, mas que fazem parte do aprendizado que o percurso de construção desta tese me proporcionou.

Parece-me, já há algum tempo, que muitos dos trabalhos em linguística, especialmente formal, são voltados às teorias que estes querem comprovar e não aos dados de língua. Aqui, por ‘dados’ não me refiro a dados coletados em campo ou laboratório, complicadamente mensurados, gravados e prédefinidos, refiro-me à língua cotidiana, a qual estamos sempre em contato direto, seja por vias escritas ou orais.

Como mostrei discutindo os dados de [Grimshaw, 1990], este trabalho, com base em dados absolutamente equivocados cuja inadequação é perceptível a partir de uma

pesquisa rápida em um buscador da web, foi por mais de uma década o grande referencial do estudo das nominalizações. Dezenas de trabalhos mostram que em outras línguas, como catalão, português, alemão, tcheco, russo e japonês, o funcionamento das nominalizações não é como o descrito por [Grimshaw, 1990]. No entanto, estes autores, provenientes em sua grande maioria de países ‘cientificamente periféricos’ e falantes de línguas também consideradas menos importantes que o inglês, em momento nenhum recusam a teoria de Grimshaw. Pelo contrário, tentam arduamente encaixar os dados de suas línguas em uma teoria que não descreve nem sequer os dados do inglês. Apenas o caso das nominalizações mostra como é possível perder décadas de trabalho simplesmente por que (i) muitos teóricos não se interessam pelos dados, mas sim em comprovar uma determinada teoria em voga; (ii) estudiosos que não proponham teorias, especialmente ligadas à língua inglesa, têm bastante dificuldade em recusar as teorias em voga e propor suas próprias.

Ainda, parece haver um terceiro problema: a maneira exaustiva como queremos (nós, linguistas formais) regularizar todos os aspectos da língua natural. A consequência imediata deste desejo é a hipervalorização da formalização proposta por cada teoria. Esta hipervalorização não só leva à desvalorização de explicações linguísticas não formais (ou não formalizadas), como também parece levar ao entendimento de que manipular a formalização de uma teoria é mais importante ao linguista do que entender sua natureza e o que está por trás de sua proposta.

Parece haver fenômenos na linguagem que não podem ser explicados através de regras, sejam elas simples ou complexas. A grande questão é: e daí? Se parte da realidade não é formalizável, isto não deveria ser um problema e sim uma observação a ser feita pelo cientista. Provavelmente, há fenômenos na linguagem que simplesmente não podem ser explicados (nem mesmo diacronicamente), são idiossincráticos. Por que negar a explicação idiossincrática? Linguistas pretendem explicar (e até mesmo, prever) a mente do falante, mas nem ao menos sabemos se isto existe. Pelo contrário,

sabemos que os dados existem. Temos acesso direto a eles, mas descrevê-los e tentar explicar a parte explicável do fenômeno é considerado pouco. No entanto, o que há além dos dados é (e há chances reais de que sempre seja assim) pura especulação. Considerando apenas o trabalho de [Grimshaw, 1990], podemos perceber que uma ‘mentira científica’ pode se propagar através de décadas e influenciar estudiosos de inúmeras culturas, que tampouco estão aptos a perceber os problemas das propostas que utilizam.

Muitos trabalhos feitos em países periféricos, em universidades sem verba e com poucos recursos, são feitos simplesmente para aplicar a línguas ‘esquisitas’ alguma teoria em voga, feita por falantes de inglês (que algumas vezes nem sequer consideram dados reais do próprio inglês), em países considerados desenvolvidos e em universidades com verba e muitos recursos. Atualmente, quanto mais estranha e desconhecida é a língua a qual aplica-se uma teoria já em voga, melhor. Isto é maléfico em vários sentidos. Politicamente, esta tendência da linguística em agir assim é mais um mecanismo que garante a hegemonia norte-americana (e, eventualmente, européia) sobre a ciência e, conseqüentemente, sobre a cultura e a sociedade: não é à toa (e, acredito, nem por generosidade ou fome de saber) que os governos das potências hegemônicas investem em ciência e pesquisa. No entanto, há também malefícios à própria ciência — impressionantemente, para os cientistas da linguagem, malefícios científicos têm, no geral, um peso maior do que malefícios sócio-culturais ou políticos. O grande exemplo de como esta tendência hegemônica e centralizada de uma teoria (e, conseqüentemente, de uma cultura) pode ser inadequada à própria teoria é a evolução da chamada Teoria X-Barra, originalmente proposta por [Chomsky, 1970] e desenvolvida no mundo inteiro por mais de três décadas. A tônica da maioria esmagadora dos trabalhos feitos dentro da X-Barra é a descrita acima: a aplicação acrítica e sistemática de uma teoria proposta para o inglês a outras línguas. O resultado de décadas de pesquisa foi caótico: para comprovar a teoria em voga, estudiosos de diversas línguas

propunham postulados, muitas vezes desconexos com a natureza da proposta e com os demais pressupostos já existentes. Depois de décadas de trabalho, de inúmeras evidências vindas de diversas línguas de que aquela proposta específica para o inglês não funciona, finalmente o ‘dono’ da teoria a matou, o que causou, especialmente para linguistas jovens e ainda dispostos a internalizar uma nova e complexa proposta, o ponto final de um ‘projeto científico’ que durou décadas e empregou verba de muitos países.

Alguém poderia argumentar que esta é a evolução esperada dos projetos científicos, porém acredito que há outras formas de explorar este tipo de projeto e que estas partiriam tanto de uma perspectiva crítica dos estudiosos ‘periféricos’ (como eu), quanto de uma percepção menos hegemônica e formalizante dos propositores de teorias. Acredito também que a reflexão linguística crítica não deva sempre partir de reflexões sobre uma única língua, que ‘coincidentemente’ é a língua hegemônica do planeta, hegemonia esta que se dá política, social, econômica, cultural e cientificamente. Fazer linguística como a que estamos fazendo tem, então, consequências políticas, sociais, econômicas, culturais e científicas. Muitos linguistas, do mundo todo, partem do pressuposto de que o inglês é a língua que conduz os estudos linguísticos, os fenômenos que devem ser estudados. Isto, sem dúvidas, empobrece a natureza dos estudos feitos, além de limitar os fenômenos estudados. É uma grande ironia que os próprios estudos linguísticos que pregam a igualdade entre as línguas partam sempre de uma única língua como base de estudo e comparação para todas as outras. As línguas, como sabemos, diferem muito, e isto não se reflete nos estudos linguísticos.

Por fim, ainda me é um pouco incômodo partir da noção de que falantes são autônomos e possuem todos as mesmas estruturas em suas mentes. Se há um sistema de cognição, este pode ser diferente para cada indivíduo. A idiossincrasia de cada falante é ainda mais evidente ao considerarmos que a linguagem é fruto de relações sociais e

culturais e que cada falante tem seu *background* específico, que define não apenas as relações que este poderia fazer, mas também os diferentes graus de consciência deste indivíduo ao usar a língua. Todas as teorias aqui discutidas — exceto, talvez, [Bassac et al., 2010] por propor uma forma lógica dinâmica e facilmente adaptável — partem do pressuposto de que todos os falantes são capazes de reconhecer e estabelecer as mesmas relações. Admitem, por exemplo, que o falante é capaz de relacionar *destroy* e *destruction* (formas que podem ser sincronicamente relacionadas), mas negam que falantes reconheçam relações de outras naturezas, como a diacrônica. Ora, os falantes são diferentes e têm capacidades diferentes também. Estas generalizações que imaginamos existir conduzem há décadas o estudo científico da linguagem e, parece-me que, guiar-se por este tipo de generalização é um desserviço prestado pela linguística, muito pior do que a simples descrição de dados reais, trabalho este tão válido e, ao mesmo tempo, desvalorizado pela comunidade científica. Linguistas são cientistas que parecem ter bastante facilidade para generalizar dados, ainda que não olhem para dados reais. Muitos olham para dados reais e os consideram agramaticais (já ouvi em inúmeros congressos ‘Isto não passa!’ acerca de dados reais, produzidos por falantes cultos da língua em questão) se estão fora do escopo ou da capacidade explicatória de seu estudo. Esta é uma forma de abuso de autoridade científica e mais uma forma de hegemonizar a linguística: apenas os dados reais comportados pela teoria devem ser considerados.

Mais uma vez, esta forma de se fazer ciência é maléfica, não só à tão querida e protegida ciência, mas também à tão desimportante sociedade da qual estes mesmos linguistas fazem parte. Uma linguística como a que é feita, desconsiderando dados reais, buscando a logicização da linguagem ao extremo, legitimando a hegemonia de certos países e línguas e desclassificando formas de usar a linguagem, é uma ciência rasa e a serviço de determinados pressupostos dos quais eu não compartilho. De certa forma, esta tese tenta ir contra este tipo de fazer científico. Procurei embasar meu tra-

balho e os dados aqui expostos em dados reais e em trabalhos que não necessariamente partiram dos estudos mais tradicionais na linguística. Busquei também reconhecer as limitações das teorias com as quais trabalhei, sem formalizar o que me parece não formalizável a partir das ferramentas que eu dispunha.

Referências Bibliográficas

- [Alexiadou, 2001] Alexiadou, A. (2001). *Functional Structure in Nominals: Nominalization and Ergativity*. John Benjamins Publishing.
- [Aronoff, 1976] Aronoff, M. (1976). Word Formation in Generative Grammar. *Linguistic Inquiry*.
- [Asher, 2011] Asher, N. (2011). *Lexical Meaning in context – a web of words*. Cambridge University Press.
- [Basílio, 1980] Basílio, M. (1980). *Estruturas lexicais do português; uma abordagem gerativa*. Ática.
- [Basílio, 2004] Basílio, M. (2004). Polissemia sistemática em substantivos deverbais. *Ilha do Desterro*, 478.
- [Bassac et al., 2007] Bassac, C., Mery, B., and Retoré, C. (2007). A Montagovian Generative Lexicon. *Proceedings of FG-2007*.
- [Bassac et al., 2010] Bassac, C., Mery, B., and Retoré, C. (2010). Towards a Type-Theoretical Account of Lexical Semantics. *Journal of Logic Language and Information*, 19:229–245.
- [Bauer, 1983] Bauer, L. (1983). *English word-formation*. Cambridge University Press.
- [Borges Neto, 1999] Borges Neto, J. (1999). *Introdução às gramaticais categoriais*.

- [Brandtner, 2011] Brandtner, R. (2011). Deverbal nominals in context: Meaning variation and copredication. *SinSpeC*, 8.
- [Brandtner and von Heusinger, 2010] Brandtner, R. and von Heusinger, K. (2010). Nominalizations in context. In Rathert, M. and Alexiadou, A., editors, *The Semantics of Nominalizations across Languages and Frameworks*. De Gruyter.
- [Carpenter, 1997] Carpenter, B. (1997). *Type-Logical Semantics*. MIT Press, Massachusetts.
- [Chierchia, 2008] Chierchia, G. (2008). *Semântica*. Editora UNICAMP.
- [Chomsky, 1957] Chomsky, N. (1957). *Syntactic Structures*. Mouton.
- [Chomsky, 1970] Chomsky, N. (1970). Remarks on Nominalization. In Jacobs, R. A. and Rosenbaum, P., editors, *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, Massachusetts.
- [Cohen, 2006] Cohen, S. M. (2006). *The Four Causes*. <http://faculty.washington.edu/smcohen/320/4causes.htm>.
- [Comrie, 1976] Comrie, B. (1976). The syntax of action nominals: A cross-language study. *Lingua*, 40.
- [Cruse, 2004] Cruse, A. (2004). *Meaning in Language*. Oxford University Press.
- [de Andrade, 2012] de Andrade, C. D. (2012). *As impurezas do branco*. Companhia das Letras.
- [di Sciullo and Williams, 1987] di Sciullo, A.-M. and Williams, E. (1987). *On the definition of word*. MIT Press, Cambridge.
- [Faraco, 1978] Faraco, C. A. (1978). A Hipótese Lexicalista: considerações teóricas e empíricas. Master's thesis, Unicamp.

- [Fodor and Lepore, 1998] Fodor, J. and Lepore, E. (1998). The emptiness of the lexicon: reflections on James Pustejovsky's the generative lexicon. *Linguistic Inquiry*, 29(2):269–288.
- [Girard, 1971] Girard, J.-Y. (1971). Une Extension de l'Interpretation de Gödel à l'Analyse, et son Application à l'Élimination des Coupures dans l'Analyse et la Théorie des Types. *Proceedings of the Second Scandinavian Logic Symposium*.
- [Girard, 1972] Girard, J.-Y. (1972). *Interprétation fonctionnelle et élimination des coupures de l'arithmétique d'ordre supérieur*. PhD thesis.
- [Grimshaw, 1990] Grimshaw, J. (1990). *Argument Structure*. MIT Press.
- [Gruber, 1976] Gruber, J. (1976). *Lexical structure in syntax and semantics*, volume 25. North-Holland Pub. Co.
- [Gunzburger, 1979] Gunzburger, L. (1979). Previsibilidade semântica em nominais correspondentes a verbos intransitivos. Master's thesis, PUC.
- [Gurevich et al., 2006] Gurevich, O., Crouch, R., King, T. H., and de Paiva, V. (2006). Deverbal Nouns in Knowledge Representation. *Proceedings of FLAIRS*.
- [Hamm and Kamp, 2009] Hamm, F. and Kamp, H. (2009). Ontology and Inference: The Case of German ung-nominals. *SinSpeC*, 06.
- [Heyvaert, 2008] Heyvaert, L. (2008). On the constructional semantics of gerundive nominalizations. *Folia Linguistica*.
- [Higginbotham, 1985] Higginbotham, J. (1985). On Semantics. *Linguistic Inquiry*, 16.
- [Hilbert and Bernays, 1939] Hilbert, D. and Bernays, P. (1939). Grundlagen der Mathematik. *Bd.*, 2.

- [Hoeksema, 1985] Hoeksema, J. (1985). *Categorial Morphology*. Garland Publishing, Nova Iorque, Londres.
- [Iordăchioaia and Soare, 2008] Iordăchioaia, G. and Soare, E. (2008). Two Kinds of Event Plurals: Evidence from Romanian Nominalizations. *Empirical Issues in Syntax and Semantics*, 7.
- [Jackendoff, 1975] Jackendoff, R. (1975). Morphological and semantic regularities in the lexicon. *Language*, 51(3).
- [Jacquey, 2006] Jacquey, E. (2006). Un cas de polysémie logique : modélisation de noms d'action en français ambigus entre processus et artefact. *Traitement Automatique des Langues*, pages 137–166,.
- [Jezek, 2008] Jezek, E. (2008). Polysemy in Italian Event Nominals. *Faits des Langues*, 30:251–264.
- [Jezek and Melloni, 2009] Jezek, E. and Melloni, C. (2009). Complex types in the (morphologically) complex lexicon. *Proceedings of the GL2009*.
- [Jezek and Melloni, 2011] Jezek, E. and Melloni, C. (2011). Nominals, Polysemy, and Co-predication. *Journal of Cognitive Science*, 22:1–31.
- [Kamp, 1981] Kamp, H. (1981). A Theory of Truth and Semantic Representation. In Groenendijk, J. and alli., E., editors, *Formal Methods in the Study of Language*. Mathematics Center, Amsterdam.
- [Katz and Fodor, 1963] Katz, J. J. and Fodor, J. A. (1963). The Structure of a Semantic Theory. *Language*, 39(2).
- [Lees, 1960] Lees, R. B. (1960). *The Grammar of English Nominalizations*. Indiana University Press.

- [Melloni, 2007] Melloni, C. (2007). *Polysemy in word formation: the case of deverbal nominals*. PhD thesis, Università degli studi di Verona.
- [Mery, 2011] Mery, B. (2011). *Modélisation de la sémantique lexicale dans le cadre de la théorie des types*. PhD thesis, LaBRI.
- [Mery et al., 2007] Mery, B., Bassac, C., and Retoré, C. (2007). A montague-based model of generative-lexical semantics. In *ESSLLI*.
- [Moens and Steedman, 1988] Moens, M. and Steedman, M. (1988). Temporal ontology and temporal reference. *Computational Linguistics*, 14:15–28.
- [Moot and Retoré, 2012] Moot, R. and Retoré, C. (2012). *The Logic of Categorical Grammars*. Springer Netherlands.
- [Moravcsik, 1975] Moravcsik, J. (1975). Aitia as generative factor in Aristotle's philosophy. *Dialogue*, 14:622–638.
- [Moura and Neto, 2007] Moura, H. M. d. M. and Neto, M. M. A. (2007). Argumento, sintagma e saturador no escopo da HPSG. *Calidoscópio*, 5(3).
- [Muskens, 1990] Muskens, R. (1990). Anaphora and the logic of change. *Lecture Notes in Computer Science*, 478:412–427.
- [Myiamoto, 1999] Myiamoto, T. (1999). *The light verb construction in Japanese: the role of the verbal noun*. John Benjamins.
- [Nishiguchi, 2013] Nishiguchi, S. (2013). Extended Generative Lexicon. In *Online Proceedings*. 6th International Conference on Generative Approaches to the Lexicon.
- [Oliveira, 2006] Oliveira, D. C. M. (2006). Nominalizações de evento/processo e nominalizações de resultado: diferenças estruturais. *Estudos Linguísticos*, 14:491–502.

- [Paiva et al., 2012] Paiva, V. D., Rademaker, A., and Melo, G. d. (2012). Openwordnet-pt: An open brazilian wordnet for reasoning. *COLING*.
- [Partee and Rooth, 1983] Partee, B. H. and Rooth, M. (1983). Generalized conjunction and type ambiguity. In Bauerle, R., Schwarze, C., and von Stechow, A., editors, *Meaning, Use and Interpretation of Language*. De Gruyter.
- [Pazelskaya, 2007] Pazelskaya, A. (2007). When eventual semantics meets nominal form: plural of Russian event nouns. *Workshop on Plurality*.
- [Picallo, 1991] Picallo, M. C. (1991). Nominals and Nominalizations in Catalan. *Probus*, 3:279–316.
- [Prochazkova, 2006] Prochazkova, V. (2006). Argument structure of Czech event nominals. Master’s thesis, CASTL.
- [Pustejovsky, 1991] Pustejovsky, J. (1991). The generative Lexicon. *Computation Linguistics*, (17):409 – 441.
- [Pustejovsky, 1995] Pustejovsky, J. (1995). *The generative Lexicon*. MIT Press, Crambridge.
- [Pustejovsky, 1998] Pustejovsky, J. (1998). Generativity and Explanation in Semantics: A Reply to Fodor and Lepore. *Linguistic Inquiry*, 29(2):289–311.
- [Pustejovsky, 2006] Pustejovsky, J. (2006). Type theory and lexical decomposition. *Journal of Cognitive Science*.
- [Pustejovsky and Asher, 2005] Pustejovsky, J. and Asher, N. (2005). Word Meaning and Commonsense Metaphysics. *Semantics Archives*.
- [Pustejovsky and Boguraev, 1993] Pustejovsky, J. and Boguraev, B. (1993). Lexical knowledge representation and natural language processing. *Artificial Intelligence*, 63.

- [Rademaker et al., 2013] Rademaker, A., de Paiva, V., de Melo, G., and Real, L. (2013). Embedding NomLex-BR nominalizations into OpenWN-PT.
- [Real, 2006] Real, L. (2006). Morfologia Categorical. Monografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Orientação: José Borges Neto.
- [Real, 2009] Real, L. (2009). Morfologia Categorical: uma proposta de aplicação para o PB. Master's thesis, UFPR, Curitiba.
- [Real, 2011] Real, L. (2011). Tipologia Semântica e Léxico Gerativo. In *Anais da VII Abralín*.
- [Real and Retoré, 2013] Real, L. and Retoré, C. (2013). A Generative Montagovian Lexicon for Polysemous Deverbal Nouns. In *4th World Congress and School on Universal Logic*.
- [Real and Retoré, 2014] Real, L. and Retoré, C. (2014). On the semantics of deverbals in a richly typed system. *Journal of Logic, Language and Information*.
- [Retoré, 2013] Retoré, C. (2013). Sémantique des déterminants dans un cadre richement typé. *Traitement Automatique du Langage Naturel*, 1.
- [Rocha, 1999] Rocha, L. C. d. A. (1999). A nominalização no português do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, 8(17).
- [Roodenburg, 2006] Roodenburg, J. (2006). The role of Number within nominal arguments: the case of French pluralized Event Nominalization. *LRSI*, 36.
- [Rosa, 1972] Rosa, J. G. (1972). *Grande sertão: veredas*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- [Rothstein, 2008] Rothstein, S. (2008). Telicity, atomicity and the Vendler classification of verbs. In Rothstein, S., editor, *Theoretical and Crosslinguistic Approaches to the Semantics of Aspect*. John Benjamins Publishing.

- [Selkirk, 1982] Selkirk, E. (1982). The syntax of words. *Linguistic Inquiry*, 7.
- [Shimada and Kordoni, 2003] Shimada, A. and Kordoni, V. (2003). Japanese “Verbal Noun and suru” Constructions. In *Proceedings of the workshop on Multi-Verb constructions*. Trondheim Summer School.
- [Sleeman and Brito, 2007] Sleeman, P. and Brito, A. M. (2007). Nominalization, event, aspect and argument structure: a syntactic approach. *Workshop on Argument Structure and Syntactic Relations*.
- [TLFi, 2010] TLFi (2010). Trésor de la langue française informatisé (ATILF-CNRS: Analyse et traitement informatique de la langue française). <http://atilf.atilf.fr>.
- [van Hout, 1991] van Hout, A. (1991). Deverbal Nominalization, Object versus Event Denoting Nominals, Implications for Argument & Event Structure. pages 71–80. John Benjamins Publishing.
- [Vendler, 1967] Vendler, Z. (1967). Events and time. *Linguistics and Philosophy*, 37:118–139.
- [Verkuyl, 1989] Verkuyl, H. J. (1989). Aspectual classes and aspectual composition. *Linguistics and Philosophy*, 12(1).
- [Wachovicz and Foltran, 2006] Wachovicz, T. C. and Foltran, M. J. (2006). Sobre a noção de aspecto. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 48.
- [Williams, 1981] Williams, E. (1981). Argument Structure and Morphology. *Linguistic Review*, 1:81–114.
- [Winter, 2007] Winter, Y. (2007). Type shifting with semantic features: a unified perspective. In Barker, C. and Jacobson, P., editors, *Direct Compositionality*. Oxford University Press.
- [Wood, 1993] Wood, M. M. (1993). *Categorical Grammar*. Routledge, London.